

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF tem sua estrutura definida pelas disposições constantes nos Decretos 36.879, de 17 de novembro de 2015, 37.187, de 15 de março de 2016, e 37.401, de 13 de junho de 2016.

Compete à SEF, conforme disposto no Decreto nº 35.565, de 25/06/2014, que aprova o seu Regimento Interno, promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; executar as operações de crédito do Distrito Federal; elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A – BRB e executar outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Norteadas pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF mantém ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	118	224	221	545	1.108
Comissionados sem vínculo efetivo	35		8		43
Requisitados de órgãos do GDF	16	11	8	16	51
Requisitados de órgãos fora do GDF		1			1
Estagiários		31		18	49
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		17		6	23
Terceirizados (FUNAP)		20		1	20
Outros - especificar		42		7	49
Subtotal	169	346	237	592	1.344
(-) Cedidos para outros órgãos		75		10	85
Total Geral	169	271	237	582	1.259

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Nota: O critério utilizado para classificação em atividade meio ou fim considerou a atividade e não a carreira do servidor. As Subsecretarias de Contabilidade, do Tesouro e da Receita foram incluídas como atividade fim e as demais como atividade meio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10,00	1,00	0,00	0,00
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	1.100.000,00	30.600.000,00	27.687.708,73	27.172.775,38
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM--DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	30.600.000,00	27.687.708,73	27.172.775,38
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	26.829.821,00	26.511.166,00	13.160.319,48	5.875.908,56
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO--DISTRITO FEDERAL	26.829.821,00	26.511.166,00	13.160.319,48	5.875.908,56
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10,00	1,00	0,00	0,00
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000.000,00	14.899.886,00	14.892.923,31	11.574.718,89
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	14.899.886,00	14.892.923,31	11.574.718,89
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	10,00	11.525.726,00	11.505.247,39	10.802.105,50
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL-DISTRITO FEDERAL	10,00	11.525.726,00	11.505.247,39	10.802.105,50
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	32.929.851,00	83.536.780,00	67.246.198,91	55.425.508,33

2.1. GESTÃO TRIBUTÁRIA

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 23/01/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 08/01/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de dezembro e no ano de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica.

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de dezembro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.326,6 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2016, aponta-se um decréscimo nominal de 2,6%, que corresponde a um decréscimo real de 4,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de dezembro

discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

**DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA
DADOS SIGGO em 23/01/2018**

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	dez/17	dez/16	de dezembro/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em dezembro/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	691.849	634.437	647.551	+57.412	+9,0%	+44.298	+6,8%	52,2%
ISS	176.618	150.148	153.251	+26.471	+17,6%	+23.367	+15,2%	13,3%
SIMPLES	33.834	30.460	31.090	+3.374	+11,1%	+2.744	+8,8%	2,6%
IRRF	283.066	406.955	415.367	-123.889	-30,4%	-132.300	-31,9%	21,3%
IPVA	16.628	24.756	25.267	-8.127	-32,8%	-8.639	-34,2%	1,3%
IPU/TLP	24.630	15.055	15.366	+9.775	+64,9%	+9.464	+61,6%	1,9%
ITBI	39.954	36.423	37.176	+3.541	+9,7%	+2.788	+7,5%	3,0%
ITCO	12.229	12.520	12.779	-291	-2,3%	-550	-4,3%	0,9%
Outras Taxas	5.188	5.878	5.999	-690	-11,7%	-811	-13,5%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.284.207	1.316.632	1.343.846	-32.425	-2,5%	-69.639	-4,4%	96,6%
Dívida Ativa	24.142	28.474	29.063	-4.332	-15,2%	-4.920	-16,9%	1,8%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	7.189	4.991	5.094	+2.198	+44,0%	+2.095	+41,1%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.103	11.613	11.853	-510	-4,4%	-750	-6,3%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	42.434	45.078	46.010	-2.644	-5,9%	-3.575	-7,8%	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.326.641	1.361.710	1.389.855	-35.969	-2,6%	-63.214	-4,5%	100,0%

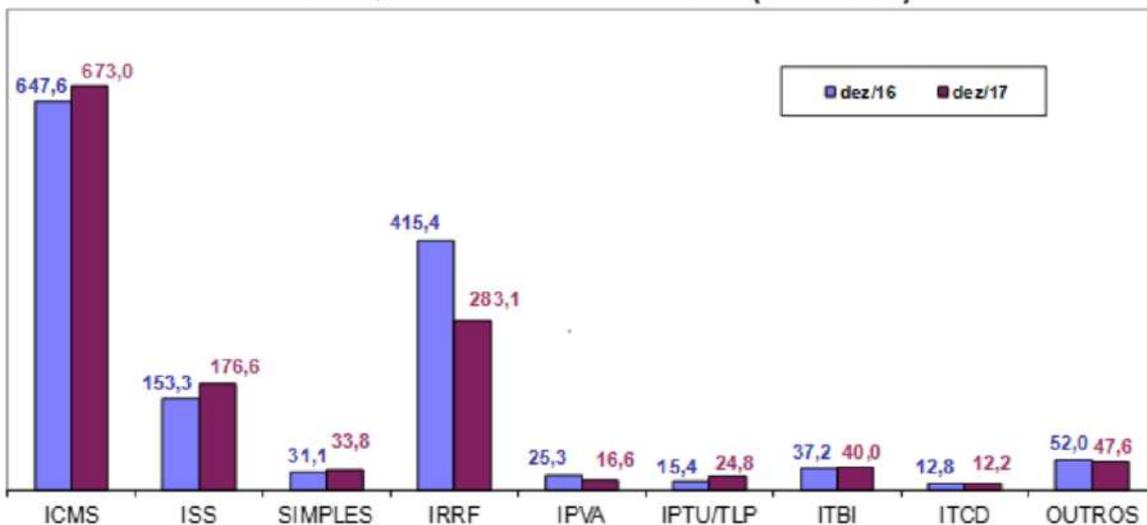
Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE, além de apresentarem comportamento irregular ao longo do tempo, resultam em receita contábil sem fluxo financeiro. Assim, o montante relativo à R\$ 18,9 milhões registrado para o mês de dezembro de 2017 nesta rubrica foi excluído da análise seguinte.

Em relação ao desempenho real da arrecadação tributária em dezembro de 2017 frente a dezembro de 2016, destacam-se os acréscimos reais do ICMS, do ISS e do IPTU/TLP.

Em sentido contrário, foram observados decréscimos reais de arrecadação tributária no IRRF de R\$ 132,3 milhões (-31,9%), devido à alta base de comparação em 2016, do IPVA e da Dívida Ativa.

**Arrecadação em dezembro/2017 contra dezembro/2016 - sem incentivado
Em R\$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)**



No resultado acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 15,3 bilhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 3,1% e real de 0,1%, em relação ao mesmo período de 2016.

A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

**DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
DADOS SIGGO em 23/01/2018**

VALORES EM R\$ MIL

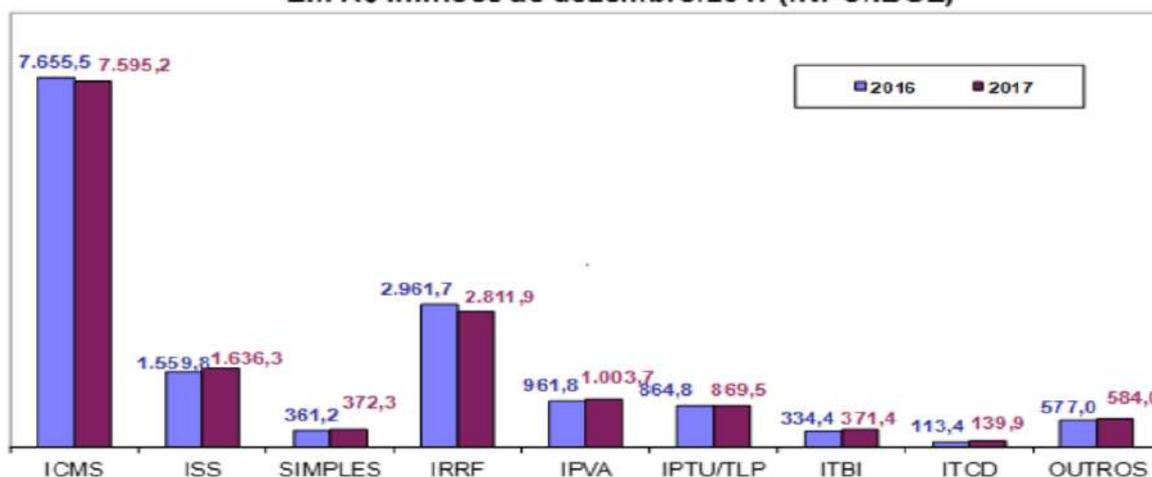
ITEM	2017	2016	2017 pelo INPC/IBGE	2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	7.557.719	7.375.552	7.818.259	7.555.502	+182.166	+2,5%	-37.244	-0,5%	49,4%
ISS	1.623.387	1.503.033	1.636.275	1.559.784	+120.354	+8,0%	+75.511	+4,9%	10,6%
SIMPLES	389.303	347.899	372.270	361.208	+21.403	+6,2%	+11.062	+3,1%	2,4%
IRRF	2.790.542	2.858.091	2.811.937	2.951.680	-67.549	-2,4%	-149.743	-5,1%	18,3%
IPVA	998.058	918.688	1.003.680	961.829	+74.372	+8,1%	+41.851	+4,4%	6,5%
IPU/TLP	882.985	839.237	869.519	854.842	+23.749	+2,8%	+4.677	+0,5%	5,6%
ITBI	368.597	322.855	371.376	334.450	+46.742	+14,2%	+35.926	+11,0%	2,4%
ITCD	138.874	109.201	139.890	113.407	+29.673	+27,2%	+26.483	+23,4%	0,9%
Outras Taxas	75.269	80.596	75.980	83.610	-5.327	-6,6%	-7.730	-9,2%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	14.779.734	14.355.151	14.899.085	14.595.292	+424.553	+3,0%	+2.793	+0,0%	96,7%
Dívida Ativa	289.877	299.165	292.256	309.844	-9.288	-3,1%	-17.588	-5,7%	1,9%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	82.945	72.090	93.696	74.882	+20.855	+28,9%	+18.813	+25,1%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	121.221	104.973	122.146	108.632	+16.248	+15,5%	+13.514	+12,4%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	504.043	476.229	508.098	493.358	+27.814	+5,8%	+14.739	+3,0%	3,3%
Total da Arrecadação (A) + (B)	15.283.777	14.831.380	15.407.183	15.088.650	+452.398	+3,1%	+17.532	+0,1%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE foram também excluídos da análise a seguir.

Na comparação acumulada do ano de 2017 com 2016, foram observados acréscimos reais de R\$ 76,5 milhões do ISS (+4,9%), R\$ 41,8 milhões do IPVA (+4,4%), R\$ 36,9 milhões do ITBI (+11,0%) e R\$ 26,5 milhões do ITCD (+23,4%). Por outro lado, foram registradas quedas reais de R\$ 149,7 milhões do IRRF (-5,1%); R\$ 60,3 milhões do ICMS (-0,8%), com o expurgo da receita do incentivado; e de R\$ 17,6 milhões de Dívida Ativa (-5,7%).

**Arrecadação em 2017 contra 2016 - Com incentivado
Em R\$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)**



O FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados, calculado pela Fipe com base nos anúncios de apartamentos prontos publicados na página do ZAP Imóveis e em outras fontes da Internet em 20 cidades brasileiras, registrou estabilidade em dezembro (+0,01%) e, assim, encerrou o ano de 2017 com queda nominal dos preços de 0,53% na comparação com o final de 2016. Nos 10 anos de histórico do indicador, esta foi a primeira vez que os preços encerraram um ano em nível nominalmente menor do que o do ano anterior.

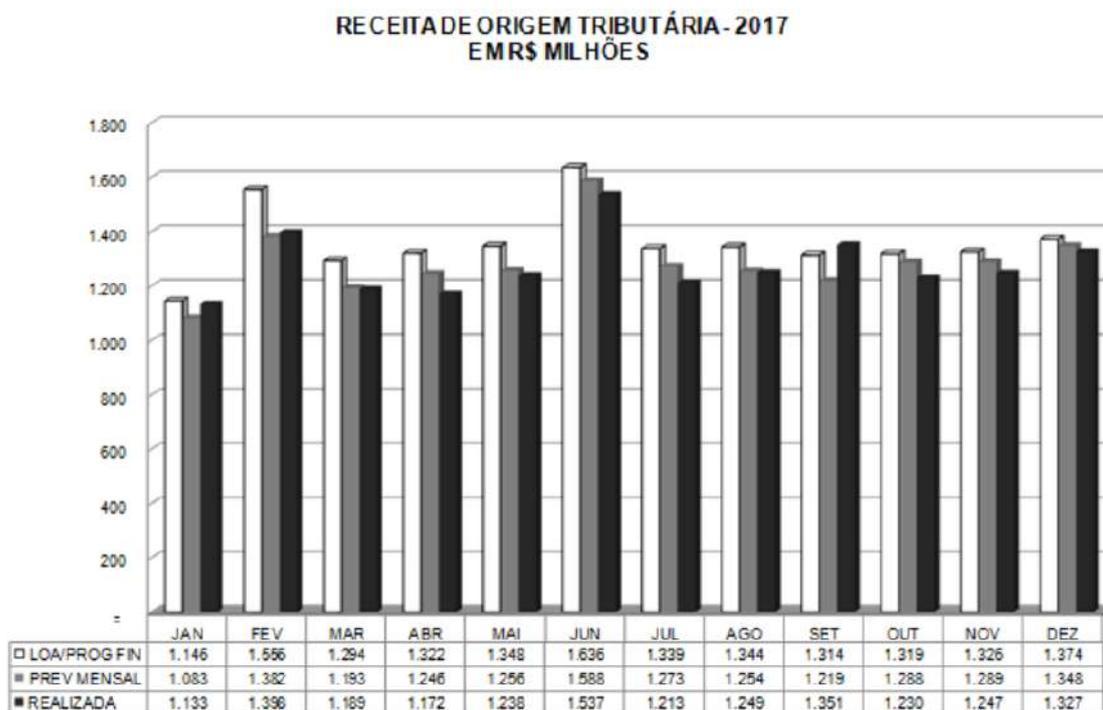
Individualmente, 13 das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo nominal no preço de venda no último ano, tendo o Distrito Federal apresentado a quarta maior queda (-2,3%).

Entre as demais cidades, as maiores variações foram observadas em Belo Horizonte (+4,8%) e Florianópolis (+4,38%) – as duas foram as únicas com aumentos acima da inflação.

Em dezembro de 2017 o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.631/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais caro do país (R\$ 9.811), seguida por São Paulo (R\$ 8.745) e Distrito Federal (R\$ 8.238).

Em que pese o resultado acumulado negativo no ano do índice no Distrito Federal, a arrecadação do ITBI continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 11,0% (+R\$ 36,9 milhões) no acumulado de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em dezembro de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 21,2 milhões, que correspondeu a um desvio negativo de 1,6% de realização. Nessa comparação, observam-se desvios positivos de realização no ISS de R\$ 34,2 milhões, no ICMS de R\$ 25,7 milhões e no IPVA de R\$ 12,2 milhões, esse último associado ao programa de cobrança desenvolvido pela CBRAT/SUREC. Em sentido contrário, o grande desvio negativo foi o apresentado pelo IRRF de R\$ 104,4 milhões, possivelmente associado a medidas de contenção com despesa de pessoal.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de dezembro, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 46,9 milhões. Os desvios negativos foram discriminados pelos principais itens que compõem a receita tributária, sendo que o mais relevante foi o IRRF (-R\$ 104,4 milhões). O ICMS (-R\$ 4,3 milhões) e o Simples (-R\$ 2,6 milhões) também apresentaram desvios negativos, conforme quadro abaixo.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - DEZEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	686.166	696.120	691.849	25.682	(4.272)
ISS	142.378	144.740	176.618	34.240	31.878
SIMPLES	32.810	36.436	33.834	1.024	(2.602)
IRRF	387.421	387.421	283.066	(104.355)	(104.355)
IPVA	4.442	3.530	16.628	12.186	13.098
IPTU/TLP	24.771	19.855	24.830	60	4.975
ITBI	36.086	33.710	39.964	3.878	6.255
ITCD	8.565	9.293	12.229	3.664	2.936
OUTRAS TAXAS	5.510	6.015	5.188	(322)	(827)
RECEITA TRIB TOTAL	1.308.149	1.337.120	1.284.207	(23.942)	(52.913)
DÍVIDA ATIVA	27.239	24.458	24.142	(3.097)	(315)
M/J DÍVIDA ATIVA	6.984	6.288	7.189	205	901
M/J TRIBUTOS	5.510	5.720	11.103	5.593	5.383
TOTAL OUTRAS REC	39.733	36.466	42.434	2.701	5.969
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.347.882	1.373.586	1.326.641	(21.241)	(46.945)

No ano de 2017, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R\$ 134,3 milhões. Os principais desvios negativos ocorreram com o IRRF (-R\$ 486,1 milhões), o IPTU/TLP (-R\$ 79,9 milhões) e o Simples (-R\$ 29,6 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o ICMS (+R\$ 174,8 milhões), o IPVA (+ R\$ 140,5 milhões) e o ISS (+R\$ 64,4 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista para LOA/Programação Financeira com a receita realizada em 2017, houve déficit no montante de R\$ 1,0 bilhão. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 609,2 milhões), IRRF (-R\$ 486,1 milhões) e IPTU/TLP (-R\$ 82,4 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,72% utilizado na previsão mensal de dezembro de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF - FEF/DF contribuem para o desvio observado.

Apesar do não atingimento da previsão contida na LOA para o ano de 2017, observa-se, claramente que o segundo semestre de 2017, a curva de arrecadação mudou de rota apontando para um crescimento constante e significativo desde agosto de 2017, o que reflete uma expectativa de crescimento da arrecadação positiva para o ano de 2018.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	7.382.879	8.166.878	7.557.719	174.840	(609.160)
ISS	1.558.952	1.593.576	1.623.387	64.435	29.811
SIMPLES	398.937	411.647	369.303	(29.634)	(42.344)
IRRF	3.276.647	3.276.647	2.790.542	(486.105)	(486.105)
IPVA	852.560	924.488	993.058	140.498	68.571
IPTU/TLP	942.854	945.416	862.986	(79.868)	(82.429)
ITBI	370.142	375.885	368.597	(1.546)	(7.288)
ITCD	94.975	107.499	138.874	43.899	31.375
OUTRAS TAXAS	80.266	85.682	75.269	(4.996)	(10.413)
RECEITA TRIB TOTAL	14.958.211	15.887.717	14.779.734	(178.477)	(1.107.982)
DÍVIDA ATIVA	298.025	293.493	289.877	- 8.148	(3.616)
M/J DÍVIDA ATIVA	69.540	74.351	92.945	23.405	18.594
M/J TRIBUTOS	92.323	61.809	121.221	28.898	59.411
TOTAL OUTRAS REC	469.888	429.653	504.043	44.155	74.390
TOTAL DA ARRECAÇÃO	15.418.099	16.317.370	15.283.777	(134.322)	(1.033.593)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	nov/16	nov/17	out/17	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2017
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,18%	0,28%	0,42%	2,90%	2,80%	2,79%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,28%	0,48%	0,46%	3,15%	4,31%	nd
SELIC	variação % a. a.	BACEN	14,00%	7,00%	7,50%	---	---	7,00%
PIB BRASIL (1)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN						1,01%
IBC-Br (2)	var % mês/mês anterior	BACEN	-0,48%	0,29%	0,27%	0,86%	0,26%	nd
Taxa de desemprego no DF	%	CODEPLAN	18,5%	18,4%	18,8%	---	---	---
Índice FipeZap Ampliado, preço venda Imóvel resid. (3)	variação %	Fipe	0,13%	0,01%	0,03%	-0,53%	-0,53%	---
Índice FipeZap DF, preço venda Imóvel residencial (3)	variação %	Fipe	-0,11%	0,01%	-0,38%	---	---	---
Preço médio Imóvel residencial anunciado DF (3)	RS/m ²	Fipe	8.497	8.238	8.259	---	---	---
Venda de combustíveis DF	var % mês/mês anterior	ANP	-1,88%	-2,53%	-0,89%	-0,45%	-0,89%	---
Produção Industrial Mensal - Brasil	var % mês/mês anterior	IBGE	0,2%	0,2%	0,2%	2,3%	2,2%	2,25%
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	5,0%	4,6%	1,0%	2,2%	2,2%	---
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-5,8%	-7,0%	-4,6%	-6,5%	-6,5%	nd
Consumo de energia elétrica - DF	var % mês/mês anterior	EPE	-1,23%	6,14%	-2,34%	-4,28%	1,18%	nd
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês anterior	Fenabrave	12,15%	0,66%	1,83%	26,44%	23,04%	9,90%
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês anterior	Sincodiv	-10,73%	-9,50%	3,00%	4,73%	3,23%	nd

Notas: (1) Projeção para 2017 divulgada no Boletim Focus.

(2) As taxas e números referem-se aos meses anteriores aos indicados nas respectivas colunas.

(3) Os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas.

PIB

De acordo com o Boletim Focus do Banco Central de 12/01/2018, os analistas do mercado financeiro estão otimistas com a economia brasileira. A publicação semanal da autoridade monetária aponta um crescimento de 2,70% em 2018, enquanto quatro semanas antes a taxa de crescimento estimada era de 2,64%. Para o ano passado, cujo resultado será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apenas em março, a previsão é que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado 1%, o dobro da taxa divulgada no Boletim Focus do Banco Central de um ano atrás (13/01/2017).

IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país fechou em 2017 com alta acumulada de 2,95%, resultado 3,34 pontos percentuais inferior aos 6,29% de 2016. É o menor número desde a taxa de 1998, quando ficou em 1,65%.

Os dados foram divulgados no dia 10/01/2018, no Rio de Janeiro, pelo IBGE e indicam que, em dezembro, o IPCA fechou em 0,44%, ficando 0,16 ponto percentual acima do resultado de novembro (0,28%). Essa foi a maior variação mensal de 2017. Em 2016, o IPCA de dezembro atingiu 0,3%.

A previsão dos 100 analistas que fazem projeções para os principais indicadores da economia para o IPCA é que o ano de 2018 termine com uma taxa de 3,96% – número inferior ao centro da meta, que para 2017 e 2018 é de 4,5%, recuando para 4,25% para 2019 e 4% em 2020. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

SELIC

A expectativa da taxa básica de juros, a Selic, para o fim de 2018, é de 6,75%. Caso as expectativas sejam confirmadas, esse será o menor nível já registrado pelo BC. Atualmente, o indicador está em 7%, resultado da reunião que ocorreu em 06/12/2017, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa em 0,5 ponto percentual.

Observa-se que no Boletim Focus do Banco Central de um ano atrás (13/01/2017), a Selic estimada para o fim de 2017 era de 9,75%.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

De acordo com a Pnad Contínua, pesquisa oficial trimestral sobre trabalho e rendimento do IBGE, a taxa de desocupação de 12,0% no trimestre de setembro-outubro-novembro de 2017 recuou 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de junho-julho-agosto. Já na comparação com o mesmo trimestre de 2016, quando a taxa foi estimada em 11,9%, o quadro foi de relativa estabilidade. A população desocupada (12,6 milhões) caiu 4,1% (menos 543 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior. No confronto com igual trimestre de 2016, quando havia 12,1 milhões de desocupados, a alta foi de 3,6% (mais 439 mil de pessoas).

No Distrito Federal, a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) divulgada pela Codeplan mostra que a taxa de desemprego total sofreu redução, ao passar de 18,8% em outubro para 18,4% em novembro, sendo estimado em 300 mil pessoas, redução de 8 mil em relação ao mês anterior.

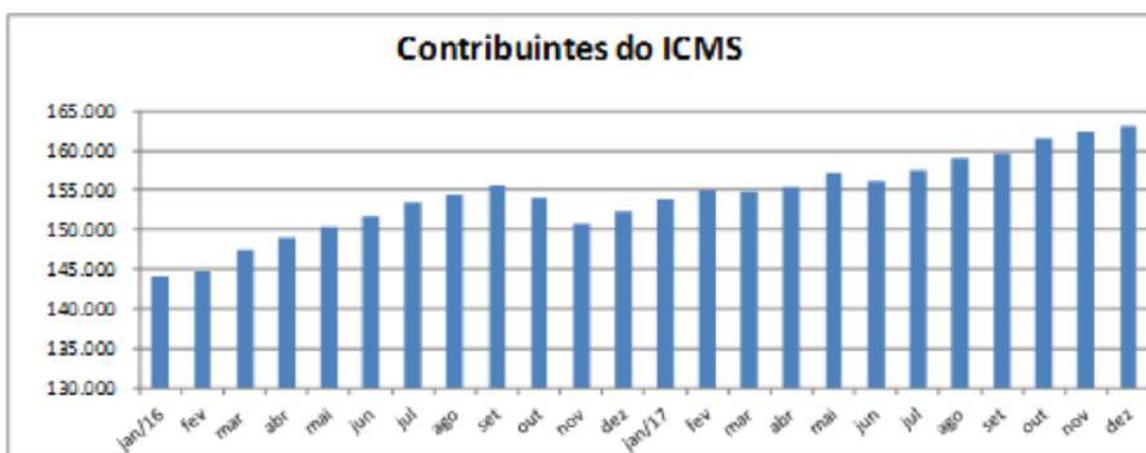
Entre novembro de 2016 e novembro de 2017, a taxa de desemprego total praticamente manteve-se estável, ao passar de 18,5% para 18,4%, tendo sido estimado em 1.333 mil pessoas (3 mil a mais em relação ao mês anterior) o contingente de ocupados. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve acréscimo do nível ocupacional na indústria de transformação (criação de 4 mil postos de trabalho) e na construção civil (85 mil) e relativa estabilidade no comércio (redução de 1 mil) e nos serviços (redução de 2 mil). A Administração Pública, por sua vez, teve redução de 3 mil postos de trabalho.

ARRECADAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de dezembro de 2017 ingressos de R\$ 691,8 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior, apurou-se acréscimo nominal de 9,0% e expansão real de 6,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 7.557,7 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 2,5%, mas decréscimo real de 0,5% em relação a igual período de 2016.

Em dezembro de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 163.145 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS nos últimos seis meses de 2017. Do total de inscritos, 86,2% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.106 e 95.498 contribuintes, respectivamente.

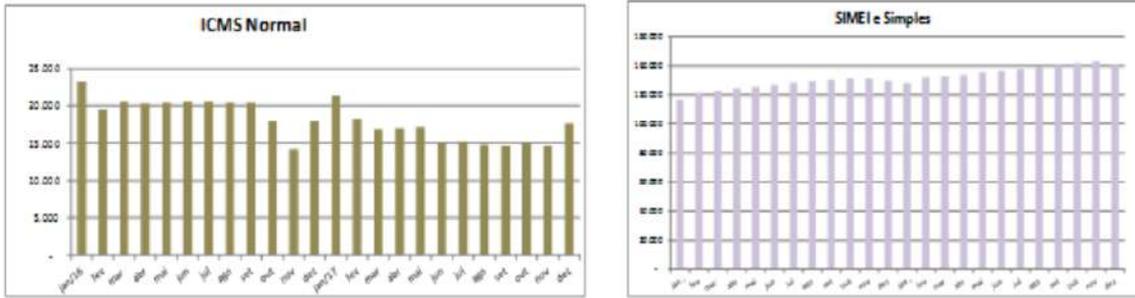


Em relação à localidade, neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências, sobretudo as que possuem maior abrangência: Agências de Taguatinga (+191 inscrições), de Brasília (+143 inscrições), além da região industrial do SIA (+115 inscrições).

DEZEMBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	11	5	3		1		1	29
2) Regime Normal de Afirmação	685	4.003	1.545	1.901	1.527	540	2.541	719	4.012	172	17.545
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	4	207	7	115	1	2	53	2	48	1	440
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		2		13			2		5		22
6) Revendedor Porta-a-Porta				25							25
7) SIMEI - Microempresário Individual	5.514	16.630	14.048		14.027	5.720	8.505	5.952	22.901	2.071	95.498
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.055	11.201	4.565	25	4.532	1.940	5.795	2.275	12.047	656	45.106
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				958							958
10) Telecomunicações - Centralizada				57							57
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Comércio)	7	14	9	3.269	5		2		5		3.311
13) Crédito Presumido-Serv. Transporte				2		1	2		1		6
TOTAL	8.275	32.060	29.180	6.424	29.097	8.205	17.900	8.302	39.019	2.301	163.145
PARTICIPAÇÃO	5,10%	19,75%	12,43%	3,96%	12,38%	5,05%	10,47%	5,53%	24,04%	1,79%	100,50%
aumento mês atual sobre o mês anterior	0,24%	0,45%	0,52%	0,48%	0,49%	0,44%	0,58%	0,57%	0,49%	0,73%	0,50%

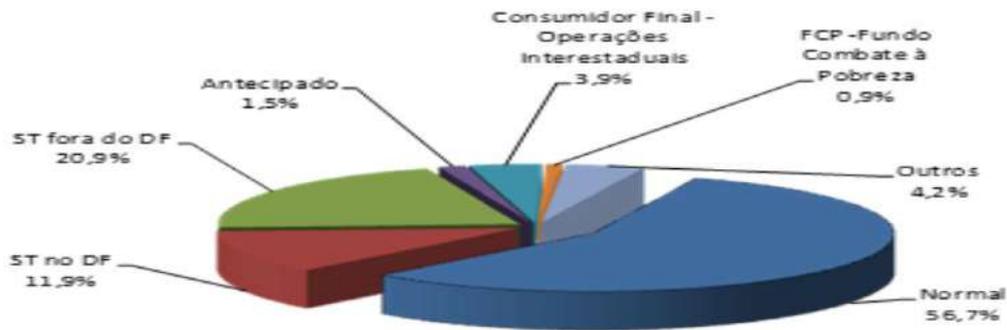
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/12/2017.

Vale destacar o acréscimo do número de inscritos do Regime Normal de Apuração de 3.003 novos registros, relacionado ao desenquadramento de contribuintes do Regime do Simples Nacional, que apresentou decréscimo de 2.729 inscrições.

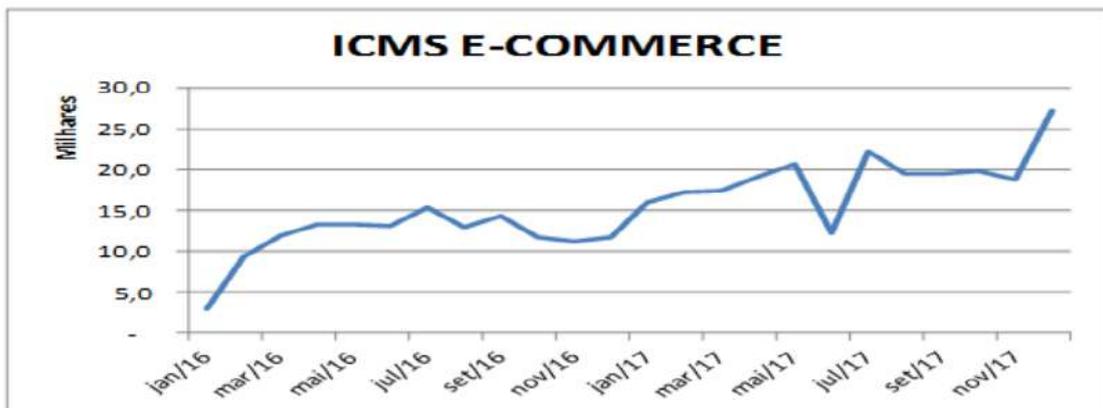


Quanto à composição do ICMS por situação de recolhimento em dezembro de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 56,7%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 32,8%, esse conjunto representando 89,5% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento dezembro de 2017



Delineando o acréscimo real de R\$ 44,3 milhões na receita total do ICMS em dezembro de 2017 na comparação com dezembro de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, destaca-se o incremento do ICMS Normal (+R\$ 18,1 milhões), seguido de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 15,2 milhões), modalidade de receita implementada em janeiro de 2016, cuja evolução encontra-se ilustrada na figura seguinte.



Destaca-se também o aumento da modalidade Outros (+R\$ 11,6 milhões), em decorrência de recolhimentos no âmbito do ICMS Incentivado. O quadro abaixo apresenta a arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (dez/17)
	dez/17	2017	dez/16	2016		
Normal	382.679	4.398.915	374.457	4.895.981	-4,8%	56,7%
ST no DF	82.148	1.042.539	85.828	945.158	-4,3%	11,9%
ST fora do DF	144.296	1.658.905	141.157	1.522.578	2,2%	20,9%
Antecipado	10.051	87.587	10.627	143.337	-5,4%	1,5%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	27.194	231.480	12.019	140.297	120,3%	3,9%
FCP ²	6.287	63.761	5.757	64.372	9,2%	0,9%
Outros ³	29.294	137.072	17.707	137.800	85,4%	4,2%
Total da Arrecadação	651.849	7.618.259	647.551	7.655.502	6,8%	100,0%

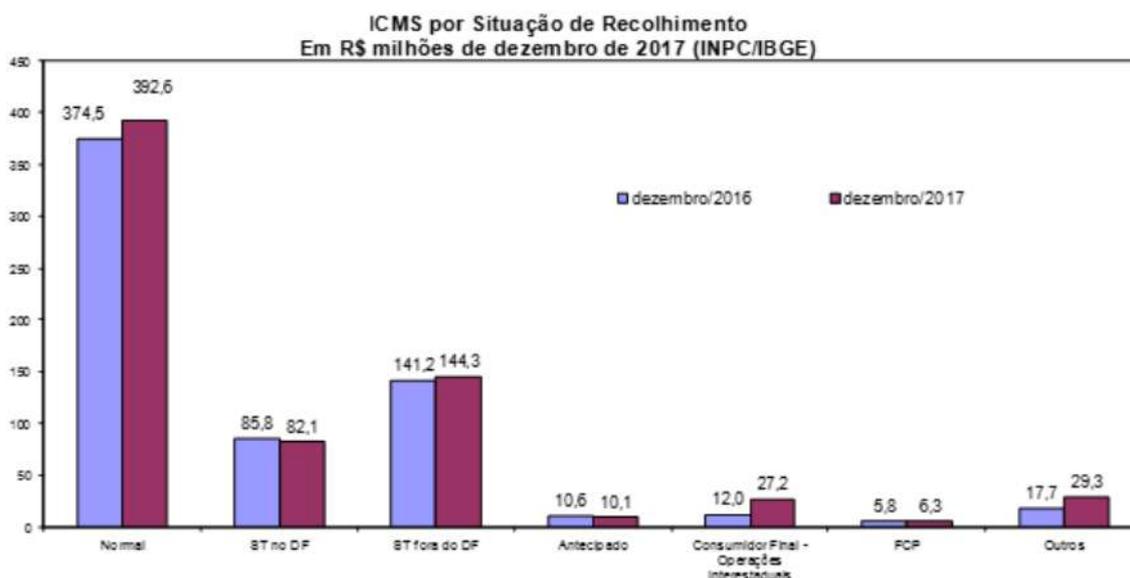
Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/BGE

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros - Importação, auto de infração, LC52/97, Incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

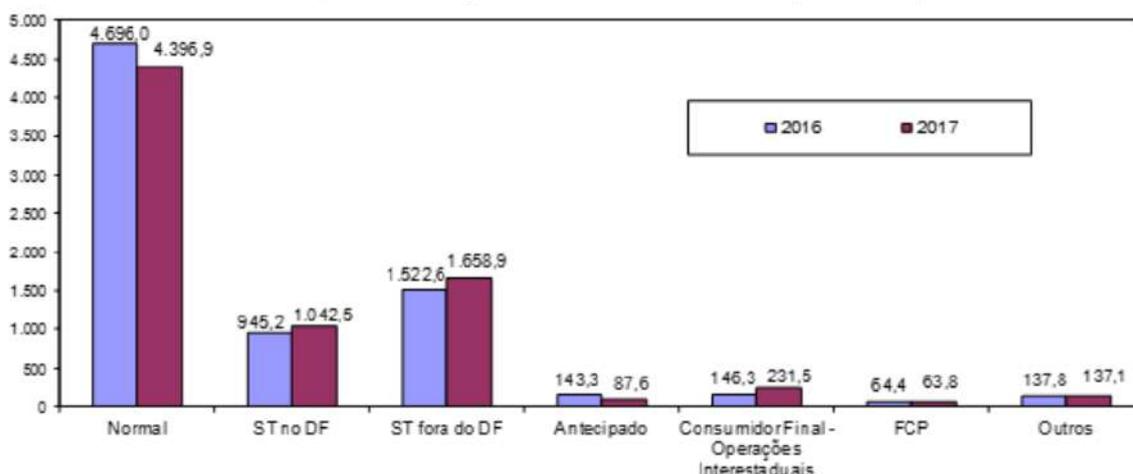
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de dezembro de 2017 com igual mês de 2016.



Quanto ao acumulado em 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 37,2 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. A perda real do ICMS Normal (-R\$ 299,0 milhões) superou os ganhos contabilizados na modalidade Substituição Tributária, dentro e fora do DF. Ademais, destacam-se a expansão da receita de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 85,2 milhões) e o decréscimo nos recursos provenientes da modalidade ICMS Antecipado (-R\$ 55,7 milhões).

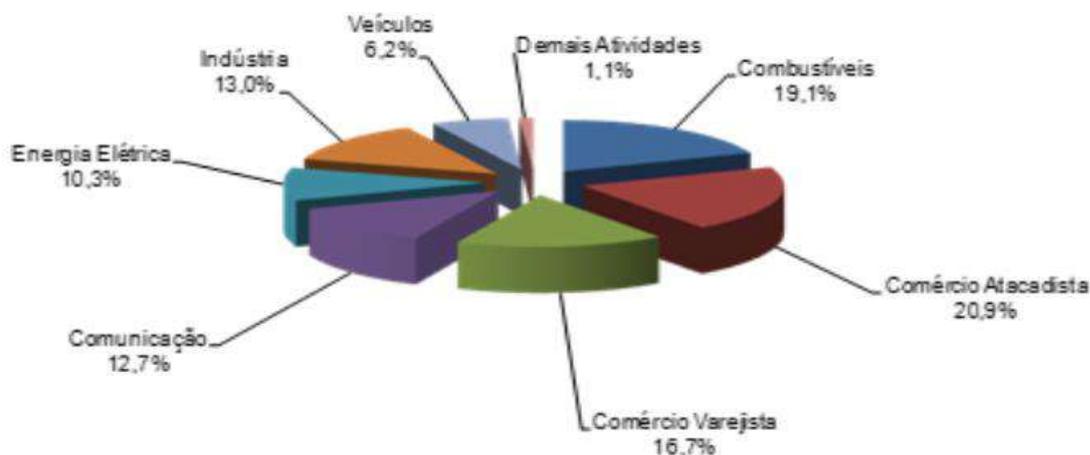
A figura seguinte ilustra a comparação acumulada em 2017 frente a igual período de 2016.

ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões de janeiro a dezembro de 2017 (INPC/IBGE)



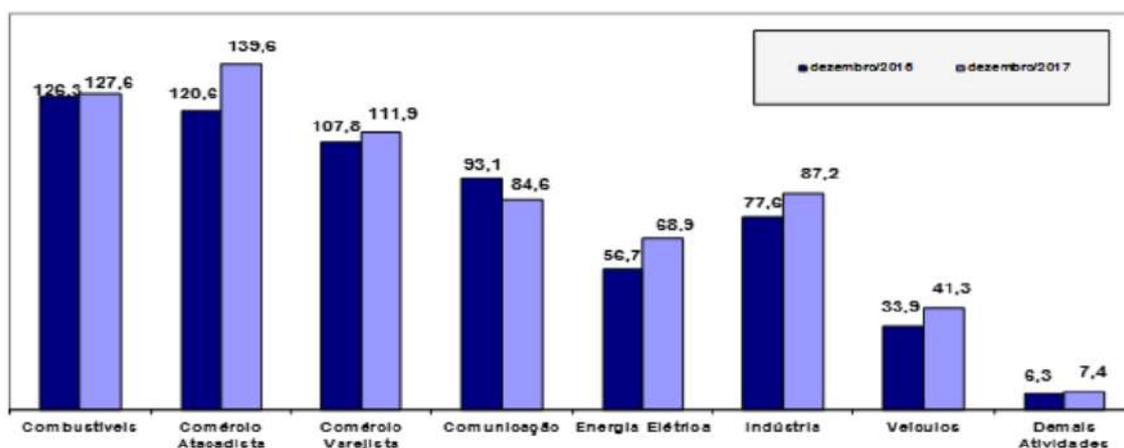
No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em dezembro de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Comércio Atacadista, com participação de 20,9%, seguido por Combustíveis, Comércio Varejista e Comunicação, com 19,1%, 16,7% e 12,7%, respectivamente.

ICMS por Atividade Econômica
dezembro de 2017



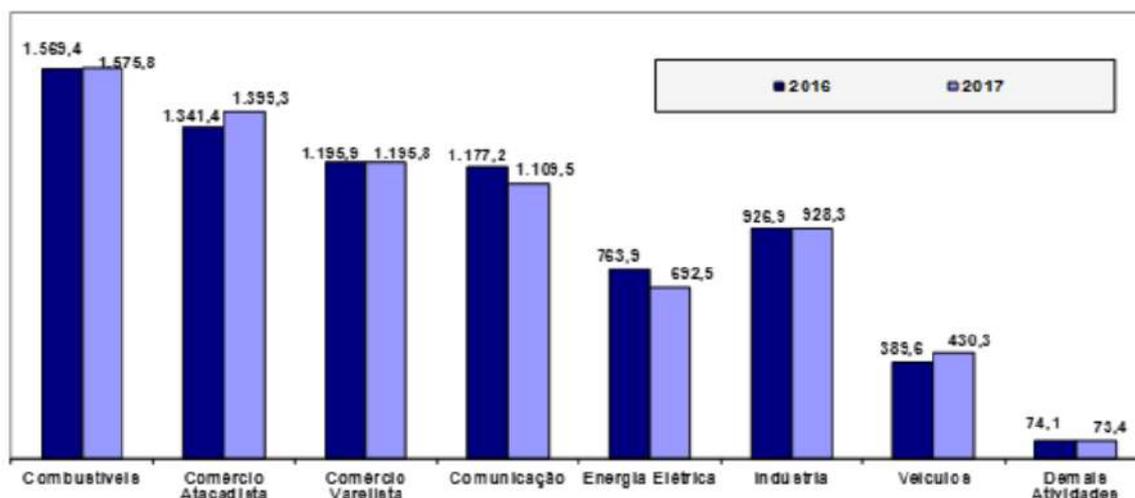
Na avaliação do desempenho real da receita de dezembro de 2017 frente a correspondente mês de 2016, destacam-se acréscimos no Comércio Atacadista (+R\$ 19,0 milhões), Energia Elétrica (+R\$ 12,2 milhões) e Indústria (+R\$ 9,6 milhões). Observa-se que somente o segmento Comunicação apresentou decréscimo de receita (-R\$ 8,4 milhões).

**ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)**



Quanto ao desempenho acumulado em 2017 em relação a 2016, depreende-se que os decréscimos nas arrecadações dos segmentos de Energia Elétrica (-R\$ 71,4 milhões) e Comunicação (-R\$ 67,6 milhões) acabaram por determinar o desempenho negativo em termos reais da arrecadação do imposto em 2017. Não obstante, destacaram-se positivamente os segmentos Comércio Atacadista (+R\$ 58,0 milhões), e Veículos (+R\$ 40,6 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a nov)
Em R\$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de dezembro de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos exercícios de 2017 e de 2016, variações reais, mensal e acumulada, e a composição da arrecadação em dezembro de 2017.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dezembro/2017)
	dez/17	2017	dez/16	2016	dez/17	jan-dez/17	
					dez/16	jan-dez/16	
Combustíveis	127.585	1.575.779	126.303	1.569.410	1,0%	0,4%	19,1%
Comércio Atacadista	139.567	1.399.324	120.580	1.341.351	15,7%	4,3%	20,9%
Comércio Varejista	111.899	1.195.820	107.827	1.195.915	3,8%	0,0%	16,7%
Comunicação	84.631	1.109.546	93.064	1.177.177	-9,1%	-5,7%	12,7%
Energia Elétrica	68.888	692.482	56.655	763.911	21,6%	-9,4%	10,3%
Indústria	87.205	928.261	77.581	926.852	12,4%	0,2%	13,0%
Veículos	41.339	430.255	33.866	389.646	22,1%	10,4%	6,2%
Demais Atividades	7.379	73.387	6.323	74.080	16,7%	-0,9%	1,1%
TOTAL	668.492	7.404.853	622.200	7.438.343	7,4%	-0,5%	100,0%

Fonte: SITAF.

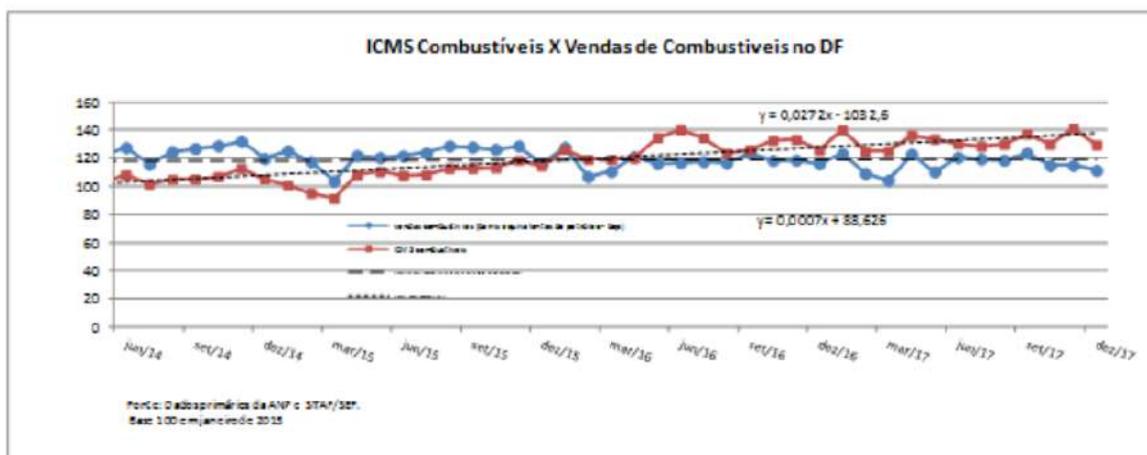
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais.

Para o mês de dezembro em relação ao mês precedente, observam-se decréscimos tanto na venda de combustíveis quanto na arrecadação do ICMS. Registrou-se, em termos nominais, o menor patamar para as vendas do insumo dos últimos sete meses, ao passo que o nível da arrecadação do setor retroagiu quatro meses. Não obstante, as curvas apresentam tendência de crescimento no longo prazo, sendo que a do ICMS foi mais pronunciada.



Analisando a arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal em dezembro de 2017 e no ano de 2017, conforme tabela anterior, no comparativo com dezembro de 2016 e com o exercício de 2016, o desempenho do imposto apresentou acréscimos reais de 1,0% e 0,4% respectivamente.

INDÚSTRIA

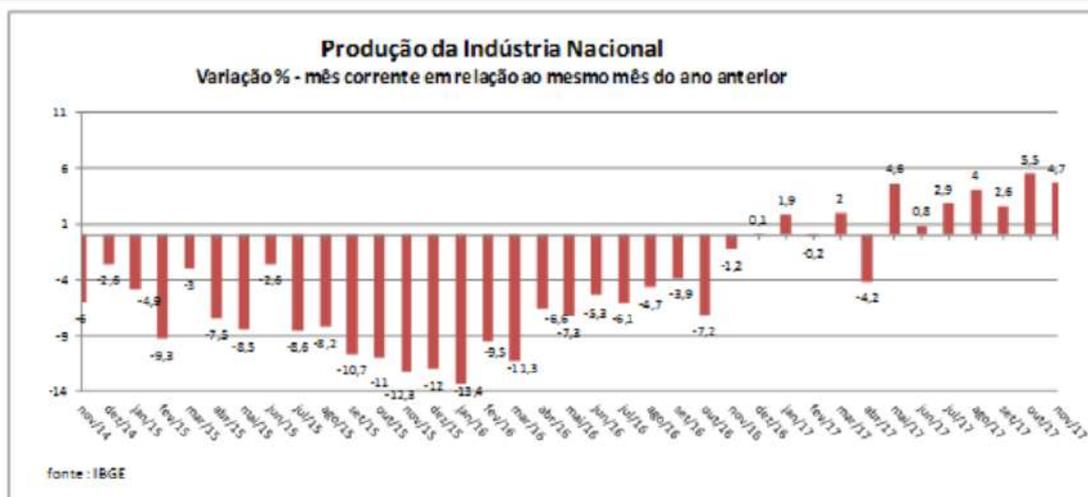
Os dados de novembro da publicação Indicadores Estruturais produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostraram aumentos de 0,3% no emprego, de 0,6% nas horas trabalhadas e na utilização da capacidade instalada, frente a correspondente mês de 2016. Por outro lado os ganhos monetários do ramo apontaram recuos de 0,6% do faturamento real, de 0,5% do rendimento médio real e de 0,8% da massa salarial real.

Chama atenção os dados concernentes à utilização da capacidade instalada (UCI) para possível retomada de expansão do segmento. Em novembro, fator gerador da arrecadação de dezembro, a utilização da capacidade instalada atingiu 78,3%, 0,6 ponto percentual (p.p.) acima do registrado no mesmo mês de 2016, a última vez que a UCI alcançou 78% foi em

fevereiro de 2016. A UCI média dos onze primeiros meses de 2017 é 0,3 (p.p.) acima da computada no mesmo período de 2016.

Entretanto, no acumulado do ano a maioria dos índices ainda apontam queda na comparação com 2016. Emprego e horas trabalhadas registram os maiores recuos, de 2,9% e 2,3%, respectivamente. O faturamento também mostra queda, de 0,7%, enquanto a massa salarial recua 2,0%. Apenas o rendimento médio real, beneficiado pela queda da inflação, mostra crescimento nessa comparação.

Quanto aos dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional divulgada pelo IBGE, em novembro de 2017, a produção industrial nacional mostrou-se com maior vigor, emplacando acréscimo de 4,7% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais - o segundo consecutivo, sendo que a alta foi de 0,2% de outubro para novembro.



Quanto à arrecadação do ICMS da Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi de acréscimo de 12,4% na comparação com o mesmo mês em 2016, e aumento de 0,2% no resultado acumulado de 2017 ante 2016.

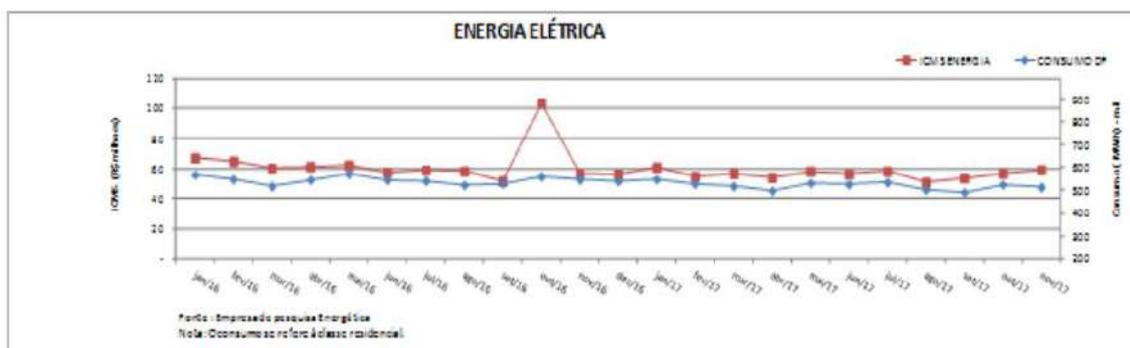
ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.543 GWh em novembro, avanço de 2,4% frente ao mesmo mês do ano passado, sendo esse o melhor resultado para o mês desde 2014. Mais uma vez todas as regiões do país apresentaram taxas positivas, sendo que o Centro-Oeste apresentou o maior crescimento (+7,1%).

O resultado, entretanto, foi afetado em algumas regiões pelo ciclo de faturamento (dias de consumo considerados). No Centro-Oeste, expurgado o efeito de dias a mais de faturamento, a taxa cairia de +7,1% (melhor resultado no mês) para +5,5%. Na região, as maiores taxas de crescimento do consumo na classe residencial foram observadas em Goiás (+8,3%) e no Mato Grosso (+8,5%). No Distrito Federal, o ajuste do ciclo de faturamento reverteria o pequeno crescimento de 2,9% para retração de 3,6%.

No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, verifica-se aumento em dezembro de 2017 de 21,6% em relação a igual mês do ano anterior, porém queda de 9,4% no acumulado 2017 frente a 2016.

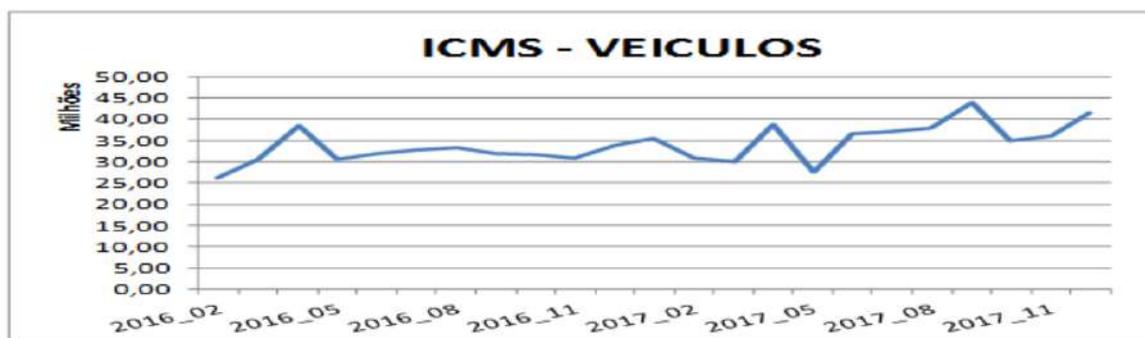
O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo e da arrecadação do ICMS energia elétrica.



VEÍCULOS

Após quatro anos seguidos de quedas, as vendas de veículos novos voltaram a crescer no Brasil em 2017, conforme dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), associação que representa as concessionárias em nível nacional. Em dezembro, foram vendidos 2,2 milhões de unidades (carros, comerciais leves, caminhões e ônibus), alta de 9,2%. Segundo os últimos dados divulgados pela Fenabrave, no mês de dezembro, o avanço do total de veículos novos foi de 4,1% ante novembro, e de 4,05% em relação ao último mês de 2016. Em que pese o bom desempenho observado no ano, o mercado de veículos ainda está longe de retornar aos níveis que registrava antes da crise. Em 2014, último ano antes da recessão, as vendas atingiram 3,5 milhões de unidades, valor 56% superior ao contabilizado em 2017.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi de acréscimo real de 22,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, como também aumento real de 10,4% no resultado acumulado de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016. De acordo com gráfico estampado abaixo, observa-se trajetória crescente para o imposto relativo ao setor no segundo semestre, em apesar da baixa registrada no mês de outubro.



VENDAS NO VAREJO

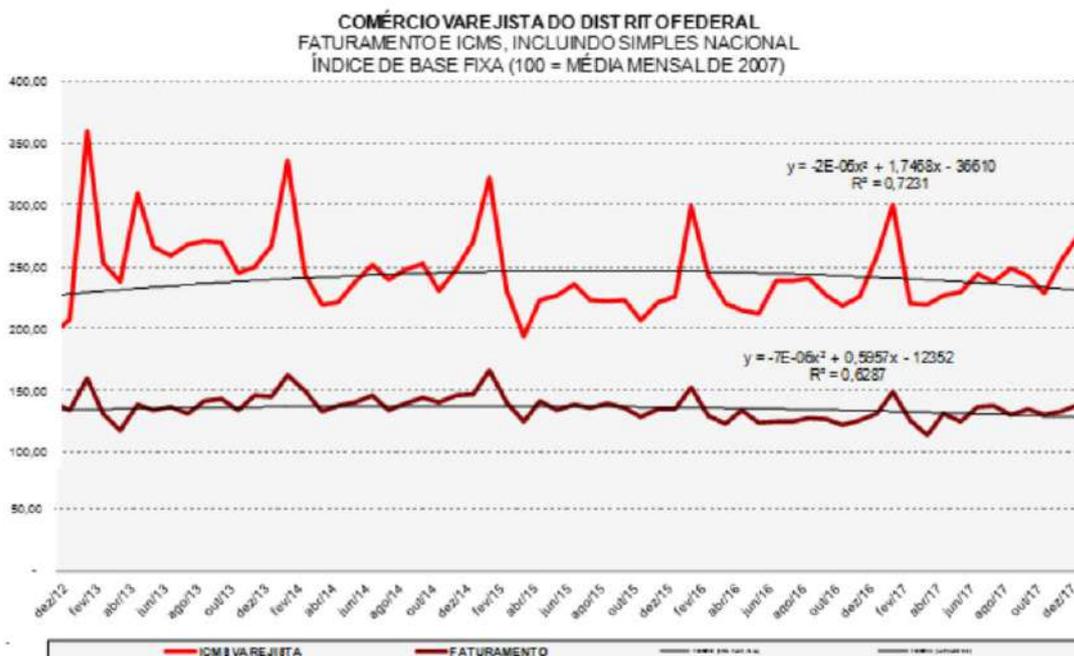
O volume de vendas no varejo cresceu 0,7% em novembro de 2017, na comparação com o mês anterior, pela série com ajuste sazonal, conforme dados divulgados pelo IBGE. Trata-se do melhor resultado de novembro desde 2011. Tal desempenho se deu de forma disseminada, com crescimento em 24 das 27 Unidades Federadas. De acordo com o Instituto, as promoções da Black Friday, campanha que mobiliza especialmente o comércio eletrônico, ajudaram a impulsionar as vendas no período. Os maiores avanços foram observados nos setores Outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,0%) e Móveis e eletrodomésticos (6,1%). Por outro lado, houve perdas em novembro em Combustíveis e lubrificantes (-1,8%) e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-5,8%).

Segundo o IBGE, além da Black Friday, o início da recomposição do mercado de trabalho dos últimos meses e a melhor oferta de crédito subsidiaram a boa performance de novembro.

Porém, é necessária uma melhora mais relevante na taxa de desemprego, que permanece no patamar de 12%.

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi aumento de 3,8% na comparação com o mesmo mês em 2016, e estabilidade no resultado acumulado em 2017 na comparação com 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal apresentou acréscimo em dezembro de 2017, acompanhando o aumento observado para o faturamento das empresas, esse último de maneira mais suavizada. Na ampliação da análise, observa-se comportamento polinomial para ambas as curvas, sendo que a curva do faturamento sugere uma tendência de estabilização, ainda não aparente na curva da arrecadação.



ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em dezembro de 2017 totalizaram R\$ 33,8 milhões, que representam aumento de 11% em relação ao mês precedente, com acréscimos de 13,9% para o ICMS e de 9,6% para o ISS. A queda de contribuintes tanto do ICMS como do ISS decorre do processo de reenquadramento efetuado pela SUREC/SEF.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Julho/2017	17.081.241,65	137.444	13.860.765,54	134.069	30.942.007,19
Agosto/2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796	31.337.870,45
Setembro/2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109	32.125.461,10
Outubro/2017	18.028.165,25	161.501	15.499.477,77	168.972	33.527.643,02
Novembro/2017	16.670.115,74	162.335	13.489.143,77	169.768	30.159.259,51
Dezembro/2017	18.989.089,26	140.604	14.781.613,74	139.898	33.770.703,00

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEL.

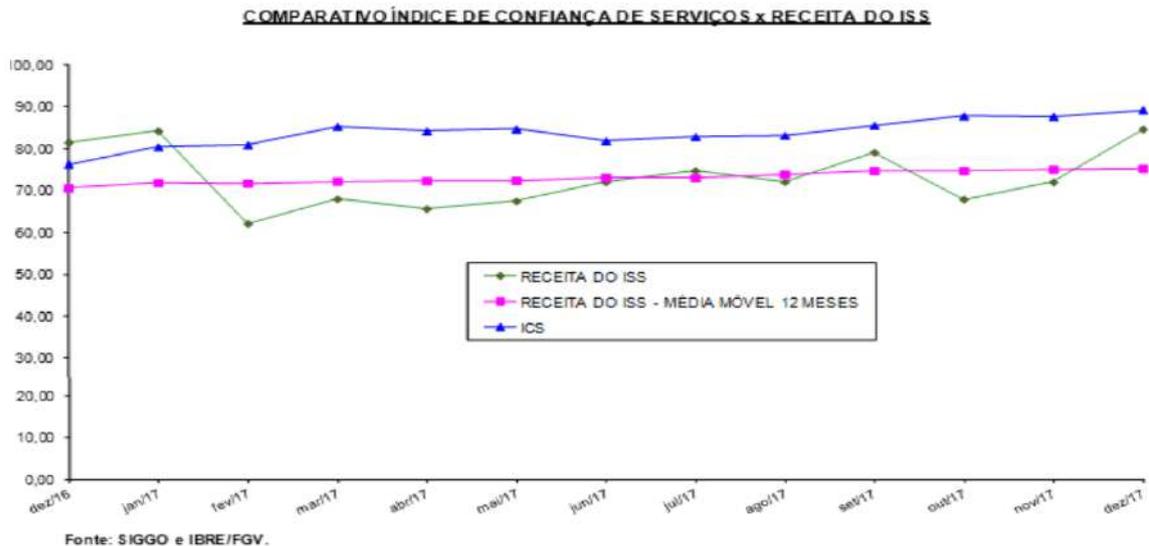
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de dezembro de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 176,6 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se acréscimo nominal de 17,6% na

arrecadação, correspondente a um ganho real de 15,2%, com o expurgo da inflação pelo INPC/IBGE.

No acumulado em 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1,6 bilhão em valores correntes, resultando em aumento nominal de 8,0% e ganho real de 4,9%, em relação ao mesmo período de 2016.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até dezembro de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Após a queda observada no mês de novembro de 2017, o índice de confiança do setor de serviços (ICS), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), voltou a crescer em dezembro, registrando 89,2 pontos, alcançando, assim, o maior nível desde setembro de 2014 e fechando o exercício de 2017 com um saldo acumulado positivo de 12,9 pontos.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de dezembro de 2017, o cadastro fiscal do DF registrou 170.813 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

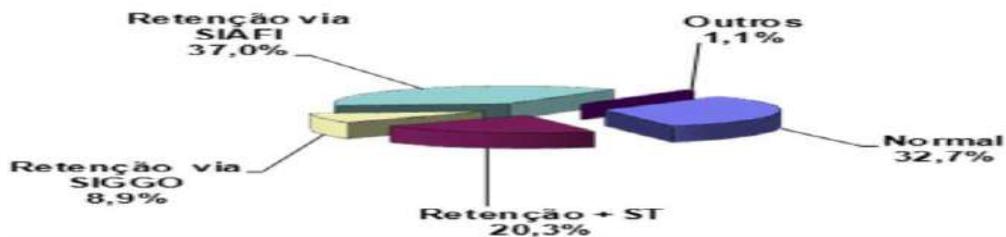
DEZEMBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Aduação	902	11.856	1.381	2.263	1.350	414	4.194	827	5.628	148	29.003
2) Substituto Tributário Interno - ISS		3		39							42
3) PRO-OF Logístico											0
4) SIMPEI - Microempreendedor Individual	5.465	18.198	13.154		13.221	4.775	8.671	5.930	22.265	1.850	93.529
5) SIMPLES NACIONAL	2.089	16.167	3.543	22	3.542	1.310	6.209	2.060	11.969	458	46.369
6) Sociedades Uniprofissionais	2	808	6	7	3	1	60	4	69	2	962
7) Substituto Tributário - ISS (O UTRA, UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	754	4		1		2		776
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		2		66						1	69
TOTAL	8.462	46.044	19.086	3.213	18.160	6.500	19.135	8.821	39.933	2.459	170.813
PARTICIPAÇÃO	4,98%	26,96%	10,59%	1,83%	10,62%	3,81%	11,20%	5,16%	23,38%	1,44%	

No comparativo com o mês anterior houve um aumento de 1.045 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o Regime Normal, que obteve 2.055 novas inscrições e para o Regime do Simples Nacional, que apresentou diminuição de 1.668 inscrições.

Em termos de participação por localidade, 27,0% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,4% na circunscrição de Taguatinga e 49,6% nas demais localidades. Do total de inscrições, 55% estão no SIMEI; 27,0%, no Simples Nacional; 17,0%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,0%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em dezembro de 2017, a Retenção via SIAFI respondeu por 37,0%; o ISS Normal por 32,7%; os recolhimentos por responsabilidade de terceiros (Retenção e Substituição Tributária) por 20,3%; e a Retenção via SIGGO por 8,9%.

ISS por Situação de Recolhimento dezembro de 2017



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento nos meses de dezembro de 2016 e 2017 e nos anos de 2016 e 2017.

Observou-se que as modalidades Retenção via SIAFI e Outros evidenciaram as maiores variações mensais positivas, ao passo que a modalidade Retenção via SIGGO apresentou a maior variação negativa.

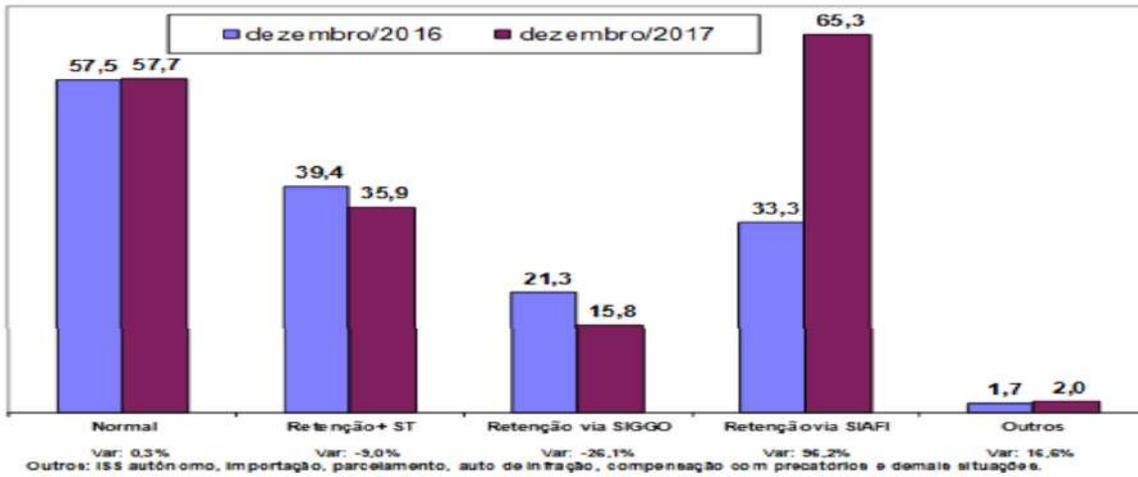
ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (dez -17)
	dez/16		jan-dez/16		dez/17	jan-dez/17	
	dez/16	jan-dez/16	dez/17	jan-dez/17	dez/16	jan-dez/16	
Normal	57.543	664.388	57.710	682.960	0,3%	2,8%	32,7%
Retenção + ST	39.402	434.438	35.860	431.696	-9,0%	-0,6%	20,3%
Retenção via SIGGO	21.327	127.625	15.768	132.410	-26,1%	3,7%	8,9%
Retenção via SIAFI	33.273	308.720	65.290	358.669	96,2%	16,2%	37,0%
Outros	1.706	24.593	1.990	30.541	16,6%	24,2%	1,1%
Total da Arrecadação	153.251	1.559.764	176.618	1.636.276	15,2%	4,9%	100,00%

Fonte: SIGGO
1. Apuração com base no INPC/IBGE

Quanto ao acumulado em 2017, na comparação com igual período do ano anterior, ocorreu aumento real de arrecadação de ISS em todas as modalidades de recolhimento, com exceção da modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros (Retenção + ST).

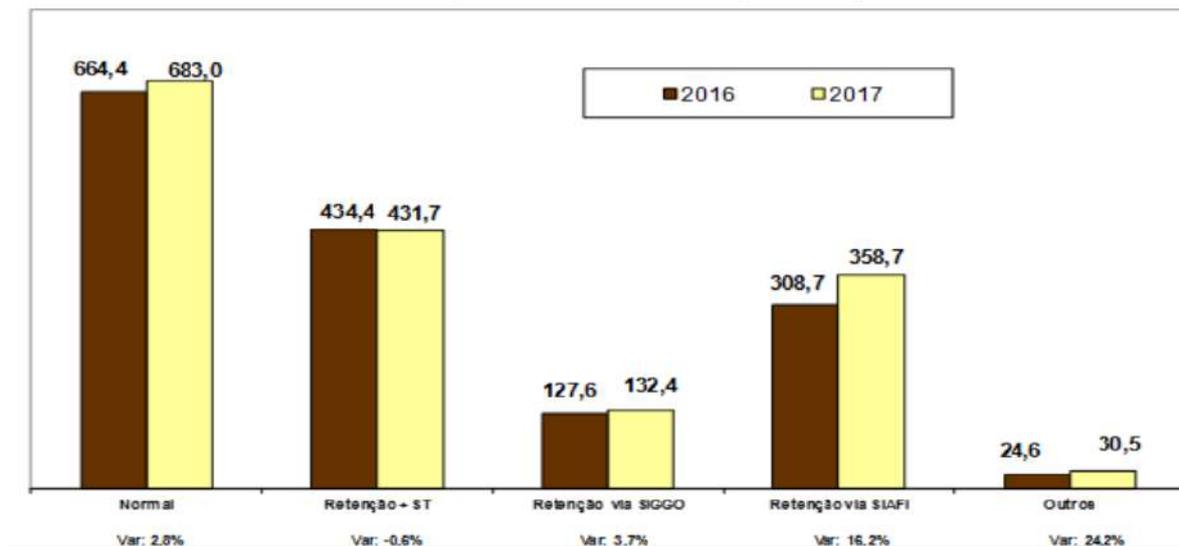
A figura a seguir ilustra a comparação em termos reais de arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em dezembro de 2017 como o mesmo período de 2016. No que tange ao crescimento real de arrecadação do ISS no total de R\$ 23,4 milhões em dezembro de 2017 em comparação com dezembro de 2016, verifica-se que esta ocorreu essencialmente devido ao aumento na arrecadação da modalidade Retenção via SIAFI (+R\$ 32 milhões) que superou as quedas observadas nas modalidades da Retenção via SIGGO (-R\$ 5,5 milhões) e na modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros (-R\$ 3,5 milhões).

**ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)**

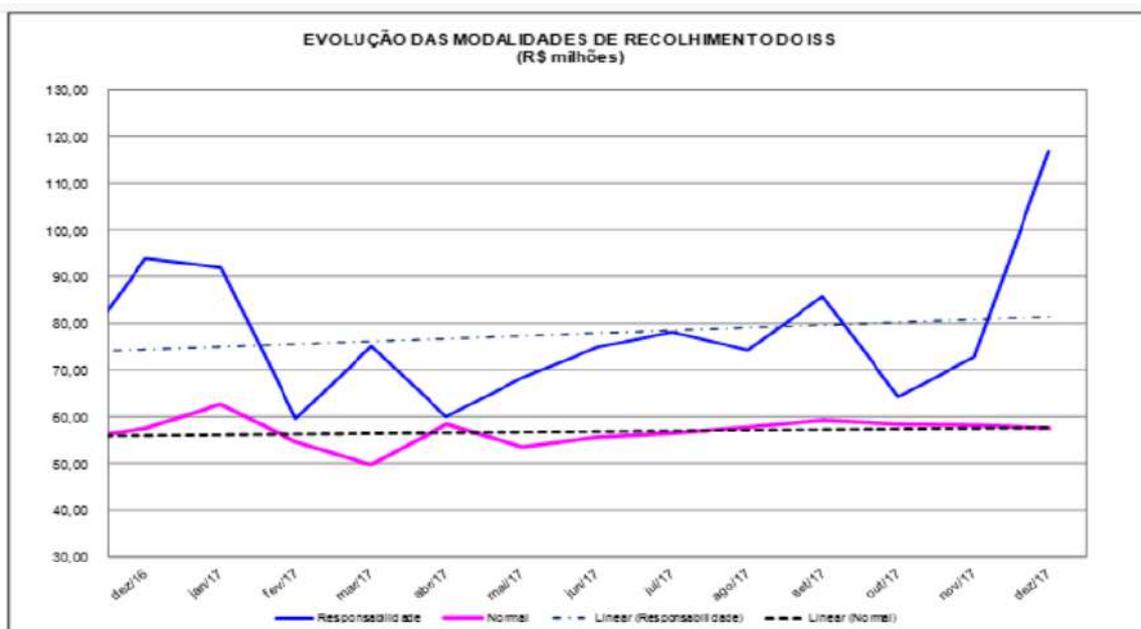


Por sua vez, na comparação da arrecadação acumulada em 2017 com 2016, verifica-se que ocorreu acréscimo real de receita para todas as modalidades de recolhimento, com exceção dos recolhimentos por responsabilidade de terceiros.

**ISS por situação de recolhimento
2017 contra 2016 (acumulado até dezembro)
Em R\$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)**

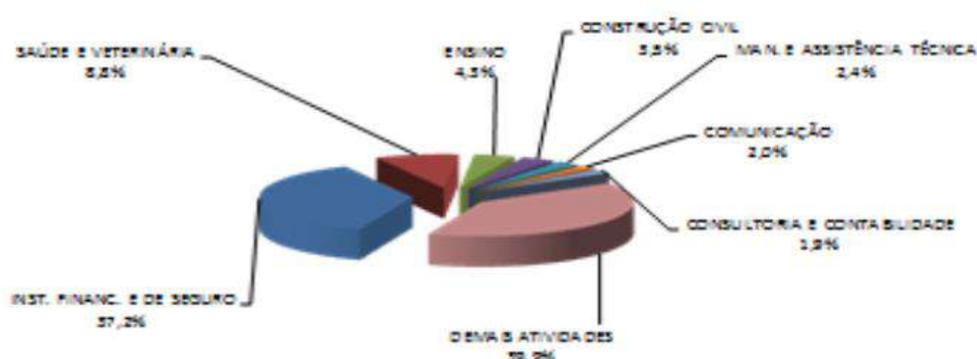


No gráfico seguinte, a linha de tendência para o recolhimento do regime normal é ligeiramente ascendente, enquanto a tendência do recolhimento por responsabilidade de terceiros apresenta relativa estabilidade.



Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em dezembro de 2017, verifica-se conforme gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (37,2%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (8,8%) e Ensino (4,3%).

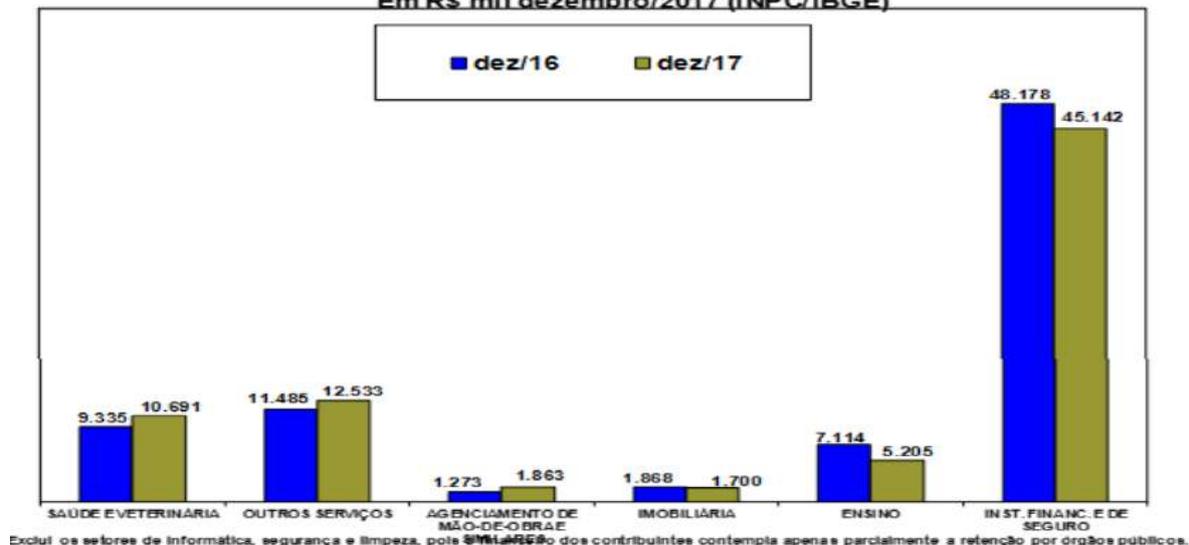
ISS por Atividade Econômica dezembro de 2017



Os gráficos seguintes apresentam o desempenho da arrecadação do ISS pelos principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para a análise.

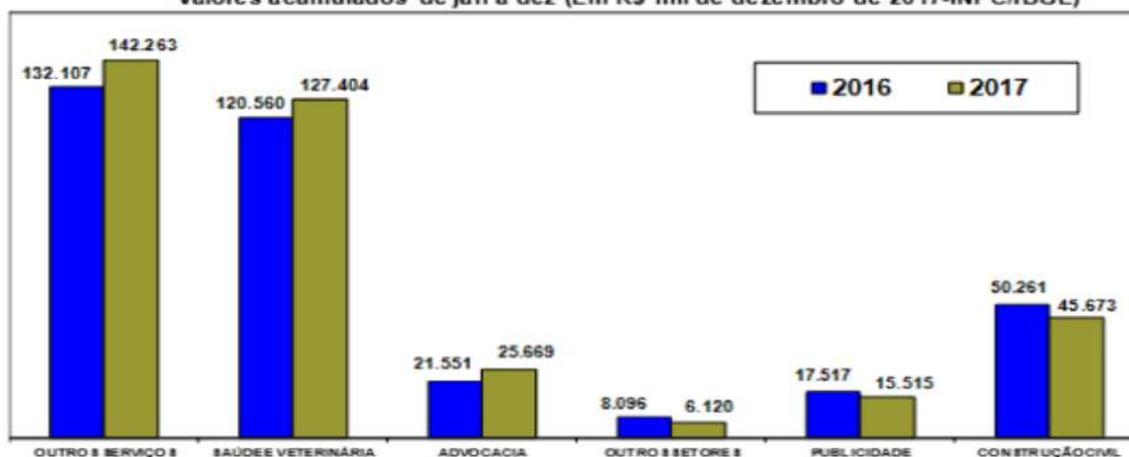
No confronto da arrecadação de dezembro de 2017 com dezembro de 2016, os principais acréscimos ocorreram nas atividades de Saúde e Veterinária (+R\$ 1,4 milhão), Outros Serviços (+R\$ 1,1 milhão) e Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares (R\$ 600 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Imobiliária (-R\$ 167 mil), Ensino (-R\$ 1,9 milhão) e Instituições Financeiras e de Seguro (-R\$ 3,0 milhões).

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas***
Em R\$ mil dezembro/2017 (INPC/IBGE)



Na comparação de 2017 frente a 2016, os maiores aumentos ocorreram nos segmentos de Outros Serviços (+R\$ 10,2 milhões), de Saúde e Veterinária (+R\$ 6,8 milhões) e de Advocacia (+R\$ 4,1 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Outros Setores (-R\$ 2,0 milhões), de Publicidade (-R\$ 2,0 milhões) e Construção Civil (-R\$ 4,6 milhões).

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas**
*Valores acumulados de jan a dez (Em R\$ mil de dezembro de 2017-INPC/IBGE)



(*) exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente retenção por órgãos públicos.

2.1.2. Fiscalização Tributária

Os dados expressos neste relatório tem como fontes primárias as bases de dados dos sistemas e ferramentas de Business Intelligence utilizados nesta SUREC, especialmente o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal (SITAF)

As atividades da fiscalização tributária dividiram-se em quatro focos principais:

- Monitoramento: acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos

considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários, etc.), bem como quaisquer outros em que o cruzamento de informações aponte indícios de irregularidades fiscais;

- Auditorias: realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados;
- Diligências: alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco;
- Fiscalização de mercadorias em trânsito: verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas ao Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas em tais operações.

Programação Fiscal

Seleção de contribuintes a serem incluídos em ações fiscais. No período de agosto de 2017 foram planejadas e distribuídas as ações fiscais conforme tabela abaixo.

RESSARCIMENTO E RESTITUIÇÃO DE ICMS/ISS (NUARE/GEPRO) - 2017			
Processos	Acumulado Jan a Nov/17 (a)	Dez/17 (b)	(a)+(b)
Restituições	517	19	536
Retificações LFE via SIGAC	1.268	72	1.340
Orientação contribuintes :presencial, telefone, SIGAC	313	52	365
TOTAL	2.098	143	2.241

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

AÇÕES FICAIS DESENVOLVIDAS - 2017				
Ações fiscais planejadas e distribuídas	Até o mês anterior, em 2017 (a)	Ajustes no mês anterior (b)	No mês referência (c)	Até o mês de referência, em 2017 (a)+(b)+(c)
Auditorias	672	0	30	702
Diligências	974	7	181	1.162
Monitoramentos	482	20	1	503
Outros	42	4	1	47
Total	2.170	31	213	2.414

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

TIPO DE AÇÃO FISCAL	DESCRIÇÃO DO INDÍCIO / PROCEDIMENTO ESPERADO	TOTAL: ATÉ DEZ. 2017
AEC - ALÍ. FÓRA	Aproveitamento de créditos indevidos nas operações interestaduais	0
AEC - ANTECIPADO	Existência de ICMS Antecipado não recolhido no ingresso da mercadoria	0
AEC - CANCELAMENTO CDA / RETIFICAÇÃO LFE	Retificação de LFE ou alterações que implicaram em cancelamento de CDA	40
AEC - CARTÃO	Receitas informadas pelas administradoras de cartão e não escrituradas	52
AEC - CERBERUS	3 indícios de problemas com Créditos	27
AEC - CONCLUSÃO FISCAL	Compras superam as vendas, sistematicamente	4
AEC - CRÉDITO PODRE	Identificado indício de inidoneidade de notas de entrada	3
AEC - CRÉDITOS IMPRÓPRIOS	Identificado indício irregularidade de créditos aproveitados	12
AEC - MANU	Notas Fiscais manuais de entrada não apresentadas pela empresa em notificação de prospecção da GEPRO	39
AEC - MISSING	NFE de saída emitida sem registro no LFE	111
AEC - OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	Auditorias especiais concentradas com indícios pontuais (não massificados)	296
AEC - PRO DF	Cobrança de ICMS referente uso indevido do ProDF	1
AEC - REG. ESPECIAIS	Cobrança de ICMS referente uso indevido de regime especial	3
AEC - RESTITUIÇÃO TRIBUTOS	Cobrança de ICMS referente uso indevido do ProDF	33
AEC - TRANSPOSIÇÃO SD CREDOR	Cobrança de ICMS referente uso indevido do ProDF	1
AEC - CARTÃO SIMPLES NACIONAL	Empresas que declararam na PGDAS receitas inferiores às declaradas pelas administradoras de cartão	37
AUDITORIA	Auditorias sem escopo previamente definido	43
BAIXA INSCRI. SUBSTITUTO	Auditoria substituto tributário - de baixa no CFDF	24
DIL. ESPECIAL	Diligência: demandas externas, projetos e denúncias	67
DIL. GEJUC/TARF	Diligências decorrentes do julgamento de processos	37
DIL. GEMAE	Diligências de monitoramento	108
DIL. NUOPE/GEAUT	Diligências realizadas pelo Núcleo de Op. Especiais, normalmente para reposta a demandas externas (CORF, PVF, MPDFT, TJDFT, e outros)	319
DIL. NUOPE/GEPRO	Diligências realizadas pelo Núcleo de Op. Especiais, normalmente para reposta a demandas externas (CORF, PVF, MPDFT, TJDFT, e outros)	182
DIL. ESPECIAL	Projeto para verificações diversas	413
DIL. GEJUC/TARF APOSENTADO	Diligência para saneamento de auto lavrado por auditor aposentado	6
DIL. GEJUC/TARF AF AFASTADO	Diligência saneamento de auto lavrado por auditor afastado	1
DILIGÊNCIA PADRÃO	Diligência: demandas externas, projetos e denúncias	29
MONITORAMENTO	Empresas para acompanhamento e monitoramento	503
OPERAÇÃO ESPECIAL		16
PERÍCIA JUDICIAL - ASSIST. TÉCNICO.		7
TOTAL		2.414

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

AÇÕES FISCAIS: DEMANDAS EXTERNAS

AÇÕES FISCAIS: DEMANDAS EXTERNAS

Mês de Finalização	Qtd. Ações Encerradas	Total de Autuações	Principal	Valor Total (R\$)
01	59	2	2.103,00	12.110,41
02	69	5	4.182,62	23.039,32
03	20	2	11.702,76	45.639,12
04	27	9	18.811,55	84.064,12
05	28	3	439,08	6.688,95
06	32	3	10.940,28	45.765,81
07	46	3	15.797,00	64.352,26
08	34	9	9.522,65	59.772,53
09	42	2	66,50	5.374,92
10	24	5	5.373,92	29.170,23
11	7	4	8.263,98	34.253,81
Total	388	47	87.203,34	410.231,48

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

As ações fiscais podem ser classificadas em auditorias e diligências, sendo que:

1. As diligências são realizadas com o objetivo primordial de ostentar a presença do fisco e alcançar, com ações pontuais, um elevado número de contribuintes;
2. As auditorias são realizadas em empresas com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias e visam à constituição de crédito tributário;
3. As ações fiscais podem ser distribuídas diretamente para os agentes ou serem distribuídas para os chefes, que posteriormente redistribuem as ações para seus subordinados.

Auditoria Tributária

Tem como foco principal a realização de auditorias com vistas à constituição do crédito tributário. Segue abaixo quadro-resumo das ações fiscais realizadas e crédito tributário constituído:

Unidade	Nº AFR*	Distribuídas		Concluídas com débito		Concluídas sem débito		Auditorias em andamento	Crédito constituído (em R\$ 1.000)	
		No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês		Ao fim do mês	No mês
NUAUD I	07	8	89	10	59	1	11	16	27.533,68	479.018,12
NUAUD II	10	1	80	8	60	0	10	3	34.336,47	273.773,32
NUAUD III**	05	3	85	6	65	0	5	12	5.265,62	376.544,89
FT-SN***	06	7	62	14	48	0	0	7	7.117,05	32.533,70
NUAFI	02	0	17	0	17	0	0	0	-	36,15
TOTAL	28	19	333	38	249	1	26	38	74.252,82	1.161.906,18

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

* Quantidade de Auditores-Fiscais lotados nos núcleos no ano de referência, incluindo os chefes.

**NUAUD III: Antigo NPISS – alterado a partir de 28/04/2017

***FT-SN: Equipe de Auditoria e monitoramento do Simples Nacional

Gestão do Malha Fiscal

O sistema do Malha DF - Sistema de Gestão da Regularidade Fiscal dos Contribuintes, destina-se à verificação da consistência das informações econômico-fiscais, próprias ou obtidas de terceiros, relativas aos contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF, identificando divergências e possibilitando aos contribuintes, em determinadas situações, a correção espontânea da escrituração fiscal.

O crédito gerado pelas retificações de declarações concernente a 2017 foi o seguinte

PERÍODO	ICMS	SALDO CREDOR	ICMS_ST	ISS
JAN/ NOV	171.934.248	35.741.320	21.404.592	66.045.256
DEZ	21.905.870	1.161.861	4.489.765	15.409.674
ACUMULADO TOTAL	193.840.119	36.903.180	25.894.358	81.454.930

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

Os números acima são referentes às alterações de declarações de contribuintes decorrentes da seleção e das ações do MALHA FISCAL-DF.

Monitoramento e Auditorias Especiais

As atividades consistem basicamente no monitoramento dos contribuintes, por meio do acompanhamento constante do comportamento tributário com vistas à correção espontânea

de desvios identificados. Nesse trabalho é feita a orientação aos contribuintes e emitidas notificações de monitoramento com vistas à correção de irregularidades relativas à obrigação principal. Caso persistam as irregularidades, a empresa é incluída em auditoria com vistas à lavratura de auto de infração. A constituição do crédito tributário pode ser realizada pelo próprio núcleo de monitoramento ou pela Gerência de Auditoria Tributária - GEAUT, sendo que, neste último caso as informações são repassadas à Gerência de Programação Fiscal para posterior distribuição da ação.

Os resultados mais significativos alcançados nos Núcleos da GEMAE em 2017 foram:

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES – MONITORAMENTO – GEMAE					
Núcleos	Quantidade Contribuintes monitorados	Notificações emitidas	Empresas encaminhadas ao GEPRO	Outros	(R\$) Crédito Tributário induzido - monitoramento
Monitoramento Combustíveis – NUCOM	84	-	-	4 Auditorias; 9 auditorias específicas; 197 diligências; 440 diligências PMPF; 2 Assistências em Perícia; 1 diligência GECON; análise de 12 processos SEI; 69 atendimentos a contribuintes (presencial/telefone/SIGAC); participação no Seminário "Troca de Informações – realizado em Goiânia, período de 07 a 10/Nov/2017; 7 participações em reuniões da COTEPE;	77.944,52
Monitoramento Comunicação/Energia– NUCEL	60	39	-	5 Auditorias; 6 auditorias específicas; 11 diligências GECON; 442 diligências PMPF; 396 diligências; 5 vistorias fiscais; 17 análise de processos; 154 atendimentos a contribuintes (presencial/telefone/SIGAC); 5 painéis QlikView; 5 estudos específicos; 8 atendimentos a outros órgãos; e 10 participação em reuniões da COTEPE; 1 comparecimento Justiça/CORF.	140.368,53
Monitoramento ICMS – NICMS	26	1.045	-	7 Auditorias; 36 auditorias específicas; 19 baixas de inscrição; 26 diligências GECON; 68 diligências (especial e GEMAE); 1034 diligências PMPF; 5 análises de processos; 2.750 atendimentos a contribuintes (presencial / telefone / SIGAC); 2 assistência técnica; 15 participação em cursos/eventos; 12 estudos específicos; 3 atendimentos a órgãos externos; 3 comparecimentos à justiça/CORF; 9 participação em reuniões da COTEPE; 658 Atendimentos SIGAC/WEB;	4.968.044,95
Monitoramento do ICMS – NICMS (GT Produtor Rural)	35	47	-	19 baixas de inscrição; 176 diligências CBRAT; 3 emissões NF avulsas; 141 análises de dossiês; 123 atendimentos a contribuintes (presencial / telefone); 39 Atendimentos SIGAC/WEB; 1 curso/evento; 59 AIDF's; homologação de 44 pedidos de baixa; 79 emissões de certificados ou DAR; 21 lavratura de autos de infração; 4 participações em reuniões externas.	228.300,05
Monitoramento ISS – NUJSS – monitoramento substitutos tributários	523	-	-	2 Auditorias; 1 Assistente de Perícia; 25 estudos específicos; 7 reuniões ABRASF; 734 diligências externas; 4.399 atendimentos a contribuintes (presencial/telefone/SIGAC/SEI); 81 atendimentos da PGDF e outros órgãos; 668 análises de processos; e 32 reuniões externas	17.086.469,92
Monitoramento ISS- NUJSS – monitoramento de shows e eventos	177	-	-		802.599,55
TOTAL GEMAE	901	1.131	-		22.501.147,97

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

A fiscalização de mercadorias em trânsito no Distrito Federal, destaca-se na atuação do Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito – CEMET, que com a utilização do aplicativo Posto Fiscal Eletrônico tem direcionado a fiscalização com base nas informações das Notas Fiscais Eletrônicas – NFE destinadas ao Distrito Federal.

Quadro resumo: Atividades GEFMT 2017							
ITENS/QUANTIDADES	NUBEL	NUANA	NUAER	NUFIT	CMEN(*)	GEFMT	TOTAL
Qtd. notificações emitidas	-	311	6	-	-	-	317
Valor notificações emitidas	-	R\$	R\$ 26.991,24	-	R\$	R\$	R\$ 26.991,24
Qtd. registros passagem DANFE	-	-	-	7.735	-	-	7.735
Qtd. Autuações efetuadas	8	838	137	677	2	3	1.665
Valor crédito constituído em autuações	R\$ 90.313,60	R\$ 34.439.573,52	R\$ 3.363.995,59	R\$ 51.384.989,09	R\$ 119.439,49	R\$ 23.074.489,61	R\$ 112.472.800,90
Qtd de GNRE emitidas	-	-	303	292	-	-	595
Valor arrecadado via GNRE	R\$	R\$	R\$ 1.461.108,69	R\$ 466.445,73	R\$		R\$ 1.733.655,50
Operação ICMS importação – sem desoneração	-	-	1.265	-	-	-	1.265
Arrecadação gerada sobre importações	-	-	R\$ 21.129.411,25	-	-	-	R\$ 21.129.411,25
Operações com desoneração de ICMS analisadas	-	-	2.657	-	-	-	2.657
Montante de desoneração de importações	-	-	R\$ 542.636.164,93	-	-	-	R\$ 542.636.164,93
ICMS diferido importações	-	-	R\$ 10.898.310,72	-	-	-	R\$ 10.898.310,72
Notificações analisadas	-	-	-	-	-	-	
ICMS originário notificações	-	-	-	-	-	-	R\$
Qtd. ordens de serviço atendidas	-	-	-	144	-	-	144
Qtd. Notificações; termos retenção DARSs emitidos	-	-	-	23	-	-	23
Contagem física/pesagem mercadorias	-	-	-	16	-	-	16
Suspensão/cancelamento sugerido	-	-	-	23	-	-	23
Atendimento a contribuintes (telefone/balcão)	-	-	-	53	-	-	53
Despacho DETRAN	3	-	-	-	-	-	3
Pedidos de denegação de Nfes SIMEI	-	-	-	-	-	-	-
Término de denegação SIMEI	-	-	-	-	-	-	-

Processos Administrativos Fiscais

Análise da admissibilidade da impugnação, declaração de revelia bem como da verificação da consistência material e formal dos autos de infração lavrados.

Atividades da GECON 2017				
PERÍODO	SALDO INICIAL Autos de infração	ENTRADAS Autos de infração	SAÍDAS Autos de infração	SALDO FINAL Autos de infração
Jan/2017	1.462	170	327	1.067
Fev/2017	1.067	224	213	1.037
Mar/2017	1.037	537	433	1.141
Abr /2017	1.141	560	519	1.182
Mai / 2017	1.182	470	406	1.246
Jun / 2017	1.246	213	429	1.030
Jul/2017	1.030	236	351	915
Ago/2017	915	155	535	535
Set/2017	535	217	226	526
Out/2017	526	243	261	508
Nov/2017	508	189	192	505
Dez/2017	505	272	138	639

Tributação

Coordenação e Supervisão das atividades desenvolvidas pela área de tributação, com o propósito de racionalizar, simplificar e disseminar a Legislação Tributária, sua interpretação e aplicação, e atuar sob a regência do Processo Administrativo-Fiscal, proporcionando clareza, uniformização de entendimentos, transparência e agilidade nas decisões. Art. 89 do Decreto distrital nº 35.565, de 25 de julho de 2014.

Julgamento do Contencioso Administrativo fiscal

Em 2014 foram julgados 1.013 processos com crédito constituído de cerca de R\$ 469,4 milhões, em 2015, 662 processos, com crédito constituído de cerca de R\$ 3,03 bilhões, até dezembro de 2016 foram julgados cerca de 1.845 processos, correspondendo a R\$ 1,8 bilhões em termos de crédito tributário constituído.

Em 2017, 1.336 processos foram julgados perfazendo cerca de R\$ 1,85 bilhões em termos de crédito constituído, a saber:

Evolução do Crédito Tributário Julgado – 2014/2016

Histórico	2014	2015	2016	2017
CRÉDITO TRIBUTÁRIO:R\$ bilhões	0,47	3,03	1,8	1,85
Quantidade de processos	1.013	662	1.845	1.336

Fonte: GEJUC/SGEJUC.

Atualmente, o estoque de processos aguardando julgamento de cerca de R\$ 484,33 milhões em termos de crédito tributário constituído, o qual comparado com o estoque ao final de dezembro de 2014, cerca de R\$ 3,7 bilhões, corresponde a uma redução nominal de 87 % no estoque de crédito tributário decorrente dos esforços contínuos de racionalização e organização dos trabalhos, que vêm sendo realizados desde 2015.

GEJUC – Crédito Tributário Constituído/Estoque de Processos a Distribuir

Histórico	2014	2015	2016	2017
CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$ bilhões)	3,70	1,67	1,46	0,48

Fonte: GEJUC/SGEJUC.

O desempenho auferido pela Primeira Instância durante o exercício de 2017, tanto em termos de valor de crédito tributário decidido, quanto em termos de quantidade de processos

julgados, evidencia reflexos positivos das iniciativas de automação e racionalização de procedimentos.

Em termos quantitativos, o estoque de processo a julgar, em dezembro de 2017, corresponde a 1.476 processos, contra 3.163 processos em dezembro de 2015 e 3.161 processos em dezembro de 2014.

GEJUC – Estoque de processos

Histórico	2014	2015	2016	2017
NÚMERO DE PROCESSOS	3.161	3.163	2.131	1.476

Fonte: GEJUC/SGEJUC.

No quadro a seguir, são detalhados os quantitativos de processos julgados mês a mês ao longo de 2017 e o crédito tributário constituído correspondente.

GEJUC - Quantitativo de processos julgados/mês-2017 e Crédito Tributário Constituído

MÊS	CRÉDITO CONSTITUÍDO ANTES DO JULGAMENTO (R\$)	NÚMERO DE PROCESSOS
2017-01	146.757.306	101
2017-02	16.261.135	55
2017-03	162.063.269	193
2017-04	199.870.367	46
2017-05	144.154.074	151
2017-06	308.900.808	193
2017-07	381.198.963	117
2017-08	139.183.200	94
2017-09	123.088.935	142
2017-10	132.856.588	116
2017-11	94.802.190	126
2017-12	226.113.056	75
Total	2.075.249.891	1.409

Fonte: GEJUC/SGEJUC

Insta salientar que, no exercício de 2017, os resultados ora auferidos decorrem da busca constante da dinamização da sistemática de gestão e da contínua busca da efetividade administrativa.

Sempre importante lembrar que a forma e dinâmica das ações da Administração Tributária, buscando o incremento da arrecadação do DF, refletem naturalmente no quantitativo de lançamentos realizados pelo conjunto unidades lançadoras da SUREC o que conseqüentemente reverbera no quantitativo de impugnações administrativas impulsionando ou não no aumentando do estoque crédito tributário e de processos em julgamento.

Entre janeiro e dezembro de 2017, ingressaram no estoque de processos cerca de 757 novos processos totalizando R\$ 831,6 milhões em termos de crédito constituído.

GEJUC - Quantitativo de processos recebidos 2017 e Crédito Tributário Constituído

ANO-MÊS	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR LANÇADO (R\$)
2017-01	62	102.454.007
2017-02	72	170.507.981
2017-03	89	132.465.226
2017-04	99	28.427.541
2017-05	84	12.726.160
2017-06	163	19.483.289
2017-07	60	70.539.633
2017-08	51	172.051.504
2017-09	15	9.317.526
2017-10	27	39.027.090
2017-11	24	38.513.277
2017-12	11	36.098.633
Total	757	831.611.866

Fonte: GEJUC/SGEJUC

Visando contribuir para o incremento de receitas, para a redução do tempo de resolução dos lançamentos sob impugnação administrativa e para maior transparência externa e interna, a GEJUC/SEF vem atuando fortemente nas ações de modernização, automação e padronização de procedimentos.

Importante assinalar que a consecução de maior eficiência e de melhores resultados, no âmbito do julgamento, envolve, também, o aprimoramento do fluxo de informações entre órgão julgador e as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados, visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações.

O eixo principal do processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, que tem contribuído para o considerável desempenho nesses últimos exercícios. Assim, no que diz respeito ao SGEJUC, a equipe da GEJUC vem atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades do Sistema. Tratam-se de evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes, em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF; das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

De fato tais atividades têm demandado grande dedicação da equipe, tanto naquelas que envolvem a definição/teste/implementação das transações do sistema, quanto nas ações de revisão de rotinas e procedimentos administrativos. O quadro a seguir demonstra as ações implementadas durante o segundo semestre de 2016.

Projetos/metapas previstos até o final de 2018

No que diz respeito às perspectivas para o exercício de 2018, permanecem como prioridade o julgamento célere dos contenciosos fiscais e também as ações que objetivam a eficiência e a eficácia administrativa pela contínua melhoria e aprimoramento das atividades desta Gerência.

Nesse contexto merece destaque as ações de melhoria e aprimoramento do SGEJUC, a saber:

OBJETIVOS	PRAZOS/SITUAÇÃO
<p>Dar prosseguimento à implementação do SGEJUC, bem como realizar alterações para automatizar atividades no âmbito da Gerência de Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal e desenvolver demandas evolutivas voltadas à adequação do sistema às novas sistemáticas de lançamento, ao novo contexto jurídico e à gestão de transparência de atividades públicas, de acordo com Documento de Oficialização de Demandas - DOD nº 05/2015 e seguintes, assim como, alterações que estão em fase de análise para aprovação, desatacam-se as seguintes demandas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar, via Internet e Intranet, as Decisões Proferidas pela Primeira Instância de Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal, as ementas, os dados de publicações realizadas, o histórico dos processos que tramitam na referida instância e os relatórios e gráficos estatísticos do julgamento de primeira instância; ✓ Automatizar a elaboração de ementas e de pareceres e a confecção do ofício de envio do Edital para publicação do DODF; ✓ Ajustar as transações do Sistema para registrar a existência de responsáveis pela obrigação tributária além do contribuinte ✓ Ajustar a forma de apresentação dos andamentos registrados no Sistema, bem como possibilitar a visualização da situação atual do processo; ✓ Enviar e-mail e notificações via Agência@net em lote; ✓ Criar transação para automatizar todos os procedimentos relativos a processos de recurso contra lançamento de tributos, possibilitando o julgamento em meio eletrônico na primeira instância e realização do Juízo de Admissibilidade, com integração ao SIGAC, e produção dos documentos necessários, bem como a inscrição automática em Dívida Ativa de itens não impugnados; ✓ Ajustar a transação e o controle de prazos e criar nova transação de gestão e cobrança relativa a diligência, determinações e outros andamentos; ✓ Realizar inventários de processos utilizando os dados do SICOP e do SGEJUC; ✓ Criar funcionalidades e ajustar as existentes para possibilitar a análise em bloco de processos similares. ✓ Facilitar a utilização do SGEJUC pelos usuários, com a criação de manuais e de mensagens com recomendações e orientações. ✓ Ajustar o SGEJUC para recuperar pagamentos dos lançamentos, seja no RPC SIGEST, SITAF ou outro sistema de lançamento. ✓ Ajustar as funcionalidades e regras estabelecidas no SGEJUC a fim de agilizar os trabalhos desenvolvidos na Gerência de Julgamento e de facilitar manuseio do sistema. ✓ Ajustar regras de classificação automática dos pesos com base nos assuntos DAF. ✓ Ajustar as sistemáticas de produção automática de decisões com base em algoritmos técnicos e jurídicos. 	Ano de 2018

Legislação Tributária

Conforme detalhado nos quadros a seguir as propostas de alteração legislativa elaboradas e encaminhadas no ano de 2017, totalizaram 123 (cento e vinte e três).

Propostas de edição de atos normativos no âmbito da GELEG

Janeiro a dezembro de 2017 – NUFOR/GELEG													
ATO NORMATIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Decreto	3	4	5	1	10	2	7	2	1	4	3	9	51
Portaria	3	1	2	1	2	3	6		5	3	6	4	36
Projeto de Lei	2	1	-	-	-	1	2	3	4	1	3	1	18
Ato Decl. Interpretativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Instrução Normativa	-	-	1	-	1	2	1	2	3	-	-	-	10
Não definido						2		1					3
Ato Declaratório				1					1			1	3
Ordem de Serviço													
Convênio													
Total	8	6	8	4	13	11	16	8	14	8	12	15	123

A seguir, são listados os quantitativos de demandas de formulação de normas que tramitaram durante o ano de 2017, constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD e Sistema Integrado de Informática – SEI.

O quadro abaixo espelha o estoque no início de cada mês, entradas, saídas mensais e estoque final.

Propostas constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD.

MÊS	ESTOQUE INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	ESTOQUE FINAL
Jan/17	*44	8	8	44
Fev/17	44	6	6	44
Mar/17	44	9	8	45
Abr/17	45	4	4	45
Mai/17	45	9	13	41
Jun/17	41	11	11	41
Jul/17	41	13	16	38
Ago/17	38	9	8	39
Set/17	39	14	14	39
Out/17	39	4	8	35
Nov/17	35	17	12	40
Dez/17	40	15	15	40
TOTAL	*44	119	123	40

Fonte: Relatórios Gerenciais SCD e SEI
*Estoque em 1º de janeiro de 2017

Conforme se depreende do quadro acima o Sistema de Controle de Documentos – SCD e o Sistema Integrado de Informática – SEI – registraram no ano de 2017 um quantitativo de 123 (cento e vinte e três) propostas de atos normativos analisados e um saldo de 40 (quarenta) solicitações pendentes e em análise.

Cabe frisar, que as propostas de alterações legislativas são formalizadas por meio de protocolo SCD ou Processo SEI. Tais demandas são examinadas e podem não resultar, necessariamente, em minuta de alteração legislativa, podendo haver cancelamento de protocolos e processos, por diversos motivos, p.e. perda de objeto e desinteresse posterior do demandante.

Avaliação das atividades/desempenho do Núcleo de Disseminação de Normas – NUDIS no ano 2017

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. Disponibilizar no SISLEGIS em 48 horas todas as normas tributárias publicadas no DODF:													
Total de normas publicadas disponibilizadas no SISLEGIS em 48 h	26	12	9	15	22	16	18	34	15	20	15	43	245
Total de normas alteradas disponibilizadas no SISLEGIS em 48 h	19	14	10	15	13	32	22	121	21	16	14	44	341
Total de normas disponibilizadas no site da SEF/DF em 48 h	45	26	19	30	40	48	40	155	36	46	29	87	606
Total de SCDs baixados em 48 h	36	7	9	3	7	9	8	14	1	4	-	5	103
Total de benefícios cadastrados no SISREF em 72 h	19	-		1	1	64	-	4	-	-	-	3	92
Total de normas vinculadas no SISCONFAZ em 72 h	32	2	6		5	13	3	2	-	3	-	23	89
Quantidade de informativos divulgados	24	11	10	13	22	15	17	33	13	13	14	42	227

Processos Especiais

Controle, análise e acompanhamento dos processos relativos a benefícios fiscais de caráter não geral e de regimes especiais ou diferenciados de apuração, recolhimento ou cumprimentos de deveres acessórios.

Conforme Quadro “Estoque de processos existem 546 (quinhentos e quarenta e seis processos) processos. O Quadro - Número de documentos emitidos – janeiro a 31 de Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

dezembro de 217” promove o desdobramento dos atos e procedimentos administrativos praticados por esse núcleo durante o período.

Os esforços no sentido de automatizar e/ou simplificar os processos de reconhecimento de benefício fiscal de caráter não geral vêm gradativamente substituindo a tramitação física de processos pela virtual, adotando para isso a plataforma SIGAC. Atualmente são analisados em processos virtuais os pedidos de reconhecimento de isenção para veículos pertencentes a embaixadas e organismos internacionais e seus funcionários.

Também foi adotado o novo procedimento para os processos de reconhecimento de redução de base de cálculo para locadoras de veículos.

A automatização dos processos de reconhecimento de isenção para embaixadas e organismos internacionais e isenção para transporte escolar encontra-se em fase adiantada de desenvolvimento.

A revisão atos declaratórios de imunidades com objetivo de identificar se as instituições beneficiadas mantém as condições previstas para o reconhecimento, está em andamento.

O alinhamento dos posicionamentos com a jurisprudência, sobretudo em relação as questões pacificadas no Supremo Tribunal Federal, evitando recursos desnecessários está sendo realizado e vem contribuindo para a atualização da legislação tributária.

Núcleo de Benefícios Fiscais – NUBEF – Número de documentos emitidos – janeiro a dezembro de 2017

Núcleo de Benefícios Fiscais – NUBEF até 31/12/2017	
TOTAL DE DOCUMENTOS EMITIDOS	1151
1 - Atos Declaratórios	570
2 - Despachos de Arquivamento	22
3 - Despachos de Indeferimento	111
4 - Demais despachos processuais	42
5 – Notificações	333
6 – Pareceres	73

Fonte: Sistemas SICOP/SEI e SIGAC

Estoque de processos – NUBEF em 31/12/2017	
Aguardando distribuição	90
Para análise	0
Análise sobrestada/Processos coringa	8
Aguardando decisão judicial	0
Aguardando prazo de preponderância	122
Distribuído	206
Aguardando envio de notificação	08
Aguardando retorno de A.R.	114
Aguardando cumprimento de notificação	51
Em análise	33
Aguardando deliberação superior (concluso)	4
Aguardando publicação/ciência	10
Concluído	254
Aguardando registro nos sistemas	16
Aguardando devolução de livros	18
Aguardando prazo recursal	53
Aguardando numeração para arquivo	155
Aguardando encaminhamento aos demais setores	12
TOTAL	546

Fonte: Sistemas SICOP/SEI e SIGAC

Os casos simples de pedido de benefícios fiscais tais como isenção de ICMS e IPVA para Portadores de Deficiência Física/Mental ou Autismo e para Taxistas, isenção de IPTU/TLP para

Aposentados/Pensionistas, isenção de ITCD sobre patrimônios de pequeno valor especificado em lei, também são analisados.

Ao todo, foram recebidos 1977 processos no exercício de 2017, neste incluído os processos físicos e virtuais, contando, no entanto, com um quantitativo ainda insuficiente de analistas e técnicos para toda essa demanda podendo gerar atraso na análise e um acúmulo cada vez maior de processos. Por outro lado, aguarda-se a implementação do rito automático de concessão de isenção de IPVA para Taxistas o que pode diminuir o número de processos recebidos.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2017, foram emitidos 2.063 (dois mil e sessenta e três) documentos administrativos, dos quais 521 (quinhentos e vinte e um) referem-se a pareceres relativos aos pedidos de adoção de regimes especial de interesse do sujeito passivo.

Durante o exercício de 2017, estão sendo adotadas medidas com o objetivo de otimizar os recursos operacionais, desburocratizar e estimular a inovação em seus métodos de trabalho.

Em relação aos processos com atendimento virtual - SIGAC - em 2017 foram 246 (duzentos e quarenta e seis) demandas referentes à Lei nº 5.005/2012, ao artigo 320-D do Decreto 18.955/1997 e ao Decreto nº 34.063/2012, que a partir desse ano também passou a ter a sua análise feita de forma virtual.

Convém destacar que continuam o intuito de adequar e aprimorar o SISLEGIS para a extração de relatórios gerenciais necessários à SUREC e, para isso, algumas demandas foram abertas no OASIS.

Nessa mesma linha, no escopo de fornecer informações gerenciais que irão subsidiar a tomada de decisão nos processos de impressão conjunta NFST, nos termos do artigo 298, inciso XV do Decreto 18.955/97 - RICMS foi aberta demanda no OASIS cujo pleito compreende a inclusão da informação sobre qual das empresas envolvidas é a emitente e qual é a impressora bem como a série e a subsérie utilizada por cada empresa.

Os modelos de requerimento para impressão conjunta de nota fiscal de serviço de telecomunicação ou de serviço de comunicação e de inclusão e cadastramento de que trata o artigo 320-D, bem como o modelo de requerimento referente ao Decreto nº 34.063/2012, juntamente com a lista de documentos necessários, foram disponibilizados na internet.

Quanto à legislação, várias propostas de alteração, em especial nas que regulam o PRÓ-RURAL, o Decreto nº 34.063/2012 e na Lei nº 5.005/2012.

A ação de revisão dos Termos de Acordo que concedem a atribuição da condição de substituto tributário referente às operações internas subsequentes com os produtos relacionados no Item 10, do Caderno I, do Anexo IV ao Decreto nº 18.955/1997 – RICMS, bem como dos Atos Declaratórios concessivos, sob condição resolutória, da condição de Substituto Tributário dos itens 30, 31 e 34 do Caderno I, do Anexo IV do Decreto nº 18.955/1997, informando, em ambos os casos, aos contribuintes da revogação dos mesmos, estão em andamento.

Quanto aos benefícios resultantes das ações implementadas, atualmente, mesmo com um número reduzido de servidores, principalmente da Carreira de Auditoria Tributária, as análises dos pleitos efetuados mediante processos de Regime Especiais, desde que atendidas às notificações porventura existentes, são concluídas num prazo inferior ao prazo de 90 (noventa dias) previsto no Decreto nº 33269/2011 – Processo Administrativo Fiscal, e as demandas efetuadas no SIGAC são analisadas dentro de um prazo inferior a 30 dias.

Esclarecimento de Normas no período de janeiro a novembro de 2017

Produzidos 61 (sessenta e um) atos administrativos voltados ao esclarecimento de normas, de janeiro a dezembro de 2017. Estão incluídas neste total as demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (Solicitação de Esclarecimento de Normas – SEN).

Os quantitativos de demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (SEN), referentes ao estoque de processos no início do ano, quantitativos de entrada, saída e estoque final, relativos aos anos 2016 e 2017 foram os seguintes:

Ano	Est. Inicial	Entradas	Saídas	Est. Final
2016	9	79	68	20
2017	20	80	61	39

Fonte: SICOP

Observa-se que houve sensível aumento no quantitativo do estoque final de processos, circunstância alimentada pela manutenção das demandas relativas à Emenda Constitucional nº 87/2015 e ao inadequado quantitativo de relatores, o que implica aumento no tempo de solução das demandas que, não raras vezes, ultrapassa o legalmente previsto. Tal fato gera constrangimentos no relacionamento com os consultantes, que, não raras vezes, formalizam reclamações nos canais oficiais (SIGAC).

Cumpra, pois, reiterar a imperativa necessidade de recomposição do quadro de relatores do setor que, a juízo seu, demanda um mínimo de quatro relatores, que deveriam ser gerenciados por pessoa investida, material e **formalmente**, em tal incumbência.

Cobrança Tributária

Gestão do Rito Especial

No ano de 2017, deu-se continuidade ao monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, em função da Emenda Constitucional 87/2015 e do Convênio nº 93/2015.

Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFE a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre este e o estado remetente.

Nesta partilha, cabe ao estado de destino 60% da diferença de alíquotas no ano de 2017, 80% no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma.

Para o monitoramento dessas operações é utilizado um painel na ferramenta QlikView, que calcula o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos.

Os resultados obtidos estão dispostos no quadro abaixo:

	Quantidade Acumulada	Valor acumulado (R\$)
Valor Calculado	77.924	273.564.752,30
Valor Recolhido	45.105	210.954.668,85
% Recuperação		77,11

Fonte: Painel de monitoramento QlikView- NGCEL

Rito Especial:

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática, tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

O trabalho desenvolvido, no ano de 2017, consistiu na execução da rotina do Rito relativa aos meses de maio a dezembro de 2016 e janeiro a julho de 2017, além de repescagens para os anos de 2011 e 2012, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R\$ 572.186.105,12, em desfavor de 75.903 contribuintes, como demonstra o quadro abaixo.

Rito Especial	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
Débitos Notificados	75.903	572.186.105,12
Corrigidos e valores entre 10,00 e 350,00	49.789	152.934.229,12
Pagamentos à vista	14.306	22.652.205,73
Pagamentos parcelados	831	23.336.346,74
Total Recuperado	15.137	45.988.552,47
Débitos inscritos em Dívida Ativa	43.534	560.817.943,72
Resultado percentual (Notificado x recuperado)		8,04
Resultado % com corrigidos (Notific. x recuperado)		31,97

Fonte: Sistema de monitoramento do Rito Especial – NURIT/GCORE

Atendimento a demandas relativas ao Rito Especial

Apesar de todo o esforço em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agência Net, muitos contribuintes formalizam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF apenas por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, chegam inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Cobrança Tributária

No ano de 2017, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei nº 5.558/2015, foi implementado, o monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação.

A Lei nº 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação.

No ano de 2017, foram enviados, 204.534 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas no valor total de R\$ 3.522.169.773,93, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas.

Ressalta-se que são prestados suporte a todas as Agências de Atendimento ao Contribuinte, orientando os servidores daquelas unidades quanto aos procedimentos de inclusão/exclusão/manutenção de parcelamentos administrativos e protestos, bem como toda a gestão dos sistemas de parcelamento.

No quadro abaixo estão demonstrados os montantes correspondentes às NFEs recebidas, os valores declarados nos LFEs e aos pagamentos realizados, observando-se uma característica específica do DIFAL do Simples Nacional que é o valor sempre maior dos pagamentos em relação ao declarado no LFE, resultante da desobrigação de escrituração de LFE para os contribuintes enquadrados como MEI, mas que estão obrigados ao pagamento do DIFAL.

DIFAL - SN	Valor acumulado (R\$)
Valor total das NFEs recebidas no DF	3.522.169.773,93
Valor total de DIFAL declarado nos LFEs	64.500.991,47
Valor total de DIFAL pago	74.573.305,19

Fonte: Painel de QlikView de extração e tratamento de dados da NF-e: NUCSN

Está sendo desenvolvido um painel na ferramenta QlikView, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos.

Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Durante o exercício de 2017, foi desenvolvida também a ação de remessa de débitos inscritos em dívida ativa a Cartórios de registro de Protesto. Essa ação, iniciada no exercício de 2014, traz resultados financeiros bastante significativos, elevando sobremaneira o patamar do DF na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, visto que traz um novo elemento de risco para o contribuinte.

Como fato importante a se registrar houve a interrupção do envio de CDAs a protesto, a partir de 16/08/2017, em função de proibição de uso deste meio de cobrança, por força da Lei Complementar nº 931/2017, tendo sido retomadas em novembro em virtude da revogação da lei pelo TJDF.

Os resultados obtidos com o protesto foram os seguintes:

Protesto	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
CDAs enviadas	35.119	1.160.438.610,79
Valor recolhido a vista	2.111	9.258.922,32
Valor parcelado	4.151	174.593.611,85
Total recuperado	6.262	183.852.534,17
Percentual de Recuperação		15,84

Fonte: Relatórios Gerenciais: NUCOD/GBRAT/CBRAT

No exercício de 2017 foram deferidos 65.728 novos parcelamentos administrativos, no montante de R\$ 624.527.287,49, com ingresso de receita oriundo da carteira de parcelamentos geridos da ordem de R\$ 374.380.233,20, conforme especificado no quadro abaixo:

Parcelamentos Deferidos	Qtd. Acumulada	Valor acumulado (R\$)
Concedidos: parcelamentos novos	65.728	624.527.287,49
Valores recolhidos: parcelamentos novos e antigos	728.472	374.380.233,20

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

A cobrança dos débitos inscritos no Cadastro da Dívida Ativa do Distrito Federal e os valores inscritos no exercício de 2017, bem como os resultados da cobrança foram os seguintes:

Dívida Ativa	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
Inscrições - Comunicados enviados	1.348.359	6.445.754.106,86
Valor recolhido à vista	328.159	205.382.496,03
Valor parcelado	75.925	140.820.825,36
Total recuperado	404.084	346.203.321,39
Resultado percentual (Comunic. x recuperado)		5,37

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

Foram desenvolvidas ações de análise dos processos julgados pelo TARF e posterior envio de intimação aos contribuintes autuados quanto ao montante de crédito a ser pago após o trânsito em julgado administrativo.

Em 2017, foram intimados 281 contribuintes perfazendo o valor de R\$ 554.635.381,75, conforme registrado no quadro abaixo:

	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
Notificações e intimações	281	554.635.381,75
Valor recolhido ou parcelado	26	914.937,78
Resultado percentual (Notific. x recolhido)		0,16

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

Destaca-se também a participação em vídeo conferências realizadas pelo CRC, direcionadas a contadores, sobre o DIFAL do Simples Nacional e do Comércio Eletrônico e sua operacionalização.

Sobre o mesmo tema, foram ministrados treinamentos a servidores e palestra durante o "Ciclo de Discussões Tributárias" patrocinado pelo TARF.

Em 2017, por força do Decreto nº 38.527 de 03/10/2017, ocorreu a transformação da Agência de Atendimento do Núcleo Bandeirante em Agência de Recuperação de Crédito e Atendimento - AGREC, subordinada à CBRAT.

Essa nova Agência foi criada com o objetivo de implementar a cobrança administrativa de créditos tributários, por meios eletrônicos e ligações telefônicas, dispondo de equipe de atendentes para efetuar ligações telefônicas ativas e receptivas, conforme estratégias pré-definidas, segmentadas por tipo de tributos, contribuintes e prazos de inadimplência, além de orientar os contribuintes sob ação de cobrança quanto ao cumprimento das obrigações tributárias e à utilização dos serviços disponibilizados pela Subsecretaria da Receita.

Neste escopo, foram iniciados, no mês de outubro, os trabalhos de cobrança de débitos identificados pelo Rito Especial e do IPVA/2017 e, em novembro, os débitos referentes a parcelamentos em atraso, com os seguintes resultados:

AGREC	Valor Cobrado (R\$)	Valor recuperado (R\$)	% Recuperação
IPVA 2017	63.793.840,53	16.075.512,47	25,20
Parcelamento	1.493.044,84	770.696,82	51,62
Rito Especial	15.919.054,25	169.255,78	1,06

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

No âmbito do PROFISCO, estão em desenvolvimento, pela fábrica, os sistemas previstos no projeto visando uma maior automatização dos processos de trabalho e sua integração com os demais sistemas da SEF, o que irá conferir maior agilidade e eficiência aos resultados, bem como um gerenciamento das ações de cobrança mais profissional, alinhado às melhores práticas usadas no mercado privado.

Além dos sistemas, o projeto prevê a contratação de consultoria especializada para a análise e reformulação dos processos de trabalho buscando uma maior eficiência nas atividades de cobrança, a contratação de Serviço de Higienização da base cadastral gerada pela CCALT contendo em torno de 2 milhões de contribuintes (1.650 mil pessoa física e 350 mil pessoa jurídica) e a aquisição de um Sistema de Cobrança para realizar tratamento e definição dos cenários de cobrança com controle de comunicação com o devedor via telefone, e-mail e correspondência, o treinamento de pessoal, com acompanhamento por dez meses e a manutenção por três anos.

Para conhecimento das possibilidades de sistemas do tipo, foi efetuado um teste com um disponível no mercado, no período entre julho e setembro, cobrando, via e-mail e telefone, contribuintes que tivessem uma parcela do IPVA em aberto. Foram cobrados 368.502 contribuintes nesta situação, perfazendo um montante de R\$ 284.966.891,39.

Os resultados abaixo mostram o excelente percentual de recuperação alcançado o que reforça a percepção de que, a adoção de um sistema de gestão de cobrança trará, pelos motivos já expostos, significativo incremento nos resultados conseguidos pela CBRAT.

Total cobrado julho a dezembro 2017	368.502	R\$ 284.866.991,39
Total pago julho a dezembro 2017	91.631	R\$ 69.734.509,76
Percentual de recuperação	24,87	24,48

Fonte: Relatórios Gerenciais: GBRAT/CBRAT

A CBRAT extrai que, em 2017, foi alcançado um percentual de recuperação de créditos de 15,31% com relação ao montante de créditos tratados por alguma das ações de cobranças mencionadas neste relatório.

Frisa-se que em 2017 não houve nenhum programa especial de recuperação de créditos (REFIS), e ainda que o envio de CDAs a protesto ter sido suspenso de agosto a outubro, por imposição da Lei Complementar nº 931/2017, o que teve forte influência negativa nos resultados percentuais de recuperação alcançados.

Valor total cobrado	8.065.601.575,86
Valor total recuperado	1.234.199.391,99
Percentual de recuperação incluindo Arrecadação DIFAL	15,31%

Cadastro e Lançamento Tributários

Tributos Diretos

Estão sendo realizados esforços para o saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes, bem como para a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos (IPTU, TLP, IPVA, ITBI e ITCD).

Lançamento de Tributos Diretos

IPTU
Lançamento do exercício de 2016

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
917.005	917.005	1.146.497.443,77	702.404.969,03

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
O total do lançamento inclui os imóveis da TERRACAP, para comparação com 2017.

IPTU
Lançamento do exercício de 2017

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
945.216	945.216	1.299.166.363,82	721.653.416,92

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
O total do lançamento inclui os imóveis da TERRACAP, para comparação com 2017.

IPVA
Lançamento do exercício de 2016

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.217.502	1.162.150	R\$ 1.067.801.350,70	914.807.459,32

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
Para comparação com 2017.

IPVA
Lançamento do exercício de 2017

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.297.355	1.217.224	1.151.750.785,20	1.027.956.289,69

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
Para comparação com 2017.

Imposto sobre a transmissão (ITBI e ITCD)

2016

	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	40.977	375.321.066,97	321.892.222,15
ITCD	19.722	166.414.457,58	108.457.218,21
TOTAL	60.699	541.735.523,55	430.349.440,36

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Para comparação em 2017

2017

	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	36.368	403.235.083,35	372.396.807,27
ITCD	19.898	169.736.802,90	137.020.001,33
TOTAL	56.266	572.971.886,25	509.416.808,60

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

As áreas construídas e áreas de terrenos foram identificadas pelo Mapeamento Aerofotogramétrico Cadastral, de acordo com o Sistema Cartográfico do Distrito Federal - SICAD, referenciado ao Sistema SIRGAS 2000, executado pelo Contrato nº 02/2016-ACJUR/TERRACAP, celebrado em 19/01/2016, e incluídos no lançamento do IPTU para o exercício de 2017.

REGIÃO ADMINISTRAÇÃO	INSCRIÇÕES COMPATIBILIZADAS E INCLUÍDAS NO CI/DF
Não Identificadas	3.102
1	349
2	22.538
3	1.194
4	5.187
5	26.370
6	21.094
7	7.366
8	5.712
10	31.720
12	35.609
13	19.527
14	4.358
15	20.984
16	9.006
17	9.937
18	9.898
20	45.172
21	868
24	200
25	4.979
26	11.662
27	6.741
29	887
30	15.042
Total	319.502

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Em cerca de 4.000 (quatro mil) imóveis constavam empresas instaladas e sem área construída nos imóveis. As Administrações Regionais foram oficializadas a enviarem cópia dos alvarás de construção e/ou habite-se. Essa fiscalização poderá resultar em cobrança retroativa de IPTU de cerca de 40 milhões de reais, as quais as cobranças já foram iniciadas, conforme quadro abaixo:

NOTICADO/SUJEITO PASSIVO	VALOR (R\$)
SISTEMA INTEGRADO DE EDUCACAO E CULTURA	2.759.632,23
ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DO EDIFICIO VICTORIA FLAT	915.322,68
SYS PARTICIPACOES S/A	405.226,16
PARQUE SAUDE INCORPORACAO IMOBILIARIA S.A.	627.522,47
CONSTRUTORA LUNER LTDA	1.720.104,75
CONSTRUTORA LUNER LTDA	114.194,42
FIDELITY INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES INCORPORACOES	1.453.318,29
DF CENTURY MALLS S.A.	1.262.740,20
SAO LUIS ADMINISTRACÃO DE ATIVOS PROPRIO	1.207.358,00
CLX - INCORPORADORA LTDA	224.624,33
ESPACO Y ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS AS	331.213,85
SDM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	446.494,02
PROSPERY IMOBILIARIA LTDA	40.352,20
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO EDIFICIO COSTA VERDE	255.852,90
GRUPO OK CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	181.570,75
REDE D'OR SAO LUIZ SA	248.028,92
ASSOCIACAO DE PROP.E PROMIT.COMP.DO COND.RESIDENCIAL FLORENCE	106.184,87
CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL	843.675,45

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Arrecadação e Cadastro da Dívida Ativa

As atividades de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa, compreendem:

- O controle da arrecadação tributária do Distrito Federal;
- O gerenciamento dos convênios e contratos de prestação de serviços de arrecadação;
- O gerenciamento da inscrição de débitos na Dívida Ativa do Distrito Federal, bem como o exercício do controle sobre a situação desses débitos;
- A prestação de informações à Procuradoria-Geral do Distrito Federal quanto ao cadastro da dívida ativa para ajuizamento e execução.
- O atendimento a demandas relacionadas a correção de dados relacionados a arrecadação, bem como a dívida ativa.

Considerando que a maioria das demandas atendidas visam a correção de pagamentos, foi desenvolvido um novo sistema de emissão de DAR Avulso pela Internet, reduzirá a ocorrência de pagamentos incorretos pelos contribuintes. O novo sistema entrou em produção na segunda quinzena de Dezembro/2017, porém ainda não há dados sobre o impacto na ocorrência de pagamentos incorretos.

Dados relativos à Dívida Ativa do Distrito Federal, com a movimentação no período de Janeiro a Dezembro/2017:

		TRIBUTÁRIA AJUIZADA	NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA	TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA	NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA
SALDO ANTERIOR (31/12/2016)	QTDE CDAS	1.684.664	46.888	885.729	9.822
	VALOR (R\$)	20.799.420.595,70	1.180.039.904,72	3.212.769.124,12	89.891.683,10
ACRÉSCIMOS LEGAIS (+)	VALOR (R\$)	1.137.938.145,76	76.631.611,05	446.914.670,27	14.257.753,19
AJUIZAMENTOS / INSCRIÇÕES (+)	QTDE CDAS	270.152	3.637	673.638	4.783
	VALOR (R\$)	2.671.999.697,60	180.929.034,01	3.106.440.035,47	130.216.953,42
EXIGIBILIDADE SUSPensa (+)	QTDE CDAS	24.414	4.262	28.478	146
	VALOR (R\$)	393.985.670,20	55.892.229,53	150.745.137,28	5.716.872,36
SUSPENSÕES (-)	QTDE CDAS	5.262	101	243	65
	VALOR (R\$)	165.574.251,62	54.305.258,02	120.740.982,87	5.495.357,00
PARCELAMENTOS (-)	QTDE CDAS	29.676	4.161	28.235	81
	VALOR (R\$)	228.411.418,58	1.586.971,51	30.004.154,41	221.515,36
CANCELAMENTOS (-)	QTDE CDAS	29.636	856	12.677	721
	VALOR (R\$)	624.987.574,87	31.257.744,57	422.391.951,37	26.664.803,77
BAIXA (-)	QTDE CDAS	120.061	1.434	216.704	901
	VALOR (R\$)	156.962.921,01	7.019.906,78	129.718.740,99	3.506.335,90
AJUIZADOS (-)	QTDE CDAS	0	0	270.152	3.637
	VALOR (R\$)	0,00	0,00	2.671.999.697,60	180.929.034,01
PRECATÓRIOS AGUARDANDO REQ. ART. 100 DA CF (-)	QTDE CDAS	0	0	0	0
	VALOR (R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS (27/11/2017)	QTDE CDAS	1.732.155	49.018	1.269.870	11.819
	VALOR (R\$)	24.000.476.634,23	1.222.446.949,32	4.209.859.213,74	132.745.390,38

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Tributos Indiretos

Realizada a gestão, tratamento e disponibilização das informações relacionadas aos documentos fiscais eletrônicos e às declarações econômico fiscais

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a Depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes. Essa alteração pode implicar medidas punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando à diminuição de processos em papel (ex: baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos). O Quadro abaixo apresenta resumo das atividades de depuração cadastral executadas em 2017.

Lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos nos anos de 2016 e 2017:

ISS AUTÔNOMOS 2016

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/12/2016	Valor pago até 31/12/2016	% inadimplência
Nível médio	3.388	3.490.497,80	2.614.249,35	774.900,61	70,36%
Nível superior	4.863	10.019.478,29	7.500.426,94	3.957.557,81	47,24%
TOTAL	8.251	13.509.976,09	10.113.676,29	4.732.458,42	53,22%

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> Base SITAF e SIGEST

ISS AUTÔNOMOS 2017

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/12/2017	Valor pago até 31/12/2017	% inadimplência
Nível médio	3.313	3.617.292,88	2.691.398,00	778.279,58	71,08
Nível superior	4.616	9.990.207,32	7.421.382,01	3.872.202,67	47,82
TOTAL	7.929	13.607.500,20	10.112.780,01	4.650.482,25	54,01

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> Base SITAF e SIGEST

O controle das informações fiscais prestadas pelos contribuintes, que incluem a emissão de documentos fiscais e a escrituração fiscal eletrônica, foi realizado e o quadro a seguir demonstra a evolução da quantidade de Notas Fiscais Eletrônicas emitidas no Distrito Federal em 2017:

Mês/Ano	Qtd total de emissores	Qtd total de notas autorizadas
01/2017	33.985	3.718.173
02/2017	34.581	3.359.045
03/2017	36.639	4.124.943
04/2017	35.891	3.570.221
05/2017	37.723	4.089.525
06/2017	38.109	3.991.447
07/2017	38.827	3.978.063
08/2017	39.551	4.134.205
09/2017	40.398	4.009.654
10/2017	41.526	4.232.822
11/2017	38.881	3.104.719
12/2017	42.611	4.193.026

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> Base SITAF e SIGEST

Quanto à recepção dos Livros Fiscais Eletrônicos, estão discriminadas abaixo as quantidades de declarantes e livros fiscais transmitidos:

Mês/Ano	Número de contribuintes	Qtd livros processados com sucesso	Qtd livros rejeitados
01/2017	75.967	126.723	11.434
02/2017	64.369	88.920	7.207
03/2017	79.439	133.387	12.305
04/2017	69.919	98.735	8.882
05/2017	82.213	126.807	14.482
06/2017	80.757	114.796	11.431
07/2017	79.902	111.747	10.595
08/2017	84.653	127.464	12.743
09/2017	80.652	111.846	11.041
10/2017	86.832	120.916	13.700
11/2017	77.419	108.922	7.153
12/2017	78.150	109.871	7.399

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> SIGEST

Execução de Projetos Especiais

No Programa Nota Legal foram administradas de todas as dúvidas e reclamações do Programa (via SIGAC, e-mail e telefone) advindas, principalmente, de problemas na contabilização de

créditos originados de documentos fiscais e também de indicações de créditos para abatimento em IPVA e IPTU, bem como para depósito em conta.

Em relação ao Programa foram realizadas as seguintes atividades: bloqueio preventivo, efetuando pesquisas na busca de indícios de fraude na apropriação de créditos; geração e gerência de autos de infração, bem como suas pertinentes impugnações; desenvolvimento, implementação e administração de tudo que se refere ao Sorteio.

Cadastro Fiscal

Realizado o tratamento e disponibilização dos dados referentes ao Cadastro Fiscal dos Contribuintes do Distrito Federal, interagindo com os demais setores da Subsecretaria da Receita e órgãos externos que utilizam as informações disponibilizadas no Sistema.

As ações estão focadas em manter os dados cadastrais de pessoas jurídicas o mais próximo possível daqueles arquivados no órgãos de registro (Junta Comercial do DF, cartórios de registro de pessoas jurídicas e OAB).

No quadro abaixo consta o resumo das principais atividades desenvolvidas de registros e alterações cadastrais realizadas até o mês de dezembro de 2017.

TIPO DA AÇÃO	MOTIVAÇÃO	QTD DE OCORRÊNCIAS
Alterações Cadastrais	Atualização dos dados empresariais no Cadastro Fiscal do Distrito Federal.	42.201
Baixa de Inscrição via Sistema RLE	Solicitação de baixa integrada com todos os órgãos intervenientes (JCDF, RFB e SEFAZ/DF).	8.344
Baixa de Inscrição via processo (físico/virtual)	Baixa de Inscrição de Empresas ainda não atendidas pelo Sistema RLE (Filiais, S/A, Cooperativas, Registradas em Cartório e OAB).	2.345
Inscrições concedidas presencialmente	Empresas que solicitaram a inscrição via processo físico (JCDF, Cartórios e OAB).	3.610
Inscrições concedidas via Sistema RLE	Empresas em que os registros foram concedidos de forma integrada.	8.655

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEPES/CCALT

Destaca-se, que, no ano de 2017 teve um avanço significativo a implementação do Sistema RLE – Sistema de Registro de Licenciamento de Empresas, iniciado no final de 2015. Esse fator permitiu a integração dos processos de Registro mercantil das empresas na Junta Comercial, concessão de CNPJ e inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, de empresas de natureza jurídica Limitada, Eireli e de empresas individuais. Da mesma forma, permitiu a integração dos procedimentos de baixa dos registros mercantis das empresas registradas na Junta Comercial do Distrito Federal desses mesmos tipos jurídicos.

Todavia, dadas algumas deficiências verificadas na operacionalização das atividades do sistema RLE, tais como: falta de manutenção, custos e morosidade na implementação da atividade de sistematização dos processos de alterações cadastrais, o órgão gestor do Sistema - Junta Comercial, subordinada ao MDIC – juntamente com os demais integrantes (Secretaria da Fazenda, SEDICT, órgãos responsáveis pelo licenciamento das empresas e o SEBRAE) optaram para migrar o Projeto para o Sistema JUNTA DIGITAL, desenvolvido pela JUCEMG e já utilizado por mais 7 Estados, com o objetivo de inserir o DF na arquitetura proposta pela REDESIM, o que deverá estar concluído até o final de 2017. Vislumbra-se, com isso, que todos os processos vinculados a qualquer tipo de empresa sejam disponibilizados apenas na forma digital, em todas as esferas de tramitação.

Atendimento ao Contribuinte

Ações desenvolvidas com o objetivo primordial de prestar um atendimento de qualidade cada vez melhor aos cidadãos que procuram a Subsecretaria da Receita, com destaque para a ampliação da oferta de serviços pela internet.

Atendimento virtual

Eventos - atendimentos virtuais	2016	2017
Central - 156 (atendimentos por telefone)	301.772	333.304
AGREM	110.200	120.401
Agênci@net (serviços)	101.346	69.960
Nota Fiscal Avulsa – SENFA	146.474	259.949
Total	659.792	783.614

Fonte: AGREM, exceto os serviços da Agênci@net cujos dados foram extraídos do sítio da SEF/DF. Obs.: Os dados dos serviços da Agênci@net estão disponibilizados no sítio da SEF/DF e os serviços disponibilizados na área pública da página da SEF na internet não são quantificados e, portanto, não foram contabilizados acima.

Arrecadação promovida pela Agência de Atendimento Empresarial

ITEM	ARRECAÇÃO
Pagamentos efetivados em decorrência de cobranças PRÓ-DF	427.307,04
Pagamento decorrente de Notificações de Lançamento PRÓ-DF	35.902,17
Crédito constituído por Notificações de Lançamento - PRÓ-DF e FIDE	83.495.666,84
Convênio ICMS 64-06 – alienação veículos locadoras	0,00
TOTAL	83.958.876,05

Fonte: Relatório Gerencial AGEMP/COATE

NOTIFICAÇÕES DE LANÇAMENTO AGEMP - 2017*				
EMPRESA	VAL. ORIG. R\$	SITUAÇÃO	CDA Nº	VAL. PAGO (R\$)
A. TELECOM TELEINF. LTDA	35.902,17	PAGO		35.902,17
MICROLOG INF. E TEC. LTDA	86.805,56	INSC. EM DAT	50187677409 e 50187677417	0,00
TOTAL CENTER REFRIG. LTDA	733.180,97	INSC. EM DAT	50187679193 e 50187679207	0,00
SUPERVIDA DISTRIBUID. LTDA	261.332,47	INSC. EM DAT	50187679150, 50187679169 e 50187679177	0,00
DURAMAR IND. E COM. LTDA	185.716,64	INSC. EM DAT	50187661553	0,00
STACATTO IND. e COM. DE MOV.	1.384.208,75	INSC. EM DAT	50187901643	00-não pago
GLOBALBEV – NL 2.881/2017	2.610.846,78	Aguar. pagto		
GLOBALBEV – NL 2.882/2017	19.085.052,38	Aguar. pagto		
STACATTO - 2.910/2017	839.438,47	Aguar. Recurso	--	--
AMBEV S.A. - 2.912/2017	46.131.991,26	Aguar. Recurso	---	--
GLOBALBEV - 2.911/2017	12.177.093,56	Recurso	--	--
Total de 2017	83.531.569,01			35.902,17

Fonte: Relatórios Gerenciais AGEMP

*Dados acumulados de janeiro a dezembro de 2017

Atendimento Presencial X Remoto

Ano	Canal	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Anual
2016	Remoto	170.234	165.953	158.214	165.391	659.792
	Agências/CAEMI	100.949	101.801	89.220	99.792	391.762
	TOTAL	271.183	267.754	247.434	265.183	1.051.554
2017	Remoto*	196.841	193.324	203.318	191.131	783.614
	Agências	98.691	92.062	89.575	80.458	360.786
	TOTAL	295.532	285.386	292.893	178.784	1.144.400

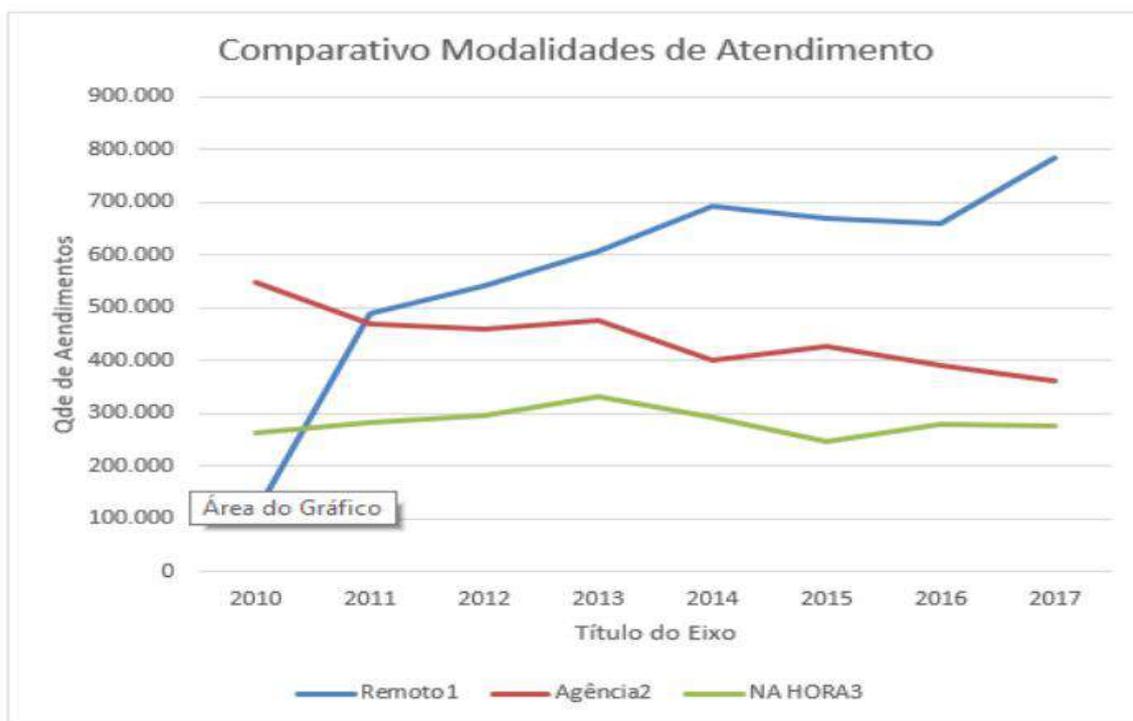
Fontes: Banco de Dados da OS-COATE nº 36/2007 e AGREM.

CAEMI: Extinta em 04/2017.

Agência Bandeirantes: Extinta em 10/2017

Comparativo atendimentos Remoto x Agência x Na Hora - 2010 a 2017

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.



Inscrições e alterações no Cadastro Fiscal do DF:

Mês	Quantidade de Inscrições	%	Quantidade de Alterações	%	TOTAL
1	274	7,12 %	2.303	8,68 %	2.577
2	286	7,43 %	2.702	10,18 %	2.988
3	330	8,57 %	3.365	12,68 %	3.695
4	228	5,92 %	2.435	9,17 %	2.663
5	274	7,12 %	3.124	11,77 %	3.398
6	317	8,23 %	3.008	11,33 %	3.325
7	262	6,81 %	2.832	10,67 %	3.094
8	390	10,13 %	3.725	14,03 %	4.115
9	334	8,68 %	3.049	11,49 %	3.383
10	426	11,06 %	2.712	10,22 %	3.138
11	314	8,16 %	2.666	10,04 %	2.980
12	415	10,78 %	1.766	6,65 %	2.181
TOTAL	3.850	100,00 %	26.543	100,00 %	30.393

Fonte: Relatórios de Cadastro Fiscal publicados no site da SEF/DF.

2.2. GESTÃO FINANCEIRA

Despesa Pública

Para o acompanhamento da despesa pública são observadas as seguintes atribuições:

- Elaboração da programação financeira anual;
- Execução e controle da programação financeira;
- Análise e controle das folhas de pagamentos de pessoal custeadas com recursos do Tesouro;

- Análise e controle da programação financeira para o repasse dos recursos financeiros da administração indireta, entidades dependentes do Tesouro, (Fundações, Autarquias e Empresas Públicas);
- Liberação dos limites financeiros programados a liquidar no início de cada mês corrente conforme o cronograma mensal de desembolso, e também solicitados pelas Unidades Gestoras por meio de ofícios e mensagens no Comunica/SIGGo;
- Emissão de pareceres (financeiros e sobre outros aspectos pertinentes às normas financeiras), em processos enviados à SUTES pelos diversos órgãos/entidades do complexo administrativo do GDF;
- Ajuste periódico da programação financeira, visando adequar o cronograma de desembolso à execução orçamentária;
- Orientação técnica às Unidades Gestoras sobre aspecto da gestão da despesa pública, no que tange às normas de execução financeira em vigor. Para tanto, os meios utilizados são: mensagens via SIGGo, contatos telefônicos e pessoalmente, despachos em processos.

Programação Financeira

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas, foi editado o Decreto nº 37.979, de 26/01/2017, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2017, para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada, conforme valores detalhados nos Anexos II a VII do citado decreto.

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do DF e o ajuste do fluxo de gastos previstos na Lei Complementar nº 101/2000; visando a redução do custo da máquina Pública; objetivando o funcionamento contínuo dos serviços públicos, a manutenção das obras e investimentos, bem como a preservação dos empregos públicos e, ainda, o pagamento a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal, foi criada em 2015 e ainda continua em vigor, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (GOVERNANÇA-DF), conforme Decreto nº 36.240, de 02/01/2015.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF, foram programados no SIGGO na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2017 (Lei nº 5.796, de 29/12/2016), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 83 da LDO/2017 (Lei nº 5.694, de 02/08/2016), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com critérios estabelecidos entre os Poderes Executivo e Legislativo. As dotações autorizadas para as unidades orçamentárias que compõem a função legislativa na LOA/2016 (CLDF e TCDF), portanto, o Poder Legislativo, representa o valor total de R\$ 1,049 milhões.

A Coordenação de Programação Financeira - COFIN procedeu a reestimativa com fundamento no histórico real de arrecadação do quadriênio 2013 a 2016 e assinalou para uma frustração em torno de 134,3 milhões para receitas não tributárias (não estimadas pela AEF/GAB/SEF).

Para os órgãos do Poder Executivo foram programados, conforme Quadro 1, abaixo, um total de R\$ 24.644.619.034, nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de um total de R\$ 28.869.984.200 das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2017, incluindo a Reserva de Contingência (grupo 9) e o Poder Legislativo.

Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) teve, inicialmente, dotação para 2017 no valor de R\$ 13.189.779.861,00, conforme previsto na Lei Orçamentária da União – LOA, Lei nº 13.414, de 10/01/2017, publicada no DOU nº 8, 11/01/2017, Seção 1. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação contida no Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, as áreas de saúde e educação passaram a executar seus orçamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), sistema federal.

A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, a dotação inicial e o cenário final do orçamento do FCDF em 2017:

				Em R\$ 1,00
ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR FINAL	%
Segurança	Pessoal	6.098.019.461	6.110.637.490	0%
	Outros Benefícios	309.133.620	244.984.212	-21%
	Custeio	1.134.006.489	1.154.508.361	2%
	Investimento	252.681.347	81.102.810	-68%
	SUBTOTAL	7.793.840.917	7.591.232.873	-3%
SEE e SES	Pessoal - Educação	2.187.139.011	2.652.591.160	21%
	Pessoal - Saúde	2.590.875.329	2.953.021.560	14%
	Custeio - Educação	391.352.243	0	-100%
	Custeio - Saúde	226.572.361	21.758.540	-90%
	SUBTOTAL	5.395.938.944	5.627.371.260	4%
TOTAL FCDF		13.189.779.861	13.218.604.133	-

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2017

A coluna dos percentuais refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício/2017 entre a dotação inicial e a final, onde se verifica que houve decréscimos para alguns grupos de despesas e acréscimos em outros.

Os dados supracitados demonstram que o maior impacto relativo às alterações solicitadas pela Unidades Gestoras foram remanejamento da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SEEDF), onde se pode observar que foi remanejado quase a totalidade do custeio para pessoal.

No exercício/2017, os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA/MF) alcançaram o montante de R\$ 2.229.311.347,00, correspondendo alteração no orçamento inicial em torno de 17%, sendo: R\$ 1.018.285.328,00 para a área de segurança pública e R\$ 1.211.026.019,00 para assistência financeira à execução de serviços públicos de educação e saúde.

Do montante acima remanejado na área de segurança pública foi para atender pessoal inativo/pensão em virtude das demandas de reservas (aposentadorias) dos militares e aposentadorias dos policiais civis realizadas no decorrer do exercício/2017, correspondendo valor de R\$ 789.322.763,00, equivalente 77,51%.

Análise de processos e documentos que demandam recursos

Em 2017, foram emitidas, aproximadamente, 65 (sessenta e cinco) manifestações em instrução processual, referentes a aspectos orçamentário e financeiro dos pleitos oriundos das Unidades Gestoras que compõem o FCDF, submetidos à apreciação e deliberação da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (Governança-DF), tendo em vista regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 01/2016 editada pela mesma.

Série histórica de aportes anuais do FCDF

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2017					
Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança ₁	SE ₂
2003	3.356.357.953	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48	52
2005	4.449.279.076	2.143.179.975	2.306.054.076	48	52
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48	52
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49	51
2008	6.595.079.327	3.534.122.560	3.057.687.434	54	46
2009	7.604.519.609	3.931.107.687	3.672.420.618	52	48
2010	7.085.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53	47
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53	47
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49	51
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48	52
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47	53
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51	49
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
Total	123.690.702.522	63.532.700.367	60.153.521.413	51	49

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2017

Obs. 1: Segurança = Segurança Pública. Obs. 2: SE = Saúde e Educação

A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, no valor original do fundo (base de cálculo para 2003: R\$ 2.900.000.000,00), têm proporcionado distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF. Ressaltando-se que, nos últimos 3 (três) anos, a área de segurança pública tem recebido mais recursos que as áreas de educação e saúde, ou seja, tem-se priorizado uma em detrimento das demais.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos orçamentos autorizados para o FCDF até 2017. A trajetória da curva demonstra que houve crescimento constante nos aportes anuais de recursos até 2008, com estagnação no período de 2009 a 2010, voltando a crescer no período 2011 a 2015, porém, ocorrendo sensível perda ou retração em aproximadamente 3,0826% em 2016 e retornando seu crescimento em 2017.



Prestação de contas anual - FCDF

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES; e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.

A partir da prestação de contas do exercício de 2015, após orientação e determinação do TCU, os relatórios das Unidades Gestoras da área de segurança pública passaram a ser encaminhados individualmente àquela Corte de Contas Federal, mantendo-se a sistemática anterior para as áreas de saúde e educação, ou seja, para estas Unidades Gestoras os dados e resultados das execuções orçamentárias e financeiras continuam constando do relatório de gestão da Unidade Gestora central 170392 do FCDF.

Em cumprimento as atribuições regimentais aprovados pelos artigos 103 a 105 do Decreto Distrital nº 35.565/2014, a Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, orienta e monitora as Unidades Gestoras que compõem o FCDF, no que tange a elaboração de proposta orçamentária, bem como na execução orçamentária, financeira e na prestação de contas anuais, visando assim alcançar os objetivos a que se propõe o FCDF.

Com a implantação do sistema Monitor Web-CGU em 2017, foram respondidas 12 (doze) Recomendações da Controladoria-Geral da União referente a gestão do Fundo Constitucional do DF.

Utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informação do GDF (SEI-GDF) a GECON procedeu análise e instrução processual de 64 (sessenta e quatro) processos em 2017, referentes a ressarcimentos, ajustes contábeis e orientações junto às Unidades que compõem o FCDF.

Instaurada Auditoria Operacional do FCDF em cumprimento ao Acórdão 2151/2017 – TCU, realizada em conjunto TCU e CGU para verificar a efetividade e sustentabilidade do FCDF, a GECON respondeu a 02 (duas) Solicitações de Auditoria – SA à CGU, Processo SEI nº 00040.00062758-2017-49, e 02 (dois) ofícios de requisição do TCU, Processo SEI nº 00040.00060806/2017-64.

No que diz respeito à cessão de servidores/militares cedidos e custeados com recursos do FCDF, o TCU editou o Acórdão 1774/2017 – TCU-Plenário determinando o retorno imediato dos mesmos, bem como os respectivos ressarcimentos de salários. No entanto, o GDF ingressou com recursos junto ao TCU solicitando reanálise da decisão visando alterar prazo para cumprimento da mesma. O recurso foi acatado pelo TCU, que prorrogou por 60 dias o prazo para cumprimento do citado acórdão.

Com relação aos ressarcimentos, foram abertos os seguintes processos de cobrança:

- Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) – Processos SEI 00428.00003704/2017-15, 00054.00013636/2017-89, 0040.00062083/2017-38;
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) – Processo SEI 00053.00059216/2017-77;
- Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) – Processo SEI 00040.00061790/2017-15.

Foram adotados procedimentos junto às UGs do fundo visando orientá-las quanto ao correto lançamento no Siafi e contabilização das contas públicas em atendimento a legislação aplicável à matéria.

Dívida Pública e Ajuste Fiscal

A Coordenação da Dívida Pública e Ajuste Fiscal - CODAF, criada pelo Decreto n.º 33.370, de 29/11/11, conta em sua estrutura com três Gerências: Controle da Dívida Pública Consolidada - GEDIP; Controle dos Passivos Contingentes – GECOP e de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal – GEPAF, para desenvolver atividades relacionadas à administração, controle e registro de contratos da dívida fundada e das operações de crédito, acompanhamento e

coordenação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal-PAF e dos passivos contingentes do Distrito Federal.

No exercício de 2017, atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal envolvendo a apuração do resultado primário e dos limites de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

No desempenho de suas competências prestou, ainda, por força legal, informações sobre a evolução da dívida pública fundada, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III.

Para subsidiar a captação de operações de crédito acompanha sistematicamente o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Evolução da Dívida Pública Fundada

As informações contidas neste item referem-se à Dívida Pública Fundada do GDF administrada por esta Coordenação. Além desta, o GDF possui outras dívidas, quais sejam:

- Parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil pelos seguintes órgãos: NOVACAP e SAB;
- Precatórios administrados pela Procuradoria Geral do DF;
- Parcerias Público-Privadas.

Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada em 2017 alcançou R\$ 443 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2039. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2020, em função de liberações dos empréstimos.

Dentre os empréstimos externos, três encontra-se em fase de liberação, que são: Programa de Transporte Urbano do DF, Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - Profisco, contratados junto ao BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários;
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE.

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abast. de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;

- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF,
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros - Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavim. Asfáltica no Setor Arniqueira - DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho - DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires - DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF - 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte;
- Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC.

Junto ao Banco do Brasil:

- Empreendimento Residencial Parque do Riacho - 5ª Etapa - Riacho fundo II;
- Mobilidade Integrada;
- Infraestrutura Urbana e Social.

Assim, a partir de 2021, será retomada a trajetória de decréscimo conforme as projeções demonstradas, em valores correntes, no quadro a seguir:

Em R\$ 1,00

ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL	ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2017	233.153	215.434	448.587	2029	322.332	94.538	416.870
2018	355.777	264.269	620.046	2030	237.349	77.312	314.661
2019	446.577	330.234	776.811	2031	229.409	62.527	291.936
2020	500.785	331.887	832.672	2032	227.737	47.949	275.686
2021	505.160	297.623	802.783	2033	184.012	32.859	216.871
2022	478.762	266.554	745.316	2034	155.105	19.173	174.278
2023	469.352	237.210	706.562	2035	114.920	9.284	124.204
2024	468.865	208.165	677.030	2036	64.356	2.563	66.919
2025	378.702	181.133	559.835	2037	8.270	398	8.668
2026	377.542	159.032	536.574	2038	8.270	221	8.491
2027	377.021	137.005	514.026	2039	4.135	44	4.179
2028	367.397	115.218	482.615		0	0	0

Fonte: SIGGO

Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por trinta e cinco contratos, sendo um junto a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, referente ao refinanciamento da dívida, vinte e sete

com a Caixa Econômica Federal, quatro contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e três junto ao Banco do Brasil - BB.

Além da Dívida Interna referente a operações de crédito, o GDF parcelou duas dívidas junto à Receita Federal do Brasil. Uma era da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em liquidação, no valor de R\$ 19.420.445,53, que foi assumida pelo DF, baseada na Lei 5.565, de 09/12/2015, que transferiu para o GDF os direitos e obrigações. A outra dívida, no valor de R\$ 24.831.970,98, era da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Caso o DF não assumisse estas dívidas, ficaria impedido de renovar a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O Distrito Federal assinou, em 24 de março de 2016, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato 003/99, alterando as condições financeiras no âmbito da Lei Complementar nº 148/2014 - contrato da STN, reduzindo o saldo devedor em R\$ 339 milhões. Em 28 de dezembro de 2016, foi aprovada a Lei Complementar nº 156, que autorizou a prorrogação do prazo de pagamento do referido contrato em 20 anos. Para isso, o DF deveria ter assinado um termo aditivo até 23.12.2017, contudo não assinou o novo termo, e consequentemente não prorrogou o prazo de pagamento.

O estoque da Dívida do contrato da STN sofreu acréscimo, devido à elevação do IPCA no decorrer do ano. A dívida com a CAIXA e BB sofreu acréscimo em função dos desembolsos das operações. A STN é credora de 34%, o BNDES de 10%, o BB de 25%, a CAIXA de 30% e a Receita Federal do Brasil de 1%.

Conforme quadro abaixo, estão descritas as dívidas por valores correntes, junto às Instituições:

R\$ Milhões						
CREDOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017
STN	1.192,0	1.211,8	1.211,0	1.280,3	1.052,4	1.117,1
BNDES	278,0	254,0	396,6	363,5	342,1	321,5
BB	0	0	0	553,7	487,4	814,9
CAIXA	465,1	631,9	907,3	952,2	945,0	1.008,2
RFB	0	0	0	0	36,6	31,5
TOTAL	1.935,1	2.097,7	2.514,9	3.149,7	2.863,5	3.293,2

Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a seis contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Houve uma redução da dívida, em valores correntes, em virtude das amortizações ocorridas no período.

R\$ Milhões						
CREDOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BID	520,7	552,5	598,4	845,1	672,3	654,3
BIRD	123,2	132,7	136,9	181,2	134,5	119,5
CAF	2,1	2,4	0,9	0,0	0,0	0,0
TOTAL	646,0	687,6	736,2	1.026,3	806,8	773,8

Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da Dívida Interna

Em 2017, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal (administração direta) foram de R\$ 227,5 milhões com amortização e R\$ 215,4 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 442,9 milhões em valores correntes.

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA												
CREDOR	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	39,3	71,9	44,4	73,8	49,8	74,8	56,2	76,8	26,9	18,3	14,2	15,5
BNDES	42,5	23,6	24,0	18,3	25,1	16,9	34,3	28,3	36,5	26,3	37,6	24,5
CAIXA	15,5	29,8	17,0	48,4	25,9	71,6	52,0	84,6	64,0	85,8	72,8	82,2
BB	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	14,5	2,3	32,4	29,5	67,8
Parcel. RFB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,7	1,7	5,2	1,3
TOTAL	97,4	125,3	85,4	140,5	100,8	163,3	142,5	204,2	138,4	164,5	159,3	191,3

Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram assim distribuídas: R\$ 68,3 milhões com amortização e R\$ 24,1 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 92,4 milhões, em valores correntes:

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA			
ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2012	38,0	11,5	49,5
2013	57,1	12,2	69,3
2014	65,2	12,5	77,7
2015	73,4	18,0	91,4
Área do Gráfico	58,6	18,3	76,9
2017	68,3	24,1	92,4

Liberações de Operações de Crédito

Em 2017, foram liberados R\$ 517,2 milhões em operações de crédito, para os seguintes contratos:

CAIXA – Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R\$10.119.651,03; Implantação do Sistema de Esgotamento de Águas Lindas R\$6.682.853,13; Programa Pró-Moradia - Obras de infraestrutura e saneamento - Sol Nascente R\$13.288.374,04; Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá Sul e Complementação R\$21.508.093,23; Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste R\$778.524,29; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Arniqueira R\$38.557,51; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Buritizinho R\$8.752.323,28; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires R\$23.369.363,58; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico R\$8.908.743,14; Ampliação da DF 047 R\$2.325.649,44; Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC R\$3.462.774,80 e Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM 2ª Etapa R\$ 30.600.000,00.

BNDES – Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Proinveste R\$13.446.507,04.

BB – Mobilidade Integrada R\$ 49.975.0001,01 e Programa de Infraestrutura Urbana e Social R\$ 300.000.000,00;

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

BID – Programa de Transporte Urbano do DF R\$ 7.144.560,00; Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades R\$4.699.221,20; e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – Profisco R\$ 12.115.005,03.

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações, em valores correntes, nos últimos 6 anos:

LIBERAÇÕES OCORRIDAS						
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA INTERNA	191,6	181,2	461,1	557,9	80,9	493,3
DÍVIDA EXTERNA	21,7	9,2	26,8	22,8	19,2	23,9
TOTAL	213,3	190,4	487,9	580,7	100,1	517,2

Novas Operações de Crédito

Em 2017 não houve contratação de novas operações de crédito.

Quando das negociações de novos pleitos de operações de crédito interna e externa no decorrer de 2017, o anexo V, da 13ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito a seguir discriminadas:

Operações de crédito externas

1. Brasília Sustentável II – BID, valor do financiamento: R\$390 milhões, para o período de 2017 a 2020;
2. Brasília Capital das Águas – FONPLATA, valor do financiamento: R\$151 milhões, para o período de 2018 a 2020;
3. PROCONFINS – BID, valor do financiamento: R\$376 milhões, para o período de 2020 a 2022.

Operações de crédito internas

1. CPAC São Sebastião Crixá - Caixa, valor do financiamento: R\$ 52 milhões, período de 2019 a 2021;
2. CPAC São Sebastião Nacional - Caixa, valor do financiamento: R\$ 46 milhões, período de 2019 a 2021;
3. CPAC Riacho Fundo II - 3ª etapa - Caixa, valor do financiamento: R\$ 18 milhões, período de 2018 a 2019;
4. CPAC Itapoã Parque - BB, valor do financiamento: R\$ 47 milhões, período de 2018 a 2020;
5. Obras Eixo Norte – BNDES, valor do financiamento: R\$ 322 milhões, para o período de 2019 a 2022;
6. Aquisição de 10 Trens para o a Linha 1 do Metrô - BNDES, valor do financiamento: R\$ 220 milhões, para o período de 2018 a 2021;
7. Estação 104, 106 e 110 Sul Metrô – BNDES, valor do financiamento: R\$ 75 milhões, para o período de 2019 a 2021;
8. Pavimentação e Qualif. de Vias Urbanas Por do Sol - Caixa, valor do financiamento: R\$ 50 milhões, para o período de 2018 a 2020;
9. Modernização e Aparelhamento Defensoria Pública – BNDES, valor do financiamento: R\$ 7 milhões, período de 2019 a 2020;

Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 31 de maio de cada exercício. A última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, pelo Governo do Distrito Federal foi realizada em 20 de dezembro de 2016, para o período de 2016-2018.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste fiscal referente ao exercício anterior. Para o ano de 2016, o Distrito Federal apresentou os seguintes resultados:

1. Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 1; O DF cumpriu a meta com a relação de 0,22 da RLR.
2. Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em até R\$ 628 milhões; O DF apresentou resultado primário deficitário de R\$ 486 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias. Assim, dentro da meta estabelecida.
3. Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida; O DF cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 56,78%, excluídas as despesas previdenciárias.
4. Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 13.218 milhões; O DF cumpriu a meta estabelecida, já que arrecadou receitas no montante de R\$ 13.418 milhões, excluídas as receitas previdenciárias, isto é, além da meta estabelecida em 200 milhões.
5. Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, com destaque para limitar a relação de 43,65% para as Outras Despesas Correntes em relação à RLR; O DF apresentou o índice de 42,93% com Outras Despesas Correntes em relação à RLR, expurgadas receitas e despesas previdenciárias, ou seja, 0,72% menor ao projetado.
6. Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 5,20% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF apresentou um índice de 4,58% para as despesas de investimentos em relação à RLR, 0,62% menor ao definido na meta.

De acordo com as indicações, decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas, de que houve o descumprimento das metas 1 e/ou 2 do Programa, o Distrito Federal terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do

Programa. Contudo, em 2016, o DF cumpriu todas metas estabelecidas, dessa forma foi considerado adimplente.

Verifica-se na tabela abaixo os resultados apresentados pelo Distrito Federal em cumprimento às metas estabelecidas no PAF-DF para o período de 2013 a 2016, bem como às projeções atuais para o período de 2017 e 2018.

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF

ACOMPANHAMENTO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL-PAF/DF						
ANO METAS	REALIZADO				METAS	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
META 1 Dívida Financeira/RLR	0,22	0,23	0,26	0,22	≤ 1	≤ 1
META 2 Resultado Primário (R\$ milhões)	-946	-2.277	-1.472	-486	-1.159	-1.098
META 3 Despesa Pessoal/RCL	51,51%	56,98%	64,19%	56,78%	60% (projeção de comprometimento de 53,36%)	60% (projeção de comprometimento de 52,60%)
META 4 Receita Própria (R\$ milhões)	10.818	11.465	12.167	13.418	14.464	15.470
META 5 * Outras Despesas Correntes/RLR	46,12%	43,21%	42,93%	45,10%	43,38	43,00%
META 6 Investimentos/RLR	15,55%	14,52%	3,54%	4,58%	12,82	13,21%

* A meta n.º 5 é estabelecida também na forma de compromissos não mensuráveis.

Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro - desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas, conforme seguintes valores correntes, nos anos 2013 a 2017:

ANO	R\$ MILHÕES				
	2013	2014	2015	2016	2017
Valores pagos	124,98	134,45	107,24	107,30	127,02

Fonte: SIGGO

2.3. GESTÃO CONTÁBIL

As principais atividades desenvolvidas pelas Unidades da Subsecretaria de Contabilidade, na condição de Órgão Central de Contabilidade do Distrito Federal, no exercício de 2017, foram as seguintes:

Tomada de Contas

- Organização e controle das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, dos agentes recebedores e pagadores da administração direta e dos fundos especiais;
- Estabelecimento do nível e perfil de acesso dos servidores do Governo do Distrito Federal ao SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, criado pelo Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, fazendo ainda a atualização do cadastro e o cancelando dos acessos sem movimento;
- Exame e controle dos pedidos de concessão e análise das prestações de contas de suprimento de fundos e das despesas realizadas com cartão de pagamento do Poder Executivo efetuadas pelas unidades gestoras da administração pública distrital;
- Implementação da elaboração das tomadas de contas dos ordenadores de despesas da administração direta em meio virtual, em observância às Normas do TCDF, reduzindo custos com impressão de documentos e agilizando a tramitação dos processos;
- Análise de concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos;
- Realizou treinamento às Unidades Gestoras da Administração Direta do GDF para orientação sobre concessão, registros e prestação de contas de suprimento de fundos;
- Elaboração do Manual Operacional de Suprimento de Fundos e sua disponibilização no site da Secretaria de Fazenda;
- Participação nos trabalhos técnicos no desenvolvimento do Sistema de ROLRESP-WEB;
- Participação nos trabalhos técnicos no desenvolvimento do Módulo de Acompanhamento de Transferência no SIAC/SIGGo;
- Participação nos trabalhos técnicos de correção de funcionalidade do Módulo de Convênio e Instrumentos Congêneres (Transferência Voluntárias) no SIAC/SIGGo.

Procedimentos e Controle de Sistemas Contábeis

- Promovidas 4 Instruções Técnicas de Procedimentos Contábeis;
- Alteradas 4 Equações Contábeis e efetuadas 967 alterações no Plano de Contas como medidas para adequar ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP;
- Efetuadas 210 alterações da Tabela Classificação Orçamentária, mediante a publicação de 2 Instruções Normativas;
- Organização e realização do XI Intercâmbio com os ordenadores de despesas para orientar os gestores acerca dos procedimentos inerentes ao encerramento do exercício financeiro de 2017;
- Efetuadas 1833 alterações na Tabela de Eventos objetivando adequar os procedimentos contábeis às necessidades das Unidades Gestoras;

- Desenvolvidos e encaminhados 5 Documentos de Oficialização de Demanda – DODs, sendo que apenas 2 foram concluídos;
- Enviados 58 OASIS do SIGGO, sendo desenvolvidos apenas 27, fato que gera morosidade no aperfeiçoamento dos procedimentos contábeis no SIAC/SIGGo;
- Disponibilizadas Informações mensais para o Portal da Transparência e o Portal Dados Abertos

Consolidação de Balanço

- Elaboração anual do Balanço Geral e organização do processo de Prestação de Contas Anual do Governador;
- Organização do conjunto de documentos elaborados por diversos órgãos do GDF e que compõem o Balanço Geral encaminhado aos órgãos de Controle Interno e Externo, conforme previsto no inciso XVII, artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Encaminhamento dos Balanços a diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, Governo Federal, Institutos de Pesquisas, sociedade civil entre outros, tem por principais objetivos: disponibilizar informações quanto à gestão dos recursos públicos; prestar contas à sociedade sobre a utilização dos recursos arrecadados pelo GDF;
- Disponibilização dos balanços dos exercícios de 2004 a 2016, visando dar transparência às informações do GDF por meio do Sítio da Secretaria de Estado de Fazenda
- Elaboração dos demonstrativos consolidados enviados à Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI;
- Análise qualitativa de contas e acompanhamento quanto ao fechamento para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis: por Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Tipos de Administração e Consolidação;
- Revisão constante das normas visando atender às exigências legais do Governo Federal e do Governo Distrital, que visam à adoção das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Estudos visando à preparação da Matriz de Saldos Contábeis – MSC a ser enviada, mensalmente, à Secretaria do Tesouro Nacional, de forma obrigatória a partir de janeiro de 2018.

Informações Fiscais

- Demonstrativos bimestrais - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO;
- Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção;
- Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- Demonstrativo do Resultado Primário;

- Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital;
- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- Demonstrativo das Transferências de União;
- Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;
- Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde;
- Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária;
- Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme art. 241, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.
- Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal – RGF:
- Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- Demonstrativo das Operações de Créditos;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa [anual];
- Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar [anual];
- Demonstrativo dos Limites.

Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Direta

- Análise e emissão de 94 pareceres contábeis em processos de ordenador de despesas;
- Análise de 228 processos de apuração de superávit financeiro;
- Análise e conferência de 12 conciliações bancárias do Fundo de Saúde do DF;
- Análise e conferência de 431 conciliações bancárias dos demais Fundos Especiais do DF;
- Análises de irregularidades contábeis identificadas nos registros contábeis dos órgãos da administração direta;
- Análise de inventários patrimoniais com vistas ao TCDF.

Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Indireta

- Consolidação de Demonstrações Contábeis para compor a Prestação de Contas Anual do Governador;
- Análise de processos de apuração de superávit financeiro;
- Análise e conferência de conciliações bancárias dos órgãos da administração indireta;
- Análise de irregularidades contábeis identificadas nos registros contábeis dos órgãos da administração indireta do DF;
- Análise mensal dos Balanços Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e das Variações Patrimoniais dos órgãos da administração indireta;
- Análise dos Balancetes das Empresas Não Dependentes (Integra);
- 17 Análises dos Registros de Participações Acionárias do GDF;

- Análise de 17 Integralizações de Capital e Incorporações de Ações das Empresas, cujo capital o GDF tem participação.

Custos Governamentais

- Conciliação a atualização da regra de custos e dos demonstrativos de custos;
- Análise do texto sobre o Sistema de Informações de Custos para inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017;
- Estudos para desenvolvimento de módulo de custos a ser inserido no SIGGo;
- Estudos sobre alternativas para registro da execução física por programa de trabalho para possibilitar a apuração de custos por produtos relacionados aos respectivos programas;
- Elaboração de Relatório para compor as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas da administração direta e fundos especiais.

Patrimônio

- Análise e registro de 61 processos de Inventários Patrimoniais das Unidades Gestoras;
- Atualização e distribuição, às unidades, do Manual de Administração Patrimonial e do Manual de Composição dos Subitens de Despesa referentes à aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição de imóveis e realização de obras e instalações;
- Cumprimento regular de diligências do TCDF, com emissão de pareceres e ofícios sobre questões relacionadas à administração patrimonial; redistribuição de bens ociosos;
- Demandas de desenvolvimento de novas rotinas e manutenção do Sistema Geral de Patrimônio acompanhamento da operacionalização do sistema pelas Unidades de Administração Geral - UAGs; registro de alteração de estruturas administrativas e dos Agentes Setoriais de Patrimônio, responsáveis pela guarda e uso dos bens móveis e pela administração dos bens imóveis.
- Análise dos Inventários Patrimoniais Anuais de 61 Unidades Administrativas, com emissão de relatórios (bens móveis/imóveis) e acompanhamento da regularização das pendências;
- Elaboração e encaminhamento as unidades supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do Exercício.

2.4.TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No exercício 2017, a execução orçamentária e financeira da SUTIC para as ações de Modernização de Sistema de Informação e de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação está detalhada no quadro a seguir.

Registra-se a inexistência de indicadores sob responsabilidade da SUTIC/SEF no âmbito do PPA 2016-2019.

Execução Orçamentária e Financeira - Fonte Tesouro

Em R\$ 1,00

Ação	Nome da Ação	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471	Modernização de Sistema de Informação	2.191.447,00	1.191.447,00	330.847,85	92.649,67
2557	Gestão da Informação dos Sistemas de TI	9.668.000,00	18.065.786,00	16.077.689,71	10.976.632,25
Total		11.859.447,00	19.257.233,00	16.408.537,56	11.069.281,92

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo.

No exercício 2017, houve uma redução de aproximadamente 25% no orçamento governamental para as ações de TIC da SEF/DF. Tal fato posicionou as atividades de TIC para a manutenção dos projetos de Fábrica de Software e de Infraestrutura Tecnológica.

Dessa forma, as ações de Modernização de Sistemas de Informação e de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram pontuadas pela sustentação dos sistemas corporativos (SIGGo – Sistema Integrado de Gestão Governamental, SITAF – Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal, SIGEST – Sistema Integrado de Gestão Tributária etc.) e pelo desenvolvimento de novas aplicações, capazes de oferecer suporte estratégico necessário às ações fazendárias. Além disso, pautou-se pela manutenção dos serviços de infraestrutura tecnológica, com destaque para Infovia, Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade (SIADI), certificação digital, suporte, produção e auditoria de sistemas.

A execução das ações de manutenção dos serviços de TIC (sistemas e infraestrutura) contou com recursos do FUNDAF, no aporte de R\$ 2.010.754, 85 (Dois milhões, dez mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Concernente ao valor empenhado até 31/12/2017.

Paralelamente às atividades de manutenção dos serviços tecnológicos da SEF/DF, as ações relativas à Governança de TIC foram mantidas durante o exercício:

- Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC/SEF-DF: colegiado estratégico, instituído em 2011, com o objetivo de deliberar sobre políticas de investimentos e prioridades relacionadas à TIC/SEF. Neste exercício foram realizadas 03 (três) reuniões com foco no estabelecimento de diretrizes para a atuação da SUTIC/SEF. As Atas do CTIC/SEF-DF estão disponíveis em http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/atas_ctic/atas_ctic.cfm.
- Comitê de Gestão de Mudanças e de Incidentes – COGEM: colegiado de nível tático, instituído em 2016 com o objetivo de avaliar, discutir e aprovar procedimentos de mudança no ambiente tecnológico da SEF/DF. Neste exercício foram realizadas 48 (quarenta e oito) reuniões com foco no estabelecimento de prioridades na execução de projetos de mudança, à luz das diretrizes estratégicas da SEF/DF. As Atas do COGEM estão disponíveis em <http://intranet/area=1586.htm>.

As ações da SUTIC tiveram, ainda, aporte de financiamentos internacionais, firmados entre esta Pasta e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que possibilitaram a realização de investimentos, por meio de projetos de fortalecimento e modernização da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Portanto, no exercício 2017 houve a execução do ganho decorrente da variação cambial no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM (Lei autorizativa nº 5.708, de 02 de setembro de 2016), com ações realizadas até setembro/2017.

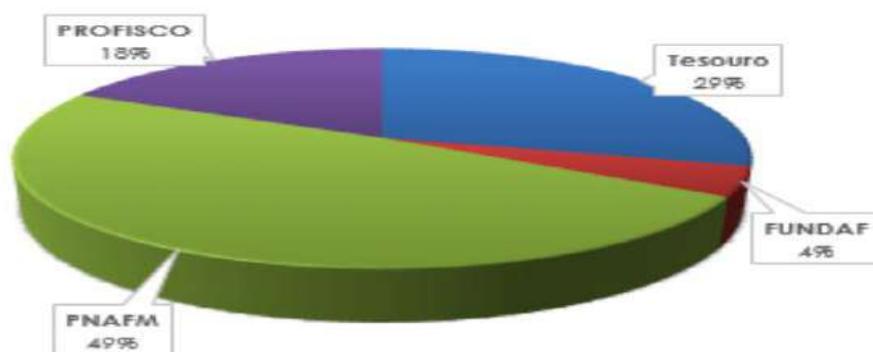
Além disso, foram executados projetos previstos no Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO, proveniente do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR, de 29 de fevereiro de 2016.

Considerando as ações de custeio (realizadas com recursos do Tesouro e do FUNDAF) e de investimentos (realizadas com recursos do PNAFM e do PROFISCO), a execução financeira realizada pela SUTIC no exercício 2017, por fonte de recurso, está apresentada a seguir:

Custeio e Investimentos por Forte de Recurso

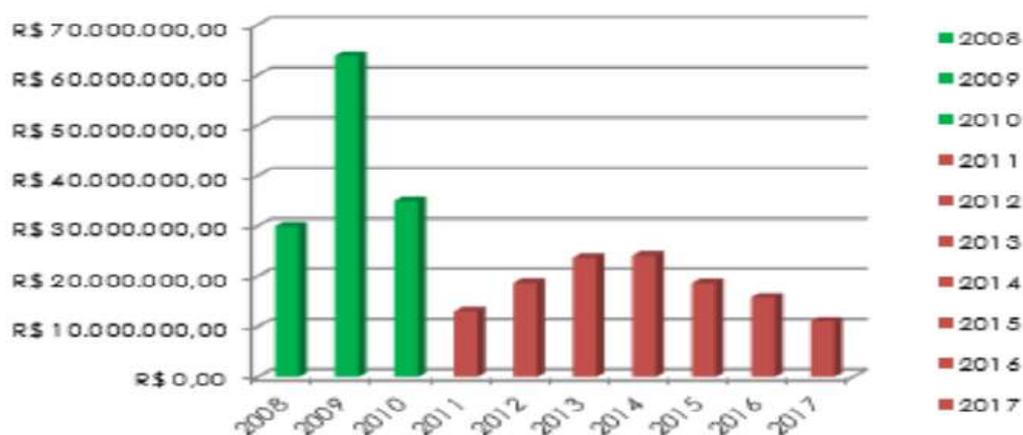
				Em R\$ 1,00
Tesouro	FUNDAF	PNAFM	PROFISCO	Total
11.069.281,92	1.649.431,75	18.505.715,43	6.787.221,70	38.011.650,80

Distribuição do Custeio e Investimentos por Forte de Recurso



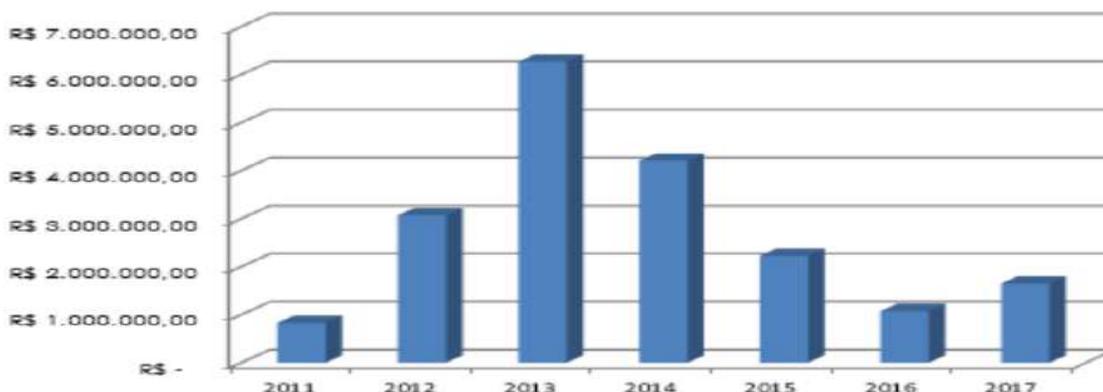
Diante do exposto e considerando o histórico de custeio de TIC da SEF/DF, percebe-se que ao longo de dez anos houve redução de custos, ao tempo em que a área de TIC foi modernizada, revitalizada e fortalecida. O gráfico a seguir demonstra o histórico de despesas de TIC, na fonte de recursos do Tesouro.

Histórico das Despesas de TIC – 2008 a 2017 (Fonte Tesouro)



O histórico de despesas realizadas com recursos do FUNDAF está apresentado a seguir:

Histórico das Despesas de TIC – 2011 a 2017 (Fonte FUNDAF)



Realizações nas fontes Tesouro/FUNDAF

As ações de custeio para sustentar as competências de sistemas e infraestrutura de TI da SEF/DF foram executadas, em sua grande maioria, por meio das fontes Tesouro e FUNDAF.

No entanto, vale evidenciar que há projetos de desenvolvimento de sistemas e de módulos de sistemas em produção que foram realizadas com recursos PROFISCO.

Nesse sentido, o elenco de sistemas e ações de infraestrutura de TI efetivadas neste exercício estão apresentadas a seguir:

1. Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis, com destaque para a evolução das aplicações:

- Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT
- Sistema SIGGo-SEGURANÇA: Em produção
- Sistema de Gestão da Dívida Pública (SIGGo-DPU): Composto por 04 parcelas, com 02 parcelas finalizadas
- Programação Financeira no SIGGo: Compreende 02 módulos (elaboração e execução). O módulo elaboração, composto por 07 parcelas, encontra-se com 04 parcelas finalizadas. O módulo execução não foi iniciado.
- SIGGo-SIAC: Demanda de adequação do número do processo do SIGGO de acordo com o formato utilizado pelo SEI.
- SIGGo-PPA: Compreende 02 módulos (prestação de contas e avaliação). O módulo prestação de contas, composto por 08 parcelas, encontra-se com 07 parcelas em conclusão. O módulo avaliação não foi iniciado.
- SIGGo-Precatórios: Entrega de aplicação à PGDF permitindo Atualização Monetária dos precatórios pela própria Procuradoria não necessitando inclusão de dados feitos pela equipe técnica da SUTIC/SEF.

2. Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Tributários, com destaque para a evolução das seguintes aplicações:

- Sistema SIGEST-CCR: Sorteio do Programa Nota Legal: Adaptação de funcionalidade de sorteio, geração de cupons e apresentação de vencedores;
- Sistema SITAF-PARC: Concluída a criação do parcelamento para atender órgão externos e disponibilizados os lançamentos feitos pela SEF no sistema

SISLANCA/LANCDEBITO para serem parcelados nos modos do parcelamento da SEF; alteradas transações que tinham CPF's embutidos em seus códigos, passando para utilização de perfis e demais melhorias na utilização e funcionamento do sistema;

- Sistema Extrator Fiscalização – TELECOM: Atualizações do serviço e melhorias de performance no processamento de arquivos c/ a criação de novo Monitor de acompanhamento do serviço;
- Sistema SIGEST-DEC: Migração do CCC para a versão 2.0 Cadastro Centralizado Contribuintes e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SUTIC INFRA: Migração WS DETRAN para o SOA Oracle; Adequação das páginas do Portal que tiveram o Certificado atualizado e Desenvolvimento de WS com dados de GARANTIA e ORDEM BANCÁRIA do SIGGO para interoperabilidade com sistema de Contratos que a empresa CAESB disponibilizará para o GDF;
- Sistema SGEJUC: Disponibilização de informações (View) a partir de levantamento de informações no Banco de Dados do SGEJUC para atender demanda judicial e/ou solicitação da PGDF e demais evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema
- Sistema ATENDE-REST: Integração do Sistema Restitui com o SIGAC (Portaria 19/2017_SEF - Solicitação de restituição via SIGAC) e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema AGENCI@NET: Evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SITAF-DAT: Disponibilizada a inscrição em dívida ativa de débitos lançados no SISLANCA e demais evoluções e/ou adequações diversas nas rotinas do sistema;
- Sistema SITAF-IPVA: Desenvolvidas aplicações para concessão automática de benefícios relacionados ao IPVA (via WEB); Alterações na forma de concessão de alguns benefícios (agora, por subcategoria); Desenvolvidas aplicações parametrizadas do lançamento do IPVA p/ facilitar o trabalhos dos Gestores Operacionais e demais ajustes/correções nas funcionalidades do sistema ;
- Sistema SIGEST-DCO: Evolução da estrutura de transmissão do livro os servidores do novo Agenci@net; Inclusão de regras de bloqueio de alterações nos livros retificadores;
- Sistema SIGEST-CFI: Disponibilizado o Painel de Controle dos Processos de Geração e Baixa de inscrições via RLE e o Painel Gerencial p/ possibilitar indeferimento de solicitações; e demais atualizações/correções nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SITAF-BAIXA: Atualização da rotina de Baixa de pagamento das parcelas para acima de R\$ 100,00 e outros ajustes pontuais no sistema;
- Sistema RITO ESPECIAL: Integração entre o Rito Especial e o SISLANCA e Inclusão da GIAST 3.0, para realização de Rito Especial;
- Sistema SITAF-CERT: Adaptação do sistema para constar o número de lançamento do SISLANCA e demais ajustes/correções para melhorar o seu funcionamento;

- Sistema SITAF-IMOV: Disponibilização da Cobrança adicional do IPTU 2017 devido áreas coletadas pelo Geo-referenciamento; Implementação do novo modelo de guia de quitação do ITBI/ITCD via WEB; Criação da parcela no financeiro dos 5% de desconto do IPTU; Criação do histórico de emissão de 2ª via do IPTU/TLP e outras atualizações no sistema;
- Sistema SINAV: Criação de um ambiente exclusivo de homologação para SITAF, SINAV e SICOP; Implementação da gestão de perfis no SITAF pelos GO's e Migração dos ambientes de desenvolvimento e produção do SITAF para as novas máquinas;
- Sistema SICOP: Desenvolvimento de um novo sistema SICOP para versionamento e implantação de programas em ambientes de homologação, produção e contingências
- Sistema DAR AVULSO: Implementação no SITAF de uma nova sistemática para o DAR Avulso utilizando como índice de atualização o INPC;
- Sistema PAFe: Sistema de Processo Administrativo Fiscal eletrônico, em fase de ajustes para se iniciar a homologação;
- Sistema SIGEST-RPC: Construção de WS que disponibilize informações relacionadas ao pagamento de tributos para os Agentes Arrecadores (Homologação já aprovada) e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema.

3. Manutenção do projeto de Certificação Digital: Este projeto tem por escopo serviços de certificação integrante da raiz ICP-Brasil, para a criação de Autoridade de Registro (AR) vinculada à Autoridade Certificadora (AC) do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO. Como resultado, a SEF/DF foi instituída Autoridade de Registro (AR), na mesma hierarquia da Receita Federal na ICP-Brasil.

4. Manutenção do projeto de Aferição de Ponto de Função: O projeto de Aferição de Ponto de Função tem por objetivo segregar as funções de execução das atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos e de validação da execução dessas atividades. Os resultados gerados por este Projeto estão associados ao direcionamento dos servidores de tecnologia da informação e comunicação às atividades típicas de gestão e controle e à celeridade no controle do atendimento às demandas.

5. Manutenção do projeto de Atendimento aos Usuários – Help Desk: Este projeto, em complemento ao Projeto de Infraestrutura de TIC, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). Com a implantação deste Projeto houve aumento da qualidade do atendimento ao usuário final, bem como redução do tempo de resposta dos chamados técnicos.

6. Manutenção do projeto de Infraestrutura de TIC: Este Projeto, em complemento ao Projeto de Atendimento ao usuário – Help Desk, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC, tais como administração de banco de dados, de redes de comunicação, segurança da informação e suporte a sistemas operacionais e servidores. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). A implantação deste projeto permitiu a manutenção do elevado desempenho e disponibilidade dos sistemas corporativos.

7. Continuidade do projeto de manutenção do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIADI: Este projeto tem por objetivo prover a manutenção da solução SIADI, implantada em 2011, a fim de garantir a efetividade do funcionamento da solução nas unidades da SEF/DF (Sites Primário e Secundário, Agências de Atendimento da Receita e

Postos de Fiscalização da Receita). Como resultado, este projeto possibilita a manutenção do ambiente de alta disponibilidade e maior segurança para os dados e informações fazendárias.

Tais realizações permitiram a continuidade da prestação dos serviços fazendários, de maneira a atender com alta disponibilidade, velocidade e segurança às demandas dos usuários internos, de outros órgãos governamentais e dos cidadãos.

Realizações no âmbito do PNAFM

Os projetos de modernização, fortalecimento e renovação tecnológica foram realizados, em sua grande maioria, por meio do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM no exercício 2017.

Os investimentos destinados à execução desses projetos totalizaram R\$18.505.715,43 (dezoito milhões, quinhentos e cinco mil e setecentos e quinze reais e quarenta e três centavos)

Nesse sentido, os resultados alcançados com a implementação das ações, foram os seguintes:

1. Solução de Replicação entre sites e ferramenta de auditoria de banco de dados ADABAS: Este projeto propiciou maior segurança nas transações realizadas, melhoria do desempenho e na disponibilização dos sistemas, bem como a possibilidade de implantação de novos serviços que utilizam a plataforma NATURAL/ADABAS.
2. Licença de virtualização de desktop (metaframe/home office) – Cytrix ZEN Desktop: O projeto permitiu o acesso remoto aos sistemas fazendários em quaisquer dispositivos sejam computadores, notebooks, tablets ou smartphones, por meio de estrutura segura, confiável e de alta disponibilidade de virtualização de aplicações e desktops. A solução possibilitou economia de recursos e insumos públicos, dinamizando a prestação de serviços da Secretaria, bem como rapidez no atendimento aos contribuintes, dada a facilidade de acesso a qualquer momento dos recursos de TI da SEF/DF.
3. Solução de Publicação na Web, com treinamento e suporte sob demanda - licenças Adobe Cold Fusion: A implementação deste projeto possibilitou a disponibilização de serviços aos contribuintes de forma segura e estável, bem como o desenvolvimento mais rápido, seguro e estável e o melhor aproveitamento dos equipamentos servidores, dispondo os sistemas de ambiente de alta disponibilidade.
4. Plataforma de desenvolvimento de sistemas na linguagem Net da Microsoft - Licenças Visual Studio: Este projeto possibilitou a melhoria no desenvolvimento dos sistemas corporativos com preservação do sigilo fiscal, permitindo o alto desempenho das aplicações e a disponibilização de serviços web de forma segura e estável.
5. Licenças Exchange – Atualização do serviço de mensageria: Os resultados decorrentes da implantação deste projeto foram a atualização e garantia de segurança no serviço de mensageria, bem como o aumento do desempenho da capacidade operacional, além de ter possibilitado a redução dos custos operacionais.
6. Atualização do Sistema Operacional para equipamento servidor X86 – Licenças Windows Server: Este projeto permitiu a atualização e garantia de segurança nos

sistemas operacionais dos servidores, com o conseqüente aumento do desempenho da capacidade operacional.

7. Modernização do serviço de processamento em ambientes Oracle e Adabas – Aquisição de Servidores RISC Oracle: A implementação deste projeto permitiu alta disponibilidade do hardware com Sun Cluster, possibilitando a migração SIGGo e do SITAF para cluster e todas máquinas virtuais existentes no cluster T5 para o cluster M7.
8. Treinamento ITIL e COBIT: Este projeto possibilitou a melhoria do controle dos ativos da SEF/DF, com melhor utilização e distribuição de recursos, o planejamento de mudanças críticas, o reconhecimento, análise e avaliação de investimento em áreas críticas, a medição da qualidade dos serviços prestados através da apresentação de indicadores de desempenho consistentes e padronizados e a conseqüente redução do tempo de resposta das solicitações de serviço.
9. Solução de software de automação de processos para o ambiente de backup, unidade de armazenamento de dados (storage) e gavetas de discos para expansão da atual solução de armazenamento de dados: O aumento do desempenho da capacidade operacional, bem como a melhoria na disponibilidade dos sistemas corporativos foram os resultados alcançados com a implementação deste projeto.
10. Migração e otimização de infraestrutura dos sistemas. Redundância das informações via CPD Secundário. Melhoria da segurança institucional: Este conjunto de projetos possibilitou a modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica da SEF/DF, obtendo resultados em nível de desempenho dos sistemas corporativos, espelhamento de informações fazendárias e de segurança institucional.

Em que pese o curto espaço de tempo para realização dos projetos previstos no PNAFM (menos de 10 meses de execução, desde o início do planejamento da contratação, passando pelos procedimentos licitatórios, até a implantação da solução), as ações implementadas possibilitaram ganhos reais não apenas para a TIC da SEF/DF, como para os usuários internos e externos, haja vista os investimentos terem sido pontuados na melhoria da infraestrutura tecnológica, segmento que disponibiliza os serviços fazendários.

Realizações no âmbito do PROFISCO

Em prosseguimento aos projetos de modernização, fortalecimento e renovação tecnológica foram realizadas ações com recursos do Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO no aporte de R\$ 6.787.221,70 (seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e setenta centavos).

Nesse sentido, os projetos realizados no âmbito do PROFISCO, bem como os resultados alcançados com a implementação das ações, estão detalhadas a seguir:

1. Microcomputadores e dispositivos móveis (tablets): A implementação deste projeto possibilitou o aumento do desempenho da capacidade operacional, por meio da modernização do parque computacional, com a utilização de equipamentos tecnológicos atuais, além do aumento da produtividade;

2. Impressoras e scanners: Por meio do fortalecimento do parque de impressão, este projeto possibilitou a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como contribuiu para evitar quaisquer paralisações nos serviços de impressão;
3. Solução de Atualização da Central Telefônica (switches): Este projeto possibilitou a melhoria da comunicação entre as unidades da SEF/DF, bem como o aumento do desempenho da capacidade operacional, além de contribuir para redução nos custos operacionais;
4. Servidores X86: A implementação do projeto ocasionou economicidade no parque tecnológico do Data Center da SEF/DF, fornecendo um serviço estável e de alta disponibilidade;
5. Unidades de Robô de Backup: Este projeto propiciou a melhoria da estrutura tecnológica, dispondo os sistemas com ambiente de alta disponibilidade, além de garantir segurança das informações fazendárias;

Os projetos realizados com recursos PROFISCO fazem parte do objetivo maior de "Modernizar a infraestrutura tecnológica, conforme previsto no Planejamento Estratégico da SEF/DF, configurando as ações iniciais do produto final a ser entregue em 2019.

2.5. TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais é um órgão colegiado, paritário, integrado por 14 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, sendo 07 representantes do Distrito Federal, integrantes da Carreira Auditoria Tributária e 07 representantes dos contribuintes, indicadas por entidades representativas da sociedade organizada. Mister destacar que as informações foram consolidadas até 15/12/2017.

RECURSOS REGISTRADOS	
Recurso Voluntário	568
Reexame Necessário	62
Recurso Extraordinário	42
Reexame Necessário ao Pleno	1
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2
Embargos de Declaração	32
Pedido de Avocação	-
Recurso de Jurisdição Voluntária	147
TOTAL	854

Os processos para julgamento totalizaram 985 (novecentos e oitenta e cinco reais), entre os quais foram julgados 716 (setecentos) em 2017, descritos por espécie de recurso, a saber:

RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Recurso Voluntário	375
Reexame Necessário	117
Recurso Extraordinário	25
Reexame Necessário ao Pleno	6
Recurso Contra a Decisão do Presidente	3
Embargos de Declaração	30
Pedido de Avocação	0
Recurso de Jurisdição Voluntária	160
TOTAL	716

Nesse sentido, mister destacar que dos julgamento resultaram nas seguintes decisões no ano de 2017, conforme demonstrado a seguir:

DECISÕES

NEGADO PROVIMENTO	530
DADO PROVIMENTO	91
FEITO ANULADO	4
PROVIMENTO PARCIAL	29
NÃO CONHECIDO O RECURSO E EMBARGOS	68
DECISÃO DE PRIMEIRA INST. ANULADA	3
DECISÃO CAMERAL ANULADA	1
RECURSO PREJUDICADO	0
TOTAL	716

Dessas decisões foram publicados 645 acórdãos em 2017, conforme abaixo:

ACÓRDÃOS PUBLICADOS

1ª CÂMARA	210
2ª CÂMARA	230
PLENO	205
TOTAL	645

2.6. REFAZ

Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS - REFAZ é uma estrutura organizacional que visa, dentre outras atribuições, assistir e assessorar o Secretário de Estado de Fazenda nos assuntos de competência do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; representar o Distrito Federal na COTEPE/ICMS; assessorar o Secretário de Fazenda nas questões tributárias nacionais junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo Federal.

- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ - em 4 (quatro) Reuniões Ordinárias (164ª a 167ª) e 24 (vinte e quatro) Reuniões Extraordinárias (271ª a 294ª);
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas 5 (cinco) Assembleias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF;
- Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - para apreciação e discussões de propostas de convênios, protocolos, ajustes e atos COTEPE/ICMS em 4 (quatro) reuniões ordinárias (167ª a 170ª) e 17 (dezesete) reuniões extraordinárias (263ª a 279ª);
- Participação nas reuniões da Câmara Técnica Permanente da ABRASF;

- Assessoramento ao Secretário de Fazenda no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Câmara Distrital.
- Como resultado das reuniões ocorridas, no âmbito do CONFAZ, foram celebrados e publicados os seguintes atos: 234 Convênios ICMS, 54 Protocolos ICMS e 25 Ajustes SINIEF.

2.7. OUVIDORIA FAZENDÁRIA

Atualmente são disponibilizados ao cidadão/contribuinte os seguintes canais de atendimento: Atendimento Virtual - Portal SEF – SIGAC (www.fazenda.df.gov.br), OUV-DF – Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal (www.ouv.df.gov.br) e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC (www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx). Além dos serviços eletrônicos é oferecido atendimento presencial e pelo telefone desta Ouvidoria Fazendária; e também pelas centrais de atendimento 156, opção 3 e 162; que são gerenciadas pela Agência de Atendimento Remoto/COATE/SUREC/SEF-DF e Ouvidoria Geral do DF, respectivamente. Acrescentando que o contato também poderá ser feito via carta/correspondência.

Em relação às metas previstas para o exercício, foram realizadas revisões técnicas no Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte – SIGAC e no Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal, agregando serviços e funcionalidades.

A Controladoria Geral do Distrito Federal por meio do Decreto n.º 36.419/2015, de 25.03.2015, instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento elaborado por servidores indicados da área de Planejamento, Ouvidoria, Comunicação e Atendimento. A Ouvidoria Fazendária, em conjunto com as demais áreas, no ano de 2017, deu continuidade ao Projeto da Carta de Serviços.

A seguir, são apresentados os dados quantitativos de atendimento desta Ouvidoria, cujos dados apurados se referem ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro/2017, totalizando 4.495 registros:

Quantitativo de demandas

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	Sistema
2017	297	205	207	202	259	182	291	250	154	200	148	107	2.502	SIGAC
2017	20	11	9	26	23	19	29	20	18	19	27	16	237	e-SIC
2017	233	138	124	84	134	170	114	129	146	141	88	154	1.655	OUV-DF
2017	2	2		2	7	12	10	5	1	2	10	47	100	E-mail
2017		1											1	Carta
2017													0	Telegrama
Total													4.495	

2.8. CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno – UCI/SEF foram distribuídas em áreas temáticas, a saber: orçamentária, contábil e financeira, suprimentos de bens e serviços, licitações, contratos, convênios, almoxarifado, patrimonial, bens apreendidos, recursos humanos, prestação de contas da Gestão, acompanhamento de auditorias da Controladoria Geral e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, elaboração de Planos de Atividades e Relatórios, assessoramento e orientações.

Quanto às decisões que tratam de encerramento de Tomada de Contas Anual cujo processo é de código 040, além do encaminhamento para a SUCON/SEF, elaboramos despacho para o órgão de origem da TCA, conforme dispõe art. 3º do Decreto nº 32.074/2010 c/c Decreto nº 32.598/2010, alterado pelo Decreto nº 33.261/2011 que estabelece que as prestações de

contas consideradas regular sejam arquivadas no órgão de origem sob a responsabilidade do ordenador de despesas, totalizando 60 processos.

A seguir, o quantitativo de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por trimestre, que tiveram apreciação desta Unidade de Controle Interno/SEF:

Órgão responsável por atender à informação requerida	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Subtotal
AAEFF	-	-	1	-	1
SUCON	24	21	37	26	108
DIGEP	11	7	10	4	32
SUAG	1	1	-	3	5
SUTES	1	4	1	3	9
UCI – Acompanhar e coordenar resposta institucional	17	13	12	12	54
Total de Decisões	54	46	61	48	209

Logo, a Unidade de Controle Interno, no cumprimento das tarefas constantes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAACI/2017, efetuou o acompanhamento dos dados do Sistema de Gestão Governamental - SIGGO e do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGH, procedeu a verificações em registros funcionais, análise de processos referentes às diversas áreas internas e às demais atividades que competem à Secretaria de Estado de Fazenda, visitas e inspeções em vários setores do órgão, reuniões com executores de contratos e convênios, instruções prévias para verificação de indícios de existência de prejuízo e outros, além do atendimento a demandas extras, oriundas, em sua maioria, da Corregedoria Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1439 - ITBI (TAXA DE ARRECADADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	-3,53	%	65,3	5,5	7,2	14,2	6,6	6,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Embora a alíquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).</p> <p>2017 - De acordo com dados da SUREC, embora o número de transações imobiliárias tributadas pelo ITBI em 2017 tenha sido inferior ao de 2016, o valor lançado em 2017 superou o do ano anterior, de tal forma que o valor médio lançado por transação aumentou 20% em relação a 2016.</p>									
1440 - ITCD (TAXA DE ARRECADADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	-41,83	%	-17,5	-18,2	9,8	27,2	9,1	8,4	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
<p>Justificativa: 2016 - De acordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).</p> <p>2017 - O resultado alcançado acima do desejado se deu por influência da tributação do ITCD sobre doações</p>									
1435 - ICMS (TAXA DE ARRECADADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	9,24	%	3,7	13	4,9	2,5	7,8	7,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constitucional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).</p> <p>2017 - Apesar das ações de monitoramento e cobrança da administração tributária, a receita do ICMS sofreu o impacto do fraco desempenho do consumo em 2017, o que refletiu no resultado alcançado.</p>									
1437 - IPTU (TAXA DE ARRECADADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	4,78	%	5,7	18,3	5,1	2,5	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Por força do Decreto nº 37.039/2015, a pauta dos valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal foi atualizada em 10,97%, para efeito de lançamento do IPTU, ocasionando, desta forma, acréscimo no resultado alcançado. Outro fator foi a edição da Lei 5.593/2015 que revogou a isenção do imposto para a TERRACAP obtendo-se com isso uma receita adicional de R\$ 70,7 milhões. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). (email da Assessoria de Estudos Econômicos-Fiscais).</p> <p>2017 - Embora o lançamento do IPTU para o exercício de 2017 tenha sido efetuado com base nas áreas construídas e de terrenos identificadas por mapeamento aerofotogramétrico, o nível de inadimplência do tributo impediu um resultado alcançado maior.</p>									

1438 - IPVA (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	16,31	%	4,8	17,5	5,1	8,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).</p> <p>2017 - Na comparação com 2016, o valor do lançamento do IPVA para o exercício de 2017 sofreu acréscimo de 7,86%, tendo ainda as ações de cobrança pela administração tributária sido intensificadas no segundo semestre de 2017 .</p>									
1436 - ISS (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	11,03	%	9,5	3,0	7,6	8,00	7	6,6	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE .(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).</p> <p>2017 - Com um resultado alcançado próximo do desejado, a receita do ISS apresentou crescimento cujo destaque foram as retenções do imposto pela administração pública federal, em razão de serviços prestados pelo setor privado a órgãos públicos.</p>									
1441 - TLP (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	2,03	%	38,5	14,7	5,4		5,2	5,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).</p>									

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	1.000.000,00	1.285.526,00	1.086.440,00	1.086.440,00
0002 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS--DF ENTORNO	1.000.000,00	1.285.526,00	1.086.440,00	1.086.440,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	1.000.000,00	1.285.526,00	1.086.440,00	1.086.440,00

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

As Parcerias Público-Privadas são um importante mecanismo de gestão e de desenvolvimento na busca pela otimização de projetos de interesse público. Esse tipo de articulação com a iniciativa privada permite elevar o patamar de investimentos públicos em serviços oferecidos diretamente à população. Isso afetará de modo direto o desenvolvimento do Distrito federal e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, como no ano anterior, as PPPs têm sido apontadas como um importante mecanismo de promoção de desenvolvimento do Distrito Federal e, portanto, se inserem de maneira estratégica na agenda da Secretaria de Estado de fazenda e do Governo como um todo. Abaixo são listadas as realizações da Subsecretaria de PPP's em 2017:

Projetos da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas

Projeto Via Transbrásília:

Em 09/05/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 001/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para o desenvolvimento, implantação, operação e manutenção da via Transbrásília e seu complexo urbanístico.

Atualmente o Projeto Via Transbrásília, encontra-se em fase de análise pelo Escritório de Projetos das Nações Unidas – UNOPS.

Iluminação Pública do Distrito Federal:

Em 06/06/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de

Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 002/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Distrito Federal.

Após análise dos requerimentos, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, autorizou as empresas Arcadis Logos S.A.; Urbeluz Energética S.A. e FM Rodrigues & CIA Ltda; e Tellus Mater Brasil Ltda, mantendo a condição de autorizadas das empresas: EPC Construções S.A; Houer Consultoria e Concessões Ltda; Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A. e Construtora Remo Ltda; e ENGIE Brasil Participações Ltda.

Shopping Popular:

Em 13/06/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou o Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 003/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica do Shopping Popular.

Em 07/11/2016, ocorreu a entrega final dos estudos nesta Subsecretaria e, após análise, em 18/07/2017, foi aberto prazo de 30 (trinta) dias para readequação dos estudos. Para que a concessão ocorra, a Secretaria de Patrimônio da União deve atender o pedido de cessão onerosa da área.

Complexo Esportivo e de Lazer do Guará

Em 27/09/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou o extrato do Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 004/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Complexo Esportivo e de Lazer do Guará.

O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas autorizou o processo licitatório, conforme Ata publicada no DODF nº 181 de 20 de setembro de 2017.

Atualmente, encontra-se em análise desta Subsecretaria e posterior envio ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parque da Cidade:

O extrato do Edital de Chamamento Público de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 005/2016 foi publicado no DODF nº 231, em 09/12/2016, com escopo de obter estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek.

A entrega dos estudos foi prorrogada para 04/01/2018, em razão da publicação do Plano de Uso e Ocupação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, por meio do Decreto nº 38.688/2017.

Centro de Convenções Ulysses Guimarães:

Em 20/04/16, instaurou-se o processo de Consulta Pública para divulgação do projeto que visa à concessão que tem por objeto a expansão, reforma, modernização e operação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e áreas adjacentes.

Estima-se que a publicação do Edital de Licitação ocorrerá no 1º semestre de 2018.

Formalização do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS

O Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03 foi celebrado em 02/12/2016 e, após a nomeação do Diretor e do Coordenador do projeto, o plano de trabalho foi formalizado e aceito em 13/12/2016, para início da execução do referido acordo.

Do Acordo de Cooperação Técnica Internacional – UNOPS, foram obtidos os seguintes resultados: Workshop de avaliação de projetos; Realização de curso de capacitação em modelagem econômico-financeira; Análise do Projeto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães; Análise e acompanhamento referente ao PMI 001/2016 –Via Transbrásília.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	405.000,00	460.000,00	460.000,00	416.760,56
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	405.000,00	460.000,00	460.000,00	416.760,56
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	405.000,00	460.000,00	460.000,00	416.760,56

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	255.956.280,00	279.300.557,00	126.048.166,09	125.597.569,56
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	255.956.280,00	279.300.557,00	126.048.166,09	125.597.569,56
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	362.846.285,00	398.020.302,00	344.039.095,52	344.039.095,52
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA-DISTRITO FEDERAL	34.073.000,00	29.635.439,00	29.635.437,35	29.635.437,35
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	328.773.285,00	368.384.863,00	314.403.658,17	314.403.658,17
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	4.654.000,00	6.490.366,00	6.490.365,24	6.490.365,24
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-- PLANO PILOTO .	4.654.000,00	6.490.366,00	6.490.365,24	6.490.365,24
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	101.658.789,00	133.343.347,00	92.412.858,50	92.412.858,50
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA--DISTRITO FEDERAL	101.658.789,00	133.343.347,00	92.412.858,50	92.412.858,50
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	337.224.320,00	392.342.667,00	335.708.442,16	309.756.391,22
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- PRECATÓRIOS-DISTRITO FEDERAL	335.224.310,00	390.342.657,00	335.383.704,40	309.432.341,38
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	324.737,76	324.049,84

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES-DISTRITO FEDERAL	10,00	10,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	125.701.793,00	138.464.997,00	138.159.277,86	127.021.750,15
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-- PLANO PILOTO .	125.701.793,00	138.464.997,00	138.159.277,86	127.021.750,15
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.258.306,00	41.595.066,00	34.998.632,72	34.960.001,11
0063 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	19.258.306,00	37.311.659,00	30.721.328,64	30.707.325,35
7002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	4.283.407,00	4.277.304,08	4.252.675,76
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1.208.299.773,00	1.389.557.302,00	1.077.856.838,09	1.040.278.031,30

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4.088.940,00	2.757.276,00	2.581.395,00	2.316.509,00
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	4.088.940,00	2.757.276,00	2.581.395,00	2.316.509,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	327.531.890,00	325.765.251,00	325.739.160,87	325.739.160,87
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	327.531.890,00	325.765.251,00	325.739.160,87	325.739.160,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.918.200,00	6.109.534,00	5.901.986,07	5.901.986,07
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	6.918.200,00	6.109.534,00	5.901.986,07	5.901.986,07
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8.098.856,00	21.869.686,00	21.826.336,68	19.271.392,96
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	8.098.856,00	21.869.686,00	21.826.336,68	19.271.392,96
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10,00	1,00	0,00	0,00
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	346.637.896,00	356.501.748,00	356.048.878,62	353.229.048,90

APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

No presente exercício, foi necessário reduzir contratos em andamento, bem como rever reservas orçamentárias realizadas, e ainda, para evitar o comprometimento de pagamento de contratos

de caráter essencial ao funcionamento das atividades desenvolvidas por esta Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF, foram solicitados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão suplementações orçamentárias para o atendimento, em especial, dos Programas de Trabalho: 04.122.6003.8517.0051 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEF e 04.126.6203.2557.0007 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia - DF.

No que se refere à execução de sentenças judiciais, foram realizados os repasses ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, para pagamento de Precatórios, obrigação do Governo do Distrito Federal sob responsabilidade e gestão desta Pasta, correspondentes a 1/12 (um doze avos) de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, referentes aos meses de janeiro à novembro de 2017, tendo sido empenhado o mês de dezembro/2017 e, por não haver cota financeira, não foi liquidado no referido exercício de competência. Quanto aos repasses relativos ao Convênio nº 02/2012, no valor mensal de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV foram empenhados e pagos até o mês de junho de 2017.

Foram realizados ainda diversos repasses ao Tribunal Regional do Trabalho - TRT 10ª Região, para pagamento de despesas a título de Requisição de Pequenos Valores - RPV, sendo efetuados neste exercício 88 pagamentos.

A ação relativa à Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal refere-se, em sua quase totalidade, à integralização de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, referente às obras de saneamento básico, contratados pelo GDF junto aos órgãos e agentes financeiros da União, conforme Lei. 5.339, de 07/05/2014.

Quanto às restituições de tributos, trata-se de devolução de impostos e taxas pagos indevidamente por contribuintes, tais como IPTU/TLP, ICMS, ISS, entre outros. Durante o exercício foram efetuadas restituições de aproximadamente 354 processos, sendo priorizados idosos, deficientes e portadores de doenças crônicas, bem como embaixadas. Ressalta-se que, não obstante o empenho esta Pasta no sentido de suplementar o Programa de Trabalho para quitação destas despesas, restaram pendentes de pagamento aproximadamente 2.118, importando ao montante de R\$ 13.847.874,69 (treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Foi efetuado ressarcimento de salários de 03 (três) servidores cedidos de outros órgãos para esta Secretaria, importando o valor anual total de R\$ 453.954,60 (quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos). Foram concedidas indenizações de transporte a servidores da SEF, cujo valor total importou em R\$ 11.027.799,34 (onze milhões, vinte e sete milhões, setecentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos).

Conforme informações prestadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP, no decorrer do exercício em exame, pugnou-se pela contratação de instituição de ensino especializada para executar as atividades presenciais e à distância de capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores conforme Plano de Capacitação e Educação Continuada - PCEC, conforme consta do Processo Nº 040.003.895/2016. Além disso, foi publicada a Portaria 214, publicada no DODF, de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do DF e que se prestarão a custear especialização, mestrado e doutorado aos servidores. A DIGEP, por meio do Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento, também promoveu e acompanhou a execução de diversos cursos, inclusive o SEI.

O Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03 foi celebrado em 02/12/2016 e, após a nomeação do Diretor e do Coordenador do projeto, o plano de trabalho foi formalizado e aceito em 13/12/2016, para início da execução do referido acordo. Dado início à execução, foram obtidos os seguintes resultados:

- Workshop de avaliação de projetos;
- Realização de curso de capacitação em modelagem econômico-financeira;

- Análise do Projeto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães; Análise e acompanhamento referente ao PMI 001/2016 –Via Transbrásília.

Em 2017, foi providenciada a execução da 2ª etapa do acordo, transferindo a importância de R\$ 1.086.440,00 (um milhão, oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais).

Conforme informações prestadas pela DIGEP, no decorrer do presente exercício, pugnou-se pela contratação de instituição de ensino especializada para executar as atividades presenciais e à distância de capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores conforme Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, conforme consta do Processo Nº 040.003.895/2016. Além disso, foi publicada a Portaria 214, publicada no DODF, de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do DF e que se prestarão a custear especialização, mestrado e doutorado aos servidores. A DIGEP, por meio do Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento, também promoveu e acompanhou a execução de diversos cursos, inclusive o SEI.

Programa Reintegra cidadão, que tem por objetivo reintegrar à sociedade pessoas que estiveram ou estão respondendo judicialmente por infringir o Código Penal Brasileiro.

Refere-se ao Contrato nº 08/2016 – SEF, Processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Diretoria de Contratos e Convênios – DICON/SUAG/SEF monitora diariamente as atividades desenvolvidas pelas gerências e é responsável pela instrução dos processos de contratações, prorrogações, publicações de extratos, ordens de serviços, relativas à contratos e convênios, controle de vencimento de contratos, elaboração de planilha de reajuste, reequilíbrio e repactuação dos contratos, bem como as instruções de Reconhecimento de Dívidas com cobertura contratual, pagamentos de INSS e FGTS, dentre outros.

Em 2017, O Sistema Eletrônico de Informações – SEI foi implementado na Subsecretaria de Administração Geral/SEF e paulatinamente foi sendo utilizado pelos servidores diminuindo consideravelmente a tramitação de processos.

No decorrer do exercício, houve um esforço considerável desta Pasta para utilização dos recursos oriundos do PNAFM - Fase II (Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, no qual resultou satisfatório do ponto de vista estratégico da SEF. Paralelamente, utilizou-se, recursos do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO - e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – PRODEFÁZ.

No exercício de 2017, foram celebrados 84 (oitenta e quatro) novos contratos e 04 (quatro) novos Termos de Cessão de Uso. Considerando, também, instrumentos celebrados em anos anteriores, bem como aqueles que tiveram seu prazo de vigência prorrogado. Atualmente, a SEF/DF tem o montante de 116 (cento e dezesseis) contratos, 05 (cinco) convênios, 15 (quinze) termos de cessão de uso e 12 (doze) termos de cooperação técnica, cujos valores executados foram da seguinte forma: Tesouro (fontes 100,101,109, 335 e 336) total de R\$ 136.791.923,53; FUNDAF (fonte 152) montante de R\$ 807.760,00; PROFISCO (fonte 136) total R\$ de 9.208.921,29 e PNAFM (fonte 135) valor de R\$ 26.593.807,40.

Nesse sentido, as aquisições realizadas pela SEF/DF no exercício 2017, por meio de licitação, dispensa, inexigibilidade, pregão, ata de registro de preços está apresentada a seguir:



APOIO OPERACIONAL

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

- Situação: Catracas de acesso eletrônico ao Ed. Vale do Rio Doce defeituosas;
- Solução: Pregão Eletrônico foi realizado para a contratação de empresa habilitada a fornecer e substituir as catracas de acesso existentes no VRD e a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das mesmas, sendo a vencedora a empresa TELEMÁTICA SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, cabendo a esta Gerência o acompanhamento de aspectos técnicos relativos aos critérios exigíveis na contratação, especialmente em relação ao perfil das empresas participantes do certame bem como às especificações de uso dos equipamentos e do sistema informatizado pertinente à solução. A contratação foi precedida de estudo técnico, em conjunto com a GEENG/DIAOP/SUAG, que apontou para mudar o atual posicionamento das catracas na recepção do edifício Vale do Rio Doce;
- Situação: Equipamentos de CFTV ultrapassados e faltantes em diversos pontos que demandam maior segurança de monitoramento;
- Solução: Modernização e ampliação das estruturas de CFTV por meio da elaboração do Termo de Referência e demais artefatos exigíveis com base na IN n.º 2/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e softwares pertinentes ao sistema;
- Situação: Dificuldade de servidores e colaboradores terceirizados para confeccionar crachás de uso no âmbito da SEF;
- Solução: Cadastramento e confecção de crachás do público interno para acesso às dependências da SEF.

SERVIÇOS GERAIS

O Contrato nº 08/2016, firmado entre a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e a Fundação ao Amparo ao Preso - FUNAP, processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização, até o momento Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

executamos pelo Contrato R\$ 417.760,56 (quatrocentos e dezessete mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos).

Atualmente, a SEF dispõe de 19 (dezenove) reeducandos prestando serviços em algumas dependências desta Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

GESTÃO DE PESSOAS

Capacitação/desenvolvimento de Recursos Humanos

O Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento//DIGEP/SUAG/SEF, em cumprimento ao Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, promoveu em parcerias as Instituições de Ensino, a capacitação de 1.005 servidores, conforme tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO PROMOTORA	NÚMERO DE SERVIDORES
Escola de Governo - EGOV	129
ENAP – Curso do SEI	44
Esat Digital	07
SEF-DF:	
• Ciclo de Palestras do TARF	310
• II Ciclo anual da COAT	491
• Curso de Cerimonial	13
• Cursos Custeados pela SEF em outras instituições	11
Total de servidores capacitados	1005

Além disso, foi editada a Portaria 214, publicada no DODF de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

Dentre os Procedimentos instaurados estão PAD's, Sindicâncias, Instruções Prévias e outros, totalizando 112 em 2017.

Em 2017, considerando apenas Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD's), 3 procedimentos desta espécie foram instaurados.

Foi aplicada uma punição administrativa na Secretaria de Estado de Fazenda no ano de 2017.

Foram efetivadas 110 ações administrativas visando a celeridade na condução dos procedimentos instaurados.

No exercício de 2017, realizaram-se ações visando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da esfera disciplinar.

Nesse sentido, em meados desse exercício, foi implementada a apuração processual pelo SEI, sendo que atualmente 100% (cem por cento) das apurações de responsabilidade estão sendo realizadas pelo referido sistema.

No que se refere às ações ligadas ao treinamento e capacitação na Unidade de Corregedoria Fazendária, destacamos a participação em diversos eventos.

Com o intuito de otimizar os resultados mediante ações preventivas junto aos servidores em geral, esta Unidade ministrou diversas palestras nas Unidades Administrativas da Subsecretaria da Receita e também na Secretaria de Saúde, levando informações relevantes a todos, no que diz respeito aos direitos e deveres de cada um independentemente da posição que ocupa, seja na condição de chefe ou não, bem como a forma de operacionalizar representações pelo SEI.

Nesse programa foram realizadas as seguintes palestras e treinamentos:

- No mês 07/2017 – 01 (uma) palestra do Corregedor Fazendário Agostinho na Corregedoria de Saúde quanto aos procedimentos administrativos disciplinares na plataforma do SEI;
- No mês 08/2017 – 08 (oito) dias de treinamento de 08 Comissões Permanentes da Corregedoria da Saúde, quanto a utilização do fluxo disciplinar na plataforma do SEI, pelo servidor João Marcos;
- No mês 11/2017 – os Instrutores Astrogildo Regis e João Marcos ministraram 07 (sete) dias de palestras quanto ao papel da UCF no âmbito da SEF quanto as competências e sua aplicação na plataforma do SEI, para os servidores das Agências de Atendimento da Receita/COATE.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA

Considerando as análises, manifestações e preparação de minutas, foram realizadas as seguintes atividades a seguir: Expedientes/Processos que tramitaram pela AJL/SEF, Informações em mandado de segurança, pareceres, despachos e notas técnicas. Demandas acompanhadas junto à PGDF, consultas jurídicas, demandas acompanhadas junto à CLDF (proposições legislativas de interesse da SEF), minuta de anteprojetos de lei/elaborados (Incluiu a Homologação de Convênios CONFAZ), propostas de Decreto elaborados (minuta)/examinados, minutas de Portaria elaboradas/examinadas. O volume de informações em mandados de segurança foi, sensivelmente, reduzido, a partir de 2014, em função da revogação do Decreto nº 32.933/2011 e da denúncia ao Protocolo ICMS nº 21/2011, que servia de fundamento para parte significativa das demandas intentadas contra ato do Secretário de Estado de Fazenda. O número de demandas concluídas, inclui as que alcançaram seu objetivo, as prejudicadas e as arquivadas.

Foram acompanhadas junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF os seguintes quantitativos de demandas até 14/12/2017:

ÓRGÃO	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO						
	2013	2014	2015	2016	2017 (1)		
					Demandas (A)	Concluídas (B)(3)	% Conclusão (B/A)
CLDF	25	18	51	35	16	9	56,25%

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Obedecendo às competências estabelecidas regimentalmente, esta Assessoria realizou mais de 800 atendimentos diretos e indiretos à imprensa local e nacional.

O volume de informações transmitido aos jornais, revistas, portais de notícias, emissoras de rádio e televisão resultaram em mais de 900 matérias veiculadas de forma orgânica.

Ao longo do ano, também foram registradas pouca crises de imagem da instituição, valendo destacar como os temas de maior repercussão negativa a cobrança do adicional de IPTU 2017 pela área construída; a publicação da Ordem de Serviço Nº 28/2017 – que extinguiu os plantões fiscais de 24h; a proposta de correção do IPTU 2018 estimada em 3,68%; a

publicação de notícias difamatórias no blog Brasília de Fato e, recentemente, o episódio da suposta cobrança de IPTU sobre a casinha de boneca de uma contribuinte de Sobradinho.

Em termos de ações que repercutiram em mídia positiva, reforçando a imagem da Secretaria, estiveram os lançamentos do programa Nota Legal Sorteio e Nota Saúde Legal. Outro destaque vai para as inserções de notícia para os públicos interno e externo no Whatsapp.

O núcleo de Eventos da Assessoria de Comunicação Social, da Secretaria de Fazenda realizou, efetivamente, realizou 39 dos cerca de 50 eventos planejados para o exercício. Esse foi o primeiro ano em que oficialmente foi desenvolvido na SEF/DF um programa sistemático de eventos planejados, com objetivos gerais e específicos relacionados tanto ao Planejamento Estratégico da SEF/DF quanto em situações específicas de capacitação e, ou, valorização do servidor.

O destaque vai para a realização, pela primeira vez na Secretaria, do 60º Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários – ENCAT. Com orçamento próximo a R\$ 90 mil o encontro reuniu mais de 150 participantes ao longo dos quatro dias de duração, além de envolver mais de 100 pessoas na organização, direta ou indiretamente, desde a fase de planejamento, captação de patrocínio, execução e prestação de contas.

Em termos quantitativos, foram produzidas cerca de 90 notícias próprias para o portal SEF/; aproximadamente, 115 notícias próprias para a Intranet; 96 comunicados internos veiculados pela lista geral de distribuição de e-mails, mais as matérias postadas no site.

Nas redes sociais a preferência foi aperfeiçoar as ações no Facebook, por meio da Fanpage da Secretaria. No total, foram produzidas 170 postagens próprias (publicadas com imagens e textos autorais) sem contar os compartilhamentos e republicações do Governo de Brasília e de outros órgãos.

Em termos de interações com os usuários, houve 215 mensagens respondidas individualmente. A página iniciou 2017 com cerca de 5.437 seguidores e terminará o ano com 5.928. Pelas estatísticas do Facebook Insights foram 493 novas curtidas na página (usuários) contra 37 perdas.

Foram elaboradas campanhas de utilidade pública dos calendários de pagamento do IPTU/IPVA.

Em 2017 foi iniciado o processo de atualização do portal SEF/DF com leiaute desenvolvido e aprovado pela Secretaria de Comunicação do Governo de Brasília. A mudança foi solicitada oficialmente pelo Documento de Oficialização de Demanda – DOD 28/2017.

Foram criados para ações específicas as páginas promocionais do evento 60º ENCAT e do Nota Legal Sorteio.

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

No ano de 2017, a AGEPE desenvolveu as atividades abaixo, além de suas atividades rotineiras:

1. Encerramento da execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM II (CTR Nº 358.792-II de 3/06/2011) no valor de R\$ 32.647.147,78, com 100 % de execução;

2. Captação da variação cambial do PNAFM oriunda do Nº 358.792-II acima, no valor de R\$ 34.018.290,70 (CTR nº 0478.430-02/2016 de 29/12/2016), envolvendo a SEF, a SEPLAG/DF e PGDF, conforme descrito abaixo:

PROGRAMA	VALOR PREVISTO (R\$)
Parque tecnológico modernizado e/ou ampliado	28.465.815,08
Fiscalização modernizada	-
Programa de capacitação implantado e/ou modernizado	100.084,53
Unidades municipais modernizadas	1.993.615,96
TOTAL	30.559.515,57
TOTAL DO CONTRATO	R\$ 34.018.290,70

Fonte: CTR nº 0478.430-02/2016 de 29/12/2016 a 08/12/2017

3. Execução e encerramento variação cambial do PNAFM, com 100% de execução;
4. Celebração do primeiro ano do Planejamento Estratégico Institucional da SEF (2016/2018), com evento de avaliação, do qual participaram as Coordenações e Diretorias da SEF;
5. Consolidação da implantação do escritório de projetos corporativo, atualmente com trinta e três projetos estratégicos, como por exemplo, simplificação de obrigações tributárias, implantação do SIGGO WEB, mineração de dados da nota fiscal eletrônica, fiscalização de mercadorias em trânsito por meio de OCR's, Atualização do Cadastro Imobiliário do DF (IPTU), portal de serviços eletrônicos ao contribuinte;
6. Potencialização da representatividade do DF perante outros fóruns fiscais, sediando reuniões da COGEF – comissão de gestão fazendária do DF, reuniões técnicas, e ainda, a primeira reunião do Encontro de Administradores Tributários no DF (ENCAT) nesse ano de 2017;
7. Concluído o primeiro desembolso do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO/PRODEFAZ (CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016), no valor de US\$ 1.658.547,58;
8. A liberação do segundo pedido de desembolso do PROFISCO foi no valor de US\$ 2.135.417,57. Nesse sentido, mister destacar a situação atual de execução do PROFISCO por componente, a saber:

COMPONENTE	VALOR PREVISTO (US\$)
Administração do projeto	498.000,00
Integração da gestão fiscal	2.197.000,00
Administração tributária e do contencioso fiscal	13.464.000,00
Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal	5.870.000,00
Gestão dos recursos corporativos	13.842,00
Sem alocação específica	869.000,00
TOTAL DO CONTRATO	US\$ 36.740.000,00

Fonte: CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016 a 28/02/2021

COMPONENTE	VALOR PREVISTO (US\$)
Administração do projeto	498.000,00
Integração da gestão fiscal	2.197.000,00
Administração tributária e do contencioso fiscal	13.464.000,00
Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal	5.870.000,00
Gestão dos recursos corporativos	13.842,00
Sem alocação específica	869.000,00
TOTAL DO CONTRATO	US\$ 36.740.000,00

Fonte: CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016 a 28/02/2021

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como já referido em diagnósticos anteriores, as Administrações Fazendárias brasileiras têm sido cada vez mais compelidas a modernizar seus processos e tecnologias, tornando-os mais colaborativos e interativos com o contribuinte, sempre respeitado o equilíbrio fiscal público.

Com esse enorme desafio, diversas ações concretas foram desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal em 2017 e várias outras ainda virão, de maneira estruturada, contempladas no Planejamento Estratégico SEF 2016/2018, e aderente ao modelo de gestão do governo atual.

No que se refere ao tema Receita, 2017 cumpriu as programações planejadas e a conjuntura econômica parou de apresentar queda, começando a dar sinais de recuperação.

O aprimoramento da cobrança administrativa segue produzindo bons resultados. Contratações de produtos e serviços foram realizadas e agora serão aplicados processos que ajudam o contribuinte a evitar atrasos no cumprimento de seus deveres. Também será possível concretizar a plataforma de mineração dos dados da substituição tributária, que irá calcular e facilitar o pagamento dessa modalidade de recolhimento, com potencial de incremento real já demonstrado, sem necessidade de aumento de alíquota.

No tocante à Despesa, embora o cenário atual esteja em melhores condições que nos anos anteriores, resultados de ações de incremento de receita, não mais ferindo o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda é necessário um controle acurado dos gastos, pois o aumento de receita depende de ações concretas e projetos de modernização, enquanto a despesa, ao contrário, cresce inercialmente.

Esse fato continuará exigindo do Governo de Brasília uma postura austera para que não se iguale às unidades da federação insolventes, com salários de servidores parcelados e outros problemas do gênero.

Com o intuito de buscar a redução de despesas e o aumento de receita e uma prestação de melhores serviços à comunidade, o Governo Distrital houve por bem designar à SEF a responsabilidade pela condução dos processos de parcerias público-privadas e, nesse sentido, a expectativa é que, em 2018, ao menos três projetos sejam concretizados.

Retomando o tema do fisco colaborativo, quanto ao atendimento ao contribuinte, a ideia de futuro de que as pessoas não necessitem comparecer à SEF para ter suas demandas atendidas já começa a apresentar resultados, com redução do atendimento presencial em 23%, mesmo tendo aumentado os serviços fazendários disponíveis.

Além disso, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI já é um case de sucesso na Secretaria de Fazenda, com praticamente 100% dos processos da área meio em formato eletrônico, caminho que vem sendo seguido pelos processos da área finalística também. A inclusão de todos os processos nessa plataforma um marco de agilidade e eficiência às atividades rotineiras e a eliminação dos processos físicos.

Na área de gestão de pessoas, como sabido, os gestores das áreas, em sua maioria, têm alegado como uma das maiores dificuldades o reduzido número de servidores.

O primeiro viés de ação, desde 2017, visa a capacitar o quadro de pessoal existente às necessidades atuais. A área de gestão de pessoas já iniciou o primeiro processo seletivo para bolsas de mestrado e pós-graduação. Para 2018, além das ações de capacitação, haverá novo concurso para auditores fiscais do Distrito Federal, cujo processo também já está em curso.

Finalmente, o cenário aqui exposto define os desafios para 2018: continuar o processo de conscientização dos servidores da necessidade de executar os projetos operacionais e estratégicos para que produzam seus efeitos; melhorar os serviços, reduzir a burocracia, simplificar as obrigações e incrementar a arrecadação, de acordo com as diretrizes já referidas.